



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

KELINE DA SILVA BORGES

**IDENTIDADES ÀS AVESSAS
OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
VALE EM CARAJÁS**

**Belém-PA
2014**

KELINE DA SILVA BORGES

IDENTIDADES ÀS AVESSAS
OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
VALE EM CARAJÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará- UFPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Belém-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Borges, Keline da Silva, 1983-

Identities às avessas: os desafios do exercício
profissional das assistentes sociais da vale em carajás
/ Keline da Silva Borges. - 2014.

Orientadora: Adriana de Azevedo Mathis.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, Belém, 2014.

1. Assistentes sociais - profissão - Marábá
(PA). 2. Assitentes sociais - conduta. 3.
Serviço social - prática. 4. Assistentes sociais
- Vale (empresa). I. Título.

CDD 23. ed. 361.32

KELINE DA SILVA BORGES

IDENTIDADE ÀS AVESSAS
OS DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
VALE EM CARAJÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará- UFPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Defesa em, 29 de agosto de 2014.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Adriana de Azevedo Mathis- UFPA/ICSA; NAEA - Orientadora

Profa. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento – UFPA/ICSA - Examinadora Interna

Prof. Dr. Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira- UFPA/ICED - Examinador Externo

Ao meu filho Raphael, hoje com seis anos.
Desejo incessantemente que a inquietação pelo conhecimento,
que me levou à conclusão deste trabalho, seja igualmente sentida por ele.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pai de toda a sabedoria. Obrigada por absolutamente tudo!

Aos meus pais, verdadeiros alicerces na terra. Obrigada pelo amor, dedicação e educação que me proporcionaram; por terem sofrido e comemorado junto comigo esta conquista. Só nós sabemos a grande superação que ela representa: “Pai... mãe, eu consegui!”.

Aos meus irmãos, pelos mesmos predicados acima, mas principalmente à Eline pelo apoio “técnico-operacional” e pelo sustento emocional no momento em que mais fraquejei.

Aos ilustres membros da banca, Prof. Dr. Benedito Ferreira e Prof^a. Dr^a. Nádia Fialho, pelas valiosíssimas contribuições que deram a este trabalho.

À coordenadora do curso de Mestrado em Serviço Social da UFPA, Prof^a. Dr^a. Joana Valente, por todo o apoio, incentivo e solidariedade, que foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Adriana Mathis, grande exemplo de sabedoria e compromisso ético-profissional. Obrigada pelo estímulo que me fez deixar certos medos para traz e aprender a conviver com outros e principalmente pelo convite desafiador para trilhar o caminho da tão desejada e necessária *catarse*.

Aos queridos amigos e ex-gestores Fernando Lemos e Newton Menezes. Serei eternamente grata por suas amizades e por tudo o que aprendi com vocês. Obrigada por terem aberto as portas à minha pesquisa.

E especialmente às queridas e admiráveis colegas de profissão, que foram os sujeitos desta pesquisa. Sem vocês teria sido impossível concluir este trabalho exatamente da forma que planejei. Tenho esperança que as críticas levantadas aqui possam contribuir com futuras interlocuções em torno de nossa profissão a qual tanto honramos.

Ao Pedro, amor-amigo, por compreender e apoiar todas as minhas renúncias.

E principalmente ao Raphael. Me desculpe as ausências e muito obrigada por estar feliz porque a mamãe virou mestre!

*Nada é impossível de mudar,
desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo
de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de
mudar.*

Bertolt Brecht

RESUMO

A dissertação analisa as *identidades* das assistentes sociais da Vale, como manifestações ideológicas do contexto de reestruturação produtiva capitalista. As categorias centrais de análise foram o *trabalho*, na concepção de Marx e a *ideologia*, na concepção de Gramsci. A lógica capitalista, que conduz à alienação e à manipulação da subjetividade do trabalhador, influencia os profissionais a absorverem acriticamente do *senso-comum* as representações da hegemonia dominante, que se manifestam implicitamente nos comportamentos e na linguagem dos profissionais. Os sujeitos da pesquisa foram as assistentes sociais da Vale, que atuam nas unidades localizadas na região de Carajás, sudeste paraense, visto que a empresa é uma transnacional com forte influência na região amazônica. Nos dias atuais, os municípios da região de Carajás têm sua dinâmica de desenvolvimento social, econômico e cultural, associada às atividades da empresa. A hipótese da pesquisa foi que *as identidades dos assistentes sociais da Vale, no contexto de reestruturação produtiva do capital, são identidades às avessas, que contribuem para a reprodução de práticas mistificadas e reducionistas, que reproduzem os interesses capitalistas*. A partir da pesquisa empírica, que teve como recorte temporal o ano de 2007 até os dias atuais, constatou-se que no exercício profissional, as assistentes sociais da empresa vivenciam as contradições inerentes tanto à implantação da Vale na região quanto as relacionadas ao desenvolvimento do Serviço Social, o que contribui mais para o fortalecimento da hegemonia capitalista do que para a efetivação do projeto ético-político-profissional do Serviço Social. A análise das correlações de forças presentes nesse espaço de atuação se constituem em objeto de debate e reflexão em torno dos desafios mas também das possibilidades objetivas identificadas na particularidade pesquisada e que foram capturadas nas entrelinhas do discurso das próprias profissionais entrevistadas.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho; Ideologia; Identidade; Reestruturação Produtiva; Vale.

ABSTRACT

This dissertation analyses the identities of social workers at Vale S.A in the Carajas region, as ideological manifestations in context of a capitalist productive restructuring. The analysis' central categories were *work*, as in Marx's conception and *ideology*, as in Gramsci's conception. The logic of the capitalism, that leads to the alienation and manipulation of the worker's subjectivity, induces professionals to absorb uncritically of the *common sense*, the representation of the hegemony, which manifest implicitly in the language and behaviors of professional. The research's subjects were social workers at Vale, working in units located in the Carajas region, southeastern Para, since it is a transnational firm with strong influence in the Amazon region. Currently, municipalities in the Carajas region have their social, economic and political development linked to the firm's activities. The research's hypothesis was that *the Vale's social worker's identities, in a productive restructuring context, are topsy-turvy identities that contribute to mystifying and reductionist practices, that reproduce capitalistic interests*. The empirical research used a time-frame from 2007 to the present days. The results showed that in their professional exercise, Vale's social workers experience the inevitable contradictions, both of Vale's implementations in the region and those related with the development of Social Work, which contributes more to strengthen a capitalistic hegemony than to strengthen the ethical-political-professional project of the Social Work. The analysis of the correlation of forces present in this professional workspace, constitutes, not only, a objective of discussion and reflection on the challenges involved but also of the objective possibilities that can be identified imbedded in the discourses of the social workers.

KEYWORDS: work; ideology; identities; productive restructuring; Vale.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Valor de Privatização (1997) e Lucro Líquido (2007-2013) (Fonte: Dossiê Vale (2010) e Relatórios de Sustentabilidade Vale (2007-2013)	56
Gráfico 2 - Valor Econômico Acumulado (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade (2007-2013))	57
Gráfico 3 - Valor Gerado, Distribuído e Acumulado (2007-2013) (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade Vale (2007-2013)).....	58
Gráfico 4 - Valor Distribuído Especificado (2007-2013) (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade Vale 2007-2013)	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABESS -	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BH -	Belo Horizonte
BM -	Banco Mundial
CBAS -	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS-	Confederação Brasileira de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CCQ -	Controle de Qualidade Total
CEAS -	Centro de Estudos e Ação Católica
CFAS -	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CRAS -	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CVRD -	Companhia Vale do Rio Doce
EUA -	Estados Unidos da América
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FMI -	Fundo Monetário Internacional
GRI -	<i>Global Reporting Initiative</i>
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS -	Instituto Nacional de Seguro Social
LA -	Liberdade Assistida
NAEA -	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NTI -	Novas Tecnologias de Gestão
OECD -	Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONU -	Organização das Nações Unidas
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGSS -	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PQT -	Programa de Qualidade Total
PRI -	Princípios para o Investimento Responsável
PRO -	Procedimento Operacional
PSC -	Prestação de Serviços à Comunidade
RH -	Recursos Humanos
SIC -	Segundo Informações Colhidas
TFD -	Tratamento Fora do Domicílio
UFPA -	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PAPEL DAS IDEOLOGIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS.....	22
1.1 DISCUSSÃO IDEOLÓGICA NA TRADIÇÃO MARXISTA.....	22
1.2 (1848) A RUPTURA IDEOLÓGICA QUE MARCOU A HISTÓRIA.....	24
1.3 NOVOS ASPECTOS TEÓRICOS DAS IDEOLOGIAS NA TRADIÇÃO MARXISTA	29
1.4 ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO CAPITALISMO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	34
2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Notas Preliminares	40
2.1 ORIGEM E ECLOSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	40
2.2 NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO E O TOYOTISMO COMO IDEOLOGIA ORGÂNICA DO CAPITAL	48
2.3 PARTICULARIDADES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AMAZÔNIA	52
3 IDENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL: Origem e Desenvolvimento da Profissão na Reestruturação Produtiva do Capital.....	60
3.1 ORIGENS DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA	61
3.2 PROCESSO DE RENOVAÇÃO E O NOVO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Rupturas e Continuidades entre Novas e Velhas Identidades	68
3.3 CRISES DE IDENTIDADE E IDENTIDADES ÀS AVESSAS	78
4 IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA VALE	83
4.1 ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA VALE	84
4.2 RELAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRIAS DE VIDA DAS ASSISTENTES SOCIAIS: O Processo de Construção das Identidades Profissionais	89
4.3 ENTRE CRISES DE IDENTIDADES E IDENTIDADES ÀS AVESSAS: O Exercício Profissional na Vale	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
APÊNDICES	135
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

A crise de reestruturação produtiva, iniciada na década de setenta e vigente até os dias atuais, representou a desaceleração da economia mundial e a queda das taxas de lucro e acumulação alcançadas nos anos de ouro dos países capitalistas, que experimentaram um período de rápida expansão após a segunda-guerra mundial.

As políticas macroeconômicas baseadas nos modelos rígidos de produção *fordista-taylorista* e no pacto *keynesiano*, que sustentaram o *welfare state*, deram sinais de esgotamento em finais dos anos sessenta. A crise político-econômica foi provocada em grande parte pelo fenômeno da superacumulação, pois a produção havia crescido mais do que o consumo, mas também foi fortemente estimulada pelas lutas dos trabalhadores em finais dos anos sessenta contra o despotismo e a exploração intensiva da força de trabalho naquele período. A revolta operária conhecida como a *explosão do operário massa*, representou a luta pelo controle social da produção (Antunes, 2006). Estes eventos históricos foram os principais axiomas das transformações societárias que estavam por vir.

O aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e o aumento das lutas operárias provocaram mudanças significativas na dinâmica das relações sociais entre Estado, capital e trabalho. Nesta conjuntura, como estratégia para retomar os níveis de crescimento, o capitalismo promoveu transformações profundas na divisão social do trabalho. Os modelos rígidos de produção foram transformados pelos modelos de acumulação flexível e na atualidade, as relações sociais de trabalho e produção obedecem às tendências de flexibilização, inauguradas naquele período.

A acumulação flexível e a utilização de novas tecnologias de gestão do trabalho com base no *toyotismo* são carregadas de forte conteúdo ideológico, acirrando os processos de alienação do trabalho. A *subjetividade do homem que trabalha é capturada* (Alves, 2011), por meio do envolvimento manipulatório e consensual, que os leva a contribuir passivamente para o fortalecimento da hegemonia dominante.

A flexibilização das relações de trabalho resultou em perdas de direitos sociais históricos, à medida que o papel do Estado como regulador das relações sociais e intervencionista na economia foi reduzido e o mercado assumiu a função de supremo regulador societal. As principais consequências dessa inversão foram: a flexibilização dos salários e dos contratos de trabalho; a diminuição de postos de trabalho; o aumento das

terceirizações e subcontratações; a redução do emprego de mão de obra direta e a redução do trabalho vivo nos processos produtivos, ocasionadas também pelo grande salto tecnológico e pela introdução de tecnologias informacionais, de microeletrônica e robótica aplicadas à produção.

Neste mesmo período, a Vale S.A.¹ iniciava sua atuação no estado do Pará, com a exploração das jazidas de ferro encontradas na Serra dos Carajás. As explorações minerais comandadas pela empresa integraram os grandes projetos implantados na Amazônia. As atividades mineralógicas do *Projeto Grande Carajás* modificaram substancialmente o modelo de desenvolvimento social e econômico da região.

A Vale, outrora estatal, criada com o nome de Companhia Vale do Rio Doce- CVRD foi privatizada no ano de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC, como parte das reformas políticas neoliberais implementadas por este governo. A partir da privatização, a empresa iniciou um processo de internacionalização e se transformou em um monopólio no ramo de mineração. Em 2007, a empresa modificou sua razão social para Vale S.A.², eliminando definitivamente os vínculos com a antiga estatal CVRD.

Atualmente, sua atuação é repleta de contradições econômicas, sociais e culturais, que permearam sua implantação e contrastam de forma gritante o desenvolvimento econômico e social local. Os recursos minerais presentes neste solo transformaram a Vale em uma das maiores empresas do mundo porém, a maior parte desta riqueza e dos lucros são privatizados, revertidos em dividendos aos acionistas, restando à região e sua população a menor parcela destes rendimentos em contraposição à maioria das mazelas, impactos sociais, econômicos e ambientais.

Alguns dos principais impactos regionais são o aumento da pobreza e da miséria; crescimento demográfico desordenado em decorrência do fluxo migratório; desemprego; aumento da demanda por serviços públicos sem o devido aumento da capacidade de atendimento; aumento do tráfico de drogas, da violência generalizada e da prostituição infanto-juvenil e adulta; especulação imobiliária, etc. Além disso, existe a degradação

¹ A Vale foi fundada como estatal no ano de 1945, em Itabira- Minas Gerais, pelo então presidente Getúlio Vargas. Denominada de Companhia Vale do Rio Doce- CVRD, foi criada para suprir a demanda por ferro no Brasil e nos países que estavam em reconstrução no pós-guerra. Atualmente, é uma empresa transnacional de capital aberto, com sede no Brasil e atividades em cerca de trinta países. Dentre suas diversas operações, o minério de ferro é a principal, sendo que a empresa é considerada a maior produtora deste minério no planeta e a principal mina de ferro em que a empresa opera está localizada na Serra dos Carajás, no sudeste do estado do Pará.

² Deste ponto em diante a empresa será denominada pelo seu nome fantasia: Vale.

ambiental, com desmatamentos, poluição do solo e dos mananciais que atingem diretamente a população, a fauna e flora amazônica.

No que se refere aos impactos na economia, a empresa modificou as atividades econômicas originais e hoje é o “agente de desenvolvimento dominante na região de Carajás” [pois], “a maioria dos municípios da região tem a sua dinâmica econômica, social e política, atrelada às atividades de mineração da empresa” (MATHIS e MATHIS, 2012, p. 02). Cabe sinalizar que as atividades da empresa encerrar-se-ão com o esgotamento das reservas minerais, no entanto, os impactos causados por ela serão herdados pela população.

Neste contexto, buscamos analisar a inserção do Serviço Social como profissão integrante do quadro de recursos humanos da Vale, considerando-se que a profissão é regulamentada e o assistente social como trabalhador assalariado, é partícipe da divisão social do trabalho³. Deste modo, é fato que as transformações societárias em curso incidem sobre este espaço de atuação e sobre os assistentes sociais, assim como incidem sobre outras profissões. Mas a particularidade histórica do Serviço Social reside no fato de ter sido criado como estratégia para assegurar o desenvolvimento do capitalismo monopolista e conter as lutas operárias que se alastravam pela Europa no século XIX, ou seja, a profissão foi criada com a especificidade técnica de atuar sobre os reflexos da “questão social”, que se intensificava naquele período (Netto, 2011).

A opção por pesquisar a Vale se deu a partir da experiência de trabalho da pesquisadora como assistente social em uma das unidades da empresa durante três anos e meio. Neste período surgiram diversos questionamentos e inquietações quanto ao processo de trabalho do Serviço Social em empresas, sua prática, suas relações sociais e seu significado social neste âmbito, pois o ambiente empresarial de uma transnacional impõe correlações de forças e desafios para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, diante do fato que o assistente social é um trabalhador assalariado em um ambiente que dissemina implicitamente o medo e a insegurança dos vínculos empregatícios, diferentemente do Estado, maior órgão empregador da profissão, onde os vínculos tendem a ser efetivados pela via de concursos públicos.

A possibilidade de responder a estes questionamentos foi vislumbrada com a aproximação a estudos realizados por pesquisadores do Núcleo de Autos Estudos

³ A discussão do Serviço Social como integrante da divisão social do trabalho e do assistente social como trabalhador assalariado, integrante do trabalho coletivo, foi abordado de forma inaugural no Brasil por Yamamoto e Carvalho (1982).

Amazônicos- NAEA da Universidade Federal do Pará- UFPA⁴, aos quais se teve acesso durante o curso de mestrado.

No processo de construção do objeto, realizaram-se levantamentos bibliográficos de dissertações e teses sobre a temática do trabalho do assistente social no âmbito empresarial, bem como de pesquisas e outros estudos sobre a empresa junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- PPGSS⁵ da UFPA e também junto ao NAEA⁶. A partir de então, verificou-se que as pesquisas produzidas no âmbito do Serviço Social nesta linha ainda são poucas, diante do enorme impacto causado pelas operações da Vale na região, principalmente se considerarmos que o debate sobre o Serviço Social no campo empresarial vem assumido lugar de destaque no país nos últimos anos, dado o aumento da demanda para a atuação profissional neste campo, cujos estudos realizados por Iamamoto (2011; 2012), Mota (2010), Freire (2010), dentre outros, são de fundamental importância para orientar esta atuação.

Dessa forma, o presente trabalho discorre sobre as *identidades* das assistentes sociais⁷ no exercício da prática profissional na Vale, na mesorregião Sudeste do Pará, nas unidades que pertencem à região de Carajás, que compreende os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Curionópolis⁸, tendo por objetivo geral analisar as *identidades* dos assistentes sociais da Vale e a relação dialética entre as diferentes ideologias presentes no projeto profissional e no planejamento estratégico empresarial, que se materializam na prática. Neste sentido, as *identidades* são compreendidas aqui como manifestações ideológicas das relações sociais de trabalho sob o modo de produção capitalista.

⁴ Especialmente as pesquisas empreendidas por Mathis e Mathis (2012-2013).

⁵ Nos levantamentos realizados junto ao banco de teses e dissertações do PPGSS/UFPA, constatou-se que a produção acadêmica sobre as relações de trabalho do Serviço Social em empresas ainda é escassa. Localizou-se apenas uma dissertação, produzida no ano de 2005, que abordou indiretamente a Vale, pois a autora pesquisou a flexibilização das relações de trabalho na Alumínio Brasileiro S.A- ALBRAS, da qual a Vale era uma das consignatárias à época. Refere-se à dissertação de mestrado de Terezinha de Jesus Arnaud Torres Madeiro, produzida em 2005, sob o tema FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA FAMÍLIA DO TRABALHADOR: um estudo de caso na ALBRÁS, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes, que teve como sujeitos as famílias dos trabalhadores a partir da implantação de novas formas de gestão dos processos produtivos e das relações sociais, contidas nos programas de Gestão da Qualidade Total- GQT

⁶ Em levantamento realizado junto ao NAEA, não localizamos teses e dissertações que abordassem as relações de trabalho na Vale. Entretanto, os estudos produzidos por pesquisadores do NAEA citados anteriormente têm tido notoriedade em âmbito nacional e internacional, tamanha a relevância da atuação da empresa na região amazônica, que modifica a realidade socioeconômica nas áreas em que atua e reproduz diferentes reflexos da “questão social”⁶ no entorno de seus projetos de mineração.

⁷ A preposição está sendo utilizada no feminino pois a partir da pesquisa empírica constatou-se que o quadro de assistentes sociais da empresa é composto por mulheres, dessa forma, para preservar suas condições de gênero, utilizaremos a preposição também no feminino.

⁸ O recorte espacial e temporal serão aprofundados na exposição sobre a metodologia de pesquisa.

A relevância atribuída à pesquisa reside no fato de que os impactos da reestruturação produtiva para o mundo do trabalho, que se refletem na atuação da empresa na região, foram analisados a partir das *relações de trabalho do Serviço Social na Vale, sob a ótica das representações que as próprias assistentes sociais fazem de si, e que por meio destas, recriam suas identidades profissionais na prática cotidiana*⁹, sendo este o objeto de pesquisa.

Lançou-se a hipótese de que *as identidades das assistentes sociais da Vale, no contexto de reestruturação produtiva do capital, são identidades às avessas, que contribuem para a reprodução de práticas mistificadas e reducionistas, que reproduzem os interesses capitalistas*. Sendo que a questão que norteou a análise foi: *como os assistentes sociais da Vale constroem suas representações e identidades e as expressam no exercício profissional no contexto de reestruturação produtiva?*

A discussão sobre as *identidades profissionais* tomou como base o processo de profissionalização do Serviço Social, como prática a serviço do capital e estratégia de domínio político-ideológico sobre a classe trabalhadora. Suas práticas paliativas e assistencialistas atendiam necessidades emergenciais dos trabalhadores, favorecendo assim os interesses da classe dominante.

As categorias centrais de análise foram o *trabalho*, que é a categoria central da teoria marxista e a *ideologia* na concepção de Gramsci, pois a partir da acumulação flexível, a ideologia adquiriu um papel fundamental para assegurar a dominação e exploração da classe trabalhadora, não mais de forma repressiva e sim consensual e alienada. O *trabalho*, de acordo com a tradição marxista é um

processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza [...]. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constituiu a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2012, p. 2011-2012).

[...]

O processo de trabalho é a atividade dirigida com um de fim criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana¹⁰.

O modo de produção capitalista separou o homem dos meios de produção e dos processos produtivos. De acordo com Marx, citado por Antunes (2006), *o caracol foi*

⁹ As identidades analisadas neste trabalho são as identidades profissionais dos assistentes sociais enquanto trabalhadores inseridos na relação mercadológica de compra e venda da força de trabalho. Não se considera apenas uma identidade profissional, mas sim, as diferentes identidades que compõem os diferentes projetos e concepções de mundo presentes na profissão e que preservam em sua essência as contradições inerentes às relações sociais na contemporaneidade.

¹⁰ Idem, p. 218.

separado de sua concha e sob o capitalismo monopolista, essa separação se dá com a utilização de estratégias ideológicas, que levam o trabalhador a absorver acriticamente a ideologia do capital.

De acordo com a concepção de Gramsci (1929-1935), as *ideologias são fatos históricos reais*, que se movem em um *bloco histórico* formado pela *estrutura* e pelas *superestruturas*, onde aquela é constituída pelas relações sociais de produção e estas, são a realidade objetiva, um conjunto complexo e contraditório que se origina da estrutura.

Para analisar as identidades profissionais do assistente social a partir das categorias sinalizadas, foi necessário definir o conceito de *representações* com aporte teórico de autores vinculados à tradição marxista, como Yasbek (2009), que as define como sendo as próprias relações sociais que os sujeitos expressam, por meio de discursos simbólicos e subjetivos que têm a função de “organizar significativamente a realidade, de explicá-la, de orientar os comportamentos e de criar uma *identidade social*” (YASBEK, 2009, p. 34). Embora subjetivas, as *representações* refletem uma realidade objetiva, uma coletividade da qual aquele sujeito é parte integrante¹¹, expressam as relações sociais que são contraídas no processo de produção capitalista.

A subjetividade contida nos discursos manifesta implicitamente “o conteúdo relativo à lógica social, tendências históricas e situações vividas em comum” (FREIRE, 2010, p. 22). As representações correspondem às “expressões singulares de mediações absorvidas [...] ao mesmo tempo que são obscurecedoras, são dialeticamente desveladoras, pois forjadas nas relações sociais históricas”¹². Ao apresentar a realidade em sua aparência, as representações contêm a “essência oculta” da realidade (Lukács, 1968, Apud Freire, 2010).

Se as *representações* são as próprias relações sociais, o conceito de *identidade* é definido pela forma com que

cada indivíduo encarna as relações sociais, [e configura] uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida que nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais... No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela (CIAMPA, 1990, Apud YASBEK, p. 35).

A *identidade* é “um processo em movimento e metamorfose”, [só podendo ser compreendida] “a partir das práticas sociais e das *representações* que [o indivíduo] faz destas práticas” (LANE apud YASBEK, 2011, p. 35).

¹¹ Idem, p. 22

¹² Idem.

Utilizou-se na análise o método contido na teoria social crítica, desenvolvida por Marx e Engels, pois compreende-se que o método dialético é o único que possibilita a análise do objeto em sua realidade enquanto totalidade material e histórica. Na teoria crítica, pesquisar um determinado objeto significa descobrir suas leis internas e suas dimensões de universalidade, singularidade e particularidade, que explicam o que primeiramente pode ser visto como aparência.

As dimensões *universalidade*, *singularidade* e *particularidades*, compõem uma mesma totalidade, sendo que as determinações mais gerais do objeto são apresentadas no nível da *universalidade* no qual “estão colocadas grandes determinações gerais de uma dada formação histórica (PONTES, 2012, p. 85). A *universalidade* se constitui como o campo da legalidade social, o campo das leis e tendências históricas. “A Legalidade Social é a expressão da universalidade do processo. Há uma totalidade social e não partes com legalidades autônomas”¹³.

O campo dos fatos e problemas de natureza individual, familiar, psicossociais, que geram demandas institucionais caracterizam a *singularidade*. “O plano da singularidade [...] é o nível de sua existência imediata em que se vão apresentar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas, rotineiras, casuais”¹⁴.

O conhecimento do concreto envolve, além da *universalidade e singularidade*, o conhecimento da *particularidade* do objeto, “que representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana está eivada da singularidade dos ‘fatos irrepetíveis’ e saturada da universalidade [...] (PONTES, 2010, p. 86). O campo da particularidade é a síntese das múltiplas determinações, o campo propício para as *mediações*. Sendo que a *mediação* designa “uma síntese categorial de elevada universalidade, extremamente objetiva, de todas as forças, processos etc., que determinam objetivamente o nascimento, o funcionamento e o ser-precisamente-assim de um complexo” (LUKÁCS, 1979, apud PONTES, 2010, p. 87).

A partir do método dialético o objeto é apreendido na realidade, por meio da abstração, entendida como “capacidade intelectual”. O objeto é reconstruído, com sucessivas aproximações, que possibilitam a apreensão de suas particularidades e suas *mediações*. Este processo possibilita a realização da “viagem de volta”, que significa o momento de

¹³ Idem, p. 86.

¹⁴ Idem, p. 85.

ultrapassagem do nível abstrato ao concreto, que contempla o conhecimento do objeto em sua *universalidade, singularidade e particularidade*.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Sendo que na pesquisa bibliográfica recorreu-se às fontes originais da teoria social crítica e também a autores da sociologia do trabalho, que seguem a tradição marxista e discutem a reestruturação produtiva capitalista. Analisou-se também a literatura própria do Serviço Social a partir de autores marxistas que discutem a categoria trabalho, as transformações societárias e seus reflexos para a profissão.

A pesquisa documental se deu por meio da análise de documentos que integram o planejamento estratégico da Vale, adotados a partir de 2007, disponibilizados na internet no site oficial da empresa. Pesquisou-se outros documentos disponíveis na internet e também em periódicos de circulação regional ou nacional, dentre outros impressos.

Como parte da pesquisa documental, analisou-se os documentos que compõem o projeto ético-político-profissional do Serviço Social, sintetizados no código de ética profissional de 1993¹⁵, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, de 1996, de como a compreender o desenvolvimento histórico da profissão no país, seus valores e princípios, seus limites, retrocessos e avanços, até a consolidação do novo PEPP.

A pesquisa documental realizada no processo de construção do objeto, levou a delimitação do recorte temporal da pesquisa, a partir do ano de 2007 até os dias atuais, visto que em 2007, a Vale consolidou o processo de monopolização e internacionalização, em curso desde a privatização. Esta internacionalização representou e ainda representa uma das maiores expressões das políticas de cunho neoliberal no país, que resultou e ainda resulta na expropriação de parcela significativa do patrimônio natural do Brasil pelos países centrais, característica própria do capital monopolista.

Nesse período, a empresa passou por uma reestruturação interna que redefiniu o planejamento estratégico empresarial e sua *missão, valores e visão*, com base na metodologia *Global Reporting Initiative* (GRI), que são normas e diretrizes de padrão internacional, voltadas para o desenvolvimento sustentável de empresas de grande capital.

¹⁵ Pesquisou-se também os códigos de ética de 1947, 1965, 1975 e 1986.

A pesquisa empírica *in-loco* foi realizada no ambiente de trabalho das assistentes sociais no município de Parauapebas, nos escritórios administrativo e operacional localizado na Serra dos Carajás. Os sujeitos foram quatro assistentes sociais, que respondem pelas unidades pesquisadas e representam 80% do quadro de Serviço Social, que é composto por cinco profissionais, entretanto, uma delas não recebeu autorização de seu gestor para participação na pesquisa.

A técnica utilizada para coleta de dados foi a entrevista, composta de dois momentos: narrativa das histórias de vida e entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi de natureza qualitativa.

A opção pelas histórias de vida das profissionais permitiu a compreensão de suas *representações*, que são construídas ao longo de suas vivências pessoais e experiências profissionais, e que são os alicerces para a compreensão das *identidades* assumidas na prática atual. Durante a narrativa foram realizadas breves intervenções, apenas para direcionar e manter o foco no objeto.

Na entrevista semiestruturada foram utilizados formulários com perguntas abertas e fechadas, primeiramente com questões acerca da formação profissional e posteriormente com questões voltadas especificamente para o exercício profissional na Vale, com o objetivo de apreender as representações e identidades cotidianas que se materializam no exercício profissional na empresa.

Por se tratar de pesquisa qualitativa, sobre histórias de vida, representações e identidades, as quatro assistentes sociais entrevistadas foram identificadas pelos nomes fictícios Andréia, Beatriz, Clarice e Denise. Esta opção se deu no intuito de que, ao mesmo tempo que se mantivesse preservado o sigilo das entrevistadas, fosse também preservada a essência de suas identidades profissionais e de gênero. As três unidades pesquisadas receberam os nomes fictícios de Diretoria Norte; Diretoria Sul; Diretoria Leste. Também foram atribuídos nomes fictícios quando, porventura, as profissionais se referem a outros sujeitos não participantes da pesquisa e cuja referência é indispensável à análise.

A dissertação foi composta por quatro capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo analisou-se o papel das ideologias no processo histórico de construção das relações sociais sob o modo de produção capitalista e sob a atual crise de reestruturação produtiva. No segundo capítulo analisou-se a organização do trabalho na sociedade capitalista a partir da reestruturação produtiva e sua particularização na região

amazônica e na região de Carajás. No terceiro capítulo buscou-se historicizar as *representações e identidades* do Serviço Social, com breve incursão às origens e desenvolvimento da profissão até a consolidação do projeto ético-político-profissional- PEPP na década de 1990 no Brasil. Já o quarto capítulo se constituiu na análise dos resultados da pesquisa empírica, a partir da qual foi possível desvelar os desafios para a materialização do PEPP em relação ao planejamento estratégico da Vale, bem como as possibilidades de superação destes desafios.

Constatou-se que as assistentes sociais da Vale constroem suas representações em um contexto contraditório, fortemente permeado pela ideologia empresarial que perpassa todos os ambientes econômicos, sociais, culturais e ambientais da região de Carajás e influenciam as representações não apenas dos empregados da Vale, mas também de todo um território e de sua população local.

A herança conservadora recente do Serviço Social se constitui como um dos principais desafios encontrados para a efetivação dos princípios e valores do PEPP. Neste sentido, dois fatores característicos, herdados do conservadorismo e que são decisivos para a construção das identidades profissionais são: a subalternidade de gênero e a subalternidade técnica em relação a outras profissões, tais como medicina, engenharia, etc. Estes dois traços estão fortemente presentes no espaço organizacional pesquisado, pois o contingente de trabalhadores é composto majoritariamente por homens em todos os níveis hierárquicos da empresa, sendo que os níveis de gestão são compostos em grande parte por médicos e engenheiros, aos quais as assistentes sociais estão subordinadas.

Em suas origens, a profissão de Serviço Social foi marcada predominantemente por identidades profissionais que contrariavam os interesses da classe trabalhadora e reproduziam as demandas e interesses do capital, favorecendo a conservação da hegemonia e da ordem burguesa dominante. Ao longo das últimas cinco décadas, especialmente a partir da reestruturação produtiva, estas identidades foram sendo transformadas, mas seu devir histórico sempre foi permeado de contradições, de continuidades e rupturas. Aquelas identidades não foram suprimidas, tornaram-se mais mistificadas, mais fetichizadas sob a égide do capitalismo.

A identidades profissionais analisadas a partir dos resultados da pesquisa empírica foram denominadas de *identidades às avessas*. O adjetivo atribuído fez-se necessário para designar as identidades que são forjadas no interior das relações institucionais de trabalho das assistentes sociais da Vale, que são identidades contrárias ao direcionamento estratégico

progressista contido no projeto ético-político-profissional do Serviço Social. Elas são *avessas* a análises sociais críticas e preservam traços conservadores da profissão porém, com vieses ideologizantes, adequados às tendências de flexibilização das relações de trabalho e às tecnologias de gestão que moldam a sociabilidade dos trabalhadores a partir de pressupostos do modelo *toyotista* de produção.

Na contemporaneidade, o envolvimento dos assistentes sociais nos processos de manipulação da subjetividade em geral e na particularidade da Vale, os distancia dos referenciais teórico-metodológicos críticos da profissão, dando forma às *identidades às avessas*, que contribuem para o exercício de práticas profissionais residuais e imediatistas, que atendem mais as demandas do capital do que as reais necessidades da classe trabalhadora.

A dissertação ora apresentada é um convite à reflexão e ao debate sobre a profissão e as potenciais estratégias de desenvolvimento de uma prática cheia de sentido, de materialidade e concretude, que possibilite a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social no âmbito empresarial. Neste sentido, a pesquisa acadêmica se constitui como um momento privilegiado de interlocução e diálogo entre a academia e os espaços de atuação profissional, à medida que revela aspectos da realidade que nem sempre são iguais aqueles que se imaginavam ser, podendo desvelar “uma vida que nem sempre é vivida”.

No início, este desvelamento pode gerar inquietudes, dúvidas e negação, mas este é o primeiro passo para se empreender “a viagem de volta” que conduz à liberdade de pensamentos, elaborados a partir de auto-representações autênticas e autônomas, portanto, o convite está lançado.

1 PAPEL DAS IDEOLOGIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

O objetivo deste capítulo é analisar o papel das ideologias nas relações sociais capitalistas no atual momento de reestruturação produtiva. Inicialmente, resgata-se a ideologia conforme analisada por Marx e Engels, autores da teoria social crítica, desenvolvida a partir dos fundamentos da filosofia clássica alemã, da economia política inglesa, além da literatura e prática política francesa.

1.1 DISCUSSÃO IDEOLÓGICA NA TRADIÇÃO MARXISTA

As ideias de Marx e Engels foram influenciadas por Hegel, Feurbach e os *jovens hegelianos*¹⁶. Estes últimos se opunham aos aspectos conservadores da teoria do Estado de Hegel, desenvolvida a partir da concepção de sociedade civil de Adam Smith. De acordo com a filosofia especulativa do direito de Hegel, as ideias e a consciência produziam a realidade e conseqüentemente as relações sociais.

Para Hegel, a sociedade civil seria a esfera dos interesses egoístas e a sociedade política a esfera dos interesses públicos. Tais contradições só poderiam ser solucionadas pela criação de uma instância superior, supraclasses e fora das classes, composta pelo sistema de Estados, pela burocracia e pela monarquia hereditária (Bottomore, 2012).

A contraposição marxiana à teoria do Estado de Hegel consistiu na substituição das três instâncias (Sistema de Estados, Burocracia e Monarquia Hereditária), pelo sufrágio universal, pelo proletariado e pela democracia, o que abriu caminho para o comunismo¹⁷.

Do primado explicativo e especulativo da cultura social clássica, na primeira metade do século XIX, Marx sintetizou uma nova unidade de conhecimento e desenvolveu os fundamentos da crítica filosófica à teoria hegeliana. Ao desmistificar suas dimensões abstratas, conferiu-lhes materialidade, ultrapassando a razão dialética hegeliana abstrata para a razão dialética concreta, que lhe permitiu apreender a síntese da estrutura e funcionamento da sociedade burguesa.

¹⁶ Especialmente Feurbach, Bruno Bauer e Max Stirner

¹⁷ Bottomore, Idem.

Hegel foi o último e maior representante da filosofia burguesa progressista. Suas ideias desenvolvidas na primeira metade do século XIX representaram a concepção mais próxima ao conhecimento da razão em suas bases materiais naquele período. Apesar de suas teses serem consideradas abstratas e idealistas, o legado deixado pelo mentor intelectual de Marx consiste na síntese das três categorias fundamentais desta corrente: *o humanismo, o historicismo e a razão dialética* (Coutinho, 1971), que foram o marco teórico para a elaboração da teoria social crítica, desenvolvida por Marx e Engels.

Dentre os *jovens hegelianos*, Feurbach¹⁸ foi o primeiro a escrever uma crítica pública às teses hegelianas. A tese da *essência humana* de Feurbach exaltava o homem em seu estado de natureza, guiado pelo amor sexual, que é impedido de se auto realizar por estar preso à religião cristã, que limita sua condição natural (Goronder, In: MARX, 2001). Feurbach substituiu a religião cristã, teocêntrica, pela religião antropocêntrica da *essência humana*. Entretanto, permaneceu vinculado à ideia da *religião*, embora com uma conotação diferente da religião cristã presente em Hegel.

Para Marx, Feurbach não ultrapassou os idealismos hegelianos, pois considerava a *essência humana* como uma abstração inata de cada indivíduo, desconsiderando as relações sociais materiais¹⁹. A influência hegeliana não permitiu que este se distanciasse das ideias religiosas. Ao buscar negá-las lhes deu continuidade e apenas transferiu sua centralidade.

Para Marx, os *jovens hegelianos* Feurbach, Bruno Bauer e Max Stirner não foram além do nível da abstração em suas respectivas teses sobre a *consciência*²⁰. Na tentativa de romper com a teoria de Hegel, os mesmos se tornaram “conservadores”, pois se detiveram em modificar “fraseologias” características dos *velhos* hegelianos, sem romper efetivamente com seus vínculos (Marx, 2001).

Não obstante, ainda sob influência de Feurbach, Marx elaborou a crítica à filosofia especulativa hegeliana da consciência jurídica e política do Estado moderno alemão. Partiu inicialmente da *crítica da religião*, que é “o pressuposto de toda a crítica” (MARX apud NETTO, 2012, p.75).

Marx definiu a religião como uma *consciência do mundo invertida*, produzida pelo Estado e pela sociedade, que estão em um mundo que também é *invertido*. O fato de o homem não ter encontrado uma *realização efetiva* o levou a uma *realização fantástica*, ideal, ilusória.

¹⁸ A Essência do Cristianismo (1841). Cf. O capital

¹⁹ Teses sobre Feurbach. Sexta tese (Marx, In: Netto (org), 2012)

²⁰ Consciência Humana de Feurbach; Consciência Crítica de Bruno Bauer e Consciência Egoísta de Max Stirner (Marx, 2001)

Portanto, somente a partir do abandono *positivo* da *religião*, o homem poderá superar a auto-alienação (Marx apud Netto, 2012)²¹. A doutrina proposta pela crítica da religião é a de que “o homem é o ser supremo do homem”²². Por esta doutrina, os homens devem desmistificar as relações que os tornam subalternos às condições impostas pelo Estado moderno alemão.

Ao escrever as *Teses Sobre Feurbach* (1845-1846), Marx rompeu com o pensamento hegeliano e, com o incentivo de Engels passou a se deslocar da crítica filosófica para a crítica político-econômica das relações sociais, que já aparece evidente em *A Ideologia Alemã*.

Na perspectiva de Marx, a *ideologia* adquiriu uma conotação negativa, caracterizada como as ideias falsas que os homens criaram a respeito de si, que adquiriram autonomia e os dominaram por meio da religião.

E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações sociais nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (Marx, 2001, p. 19).

Desde a ruptura dos autores da teoria social crítica com o pensamento *hegeliano* as ideologias adquiriram uma relevância histórica salutar no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista.

O momento histórico que representou a ruptura completa com a filosofia hegeliana se deu no ano de 1848, ano das revoltas operárias que varreram os países da Europa e que ficaram historicamente conhecidas como *a primavera dos povos*. A explosão da luta de classes marcou o início da segunda metade do século XIX. A partir deste momento, a tendência progressista da filosofia burguesa, que teve em Hegel o seu maior representante, foi convertida em conservadora da ordem do capital.

1.2 (1848) A RUPTURA IDEOLÓGICA QUE MARCOU A HISTÓRIA

As teses que vinham sendo desenvolvidas por Marx e Engels foram fundamentais para o processo de amadurecimento e consolidação do proletariado. Este processo teve seu ápice na eclosão das revoltas operárias na Europa em 1848²³, marco histórico da luta de classes.

Estes eventos consolidaram a constituição da burguesia e do proletariado como classes sociais autônomas e antagônicas. Apesar da derrota em 1848, os levantes revolucionários

²¹ Refere-se *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escrita entre 1843-1844.

²² *Ibidem*, p. 83.

²³ A “primavera dos povos” teve na França o seu epicentro, mas que se alastrou por toda a Europa. As causas deste movimento foram as condições precárias de vida dos trabalhadores pobres da Europa. A revolução tomou fôlego com a publicação d’*O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels (1848).

representaram a assunção da consciência de classes do proletariado, enquanto classe portadora de um projeto político autônomo “em si” e “para si”²⁴ e marcaram a burguesia pela “presença do inimigo comum: o estandarte vermelho” (NETTO, 2011, p. 111).

Se naquele momento a burguesia foi vitoriosa, ao mesmo tempo, as armas que utilizou para manter sua hegemonia se voltaram contra ela. A burguesia forjou as armas que irão matá-la e forjou também os homens que empunharão estas armas, “os trabalhadores modernos, os *proletários*” (MARX e ENGELS, 2012, p. 51, grifo do autor).

Em grande parte, os motivos que levaram à onda revolucionária, foram as condições precárias de vida dos trabalhadores pobres dos distritos fabris da Europa ocidental e central. Desde a *Revolução Francesa de 1789*, os trabalhadores foram alimentados por um sentimento de negação em relação às injustiças sociais sofridas por eles, de tal forma que, de acordo com Hobsbawm (2010; 2011), a revolução foi absolutamente prevista por toda a sociedade europeia.

[...] o ‘espectro do comunismo’ [...] aterrorizava a Europa, o temor do ‘proletariado’, que não só afetava os industriais [da Inglaterra e França, mas também] os funcionários públicos da Alemanha rural, os padres de Roma e os professores em todas as partes do mundo (HOBSBAWN, 2010, p. 477).

Este temor se confirmou nos primeiros meses de 1848, com a insurreição dos trabalhadores pobres, especialmente nas grandes cidades europeias. A força do proletariado derrubou antigos regimes e “quando a poeira se assentou sobre suas ruínas, os trabalhadores-na França, de fato, trabalhadores socialistas- eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma nova sociedade e um novo Estado” (HOSBAWN, 2010, 477).

Na França, “no início de 1848 [...] Alexis de Tocqueville ergue-se na câmara de deputados para expressar [...]: estamos dormindo sobre um vulcão... Os senhores não percebem mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte” (HOBSBAWN, 2011, p. 32).

No mesmo período, em 24 de fevereiro de 1848, *O Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels) era publicado anonimamente em Londres, como programa da *Liga Comunista Alemã*. Ao mesmo tempo, iniciou-se a revolução dos trabalhadores da França, “o centro detonador das revoluções europeias”²⁵, com a derrubada da monarquia e a proclamação da república. A *Revolução de 1848* “foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem

²⁴ Segundo a concepção hegeliana, a “classe em si”, é quando o proletariado se reconhece enquanto classe diante do capital. A “classe para si”, é quando o proletariado assume seu caráter histórico de classe e se organiza politicamente em torno de seus interesses de classe autônomo (MARX, 1976).

²⁵ Idem.

sucedida desse tipo. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível [...]”²⁶.

O confronto de fevereiro foi entre o velho regime absolutista e o progresso em torno de uma nova república, no entanto, em sua essência, a verdadeira luta ocorrida entre a “ordem” e a “revolução social” eclodiu em junho “quando os trabalhadores manobrados para uma insurreição isolada foram derrotados e massacrados. [...] Cerca de 1.500 caíram na luta das ruas”²⁷, uma diferença extrema quando comparada a revolução de fevereiro, que custou 370 vidas²⁸. Após a revolução, três mil trabalhadores foram assassinados; doze mil foram presos e deportados para a Argélia (Hobsbawn, 2011).

A partir das revoltas operárias, de acordo com Coutinho (1975), a corrente filosófica da burguesia revolucionária foi disseminada em basicamente duas correntes, a direitista, que sob responsabilidade dos *neo-hegelianos* levou a filosofia progressista a sucumbir ao *agnosticismo* e aos *sociologismos* das nascentes ciências sociais, ancoradas na Economia Política Clássica; e a esquerdista que foi desenvolvida por Marx e Engels, autores da *teoria social crítica*.

A crítica direitista foi fundada sob a negação completa das categorias *historicismo*, *humanismo e razão dialética*, que foram declaradas incognoscíveis e relegadas aos níveis do agnosticismo²⁹ irracional e à racionalidade formal abstrata burguesa. O conhecimento da realidade enquanto totalidade foi fragmentado e disseminado em níveis cada vez mais especializados das *ciências sociais* que surgiam naquele período.

Para Coutinho (1975), a corrente direitista representa a “*filosofia da decadência*” e é fortemente marcada por uma “tendência ideologizante” que nega ou “corrige” o pensamento hegeliano.

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado [...] ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação [...] da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata ou uma apologia da positividade, que transformam a história real em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da Razão dialética [...] vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas.

²⁶ Idem.

²⁷ HOBSBAWN, Op. Cit., p.43

²⁸ Idem.

²⁹ O agnosticismo é a ponte entre o irracionalismo e racionalismo formal. O agnosticismo confunde a razão com intelecto e a apropriação humana objetiva do real, com manipulação técnica e burocrática de dados (Coutinho, 1975).

Essa ruptura é o que Coutinho (1975) denomina de “miséria da razão”³⁰, em uma analogia à “destruição da razão” desenvolvida por Lukács, na tese sobre o *irracionalismo* da filosofia burguesa decadente. Esse novo aspecto da cultura burguesa constituiu-se como *fonte de aumento da alienação humana*, à medida que a *filosofia da decadência* acentuava o seu caráter ideologizante.

As contradições sociais e a concepção histórica da realidade, a luta de classes e o caráter de transitoriedade do capital foram substituídos por proposições “neutras e antiontológicas [...] com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero” (Lukács apud LARA, 2013, p. 92).

Em favor da manutenção da ordem capitalista quaisquer concepções de totalidade da realidade social e suas bases estruturais passaram a ser negadas. De acordo com Lara (2013), citando Lukács, este momento representou a “decadência ideológica da burguesia”.

A perspectiva teórica esquerdista, desenvolvida por Marx, compreende a realidade como totalidade histórica e concreta, fundada em bases materiais, sobre as quais os homens produzem por meio do seu trabalho. Nesta perspectiva, os homens são produtos históricos de suas relações sociais, que determinam a sua consciência.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Ao empreender os estudos sobre a gênese e o funcionamento da sociedade burguesa moderna, Marx se contrapôs às teses dos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, sobre o funcionamento do mercado e a origem do lucro da produção, ele as aprimorou e desenvolveu a *lei geral da acumulação capitalista*, consolidada em *O Capital*.

Na *lei geral da acumulação*, Marx chega à conclusão que a expansão do capitalismo, fundada sobre a exploração da força de trabalho, a acumulação de lucro e a concentração da riqueza e da propriedade privada, eleva ao máximo o desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta em uma crise de *supercapitalização* (Marx apud Mandel, 1982), que provoca queda da taxa de lucro e exige do capital medidas para a retomada do crescimento.

³⁰ A “Miséria da Razão” representa “o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória” (COUTINHO, 1975, p. 4).

Ao desenvolvimento do capital é inerente uma *antinomia* que é descrita por Marx da seguinte forma:

[...] o modo capitalista de produção, tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, [...] ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandi-lo ao máximo [...]. Os métodos com que alcança esse objetivo implicam decréscimo da taxa de lucro, depreciação do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já criadas.

[...]

A depreciação periódica do capital existente, [...] perturba as condições dadas em que se efetua o processo de circulação e reprodução do capital e assim, é acompanhada de paradas súbitas e crises do processo de produção (MARX, 1974. In: Netto (org.) 2012, p. 397).

As tendências históricas apontadas têm sido confirmadas ao longo dos séculos, sendo que a reestruturação produtiva se configura como uma das crises clássicas do capitalismo, cujas tendências foram sinalizadas por Marx e por outros teóricos que seguiram sua tradição, a exemplo de Lênin, Gramsci e Lukács.

Após 1848, diante do espectro do comunismo, a nova concepção teórico-ideológica da burguesia teve como traço determinante a manutenção da ordem e o completo abandono das três categorias anteriormente sinalizadas. Ao se tornar conservadora a burguesia rompeu definitivamente com a razão dialética hegeliana, dando lugar a uma ideologia³¹ que prima pela manutenção da ordem.

A história da sociedade capitalista ficou marcada definitivamente pela luta de classes, sendo que paralela e paradoxalmente à consolidação do modo de produção capitalista a classe trabalhadora adquiriu maturidade política. O amadurecimento das lutas do proletariado exigiu da burguesia capitalista novas e complexas estratégias para combatê-las de forma muito menos repressiva quanto mais ideológica.

A contradição entre as correntes esquerdista e a direitista tornaram-se inerentes a sociedade burguesa e essas contradições, desde então, têm sido determinantes para os direcionamentos dados às relações sociais entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, principalmente no que se refere à orientação das políticas públicas e sociais e nas formas de gestão da força de trabalho.

³¹ Na concepção lukácsianas, a ideologia “é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa. [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, apud LARA, 2013, p. 99).

1.3 NOVOS ASPECTOS TEÓRICOS DAS IDEOLOGIAS NA TRADIÇÃO MARXISTA

Na tradição marxista, Gramsci (1929-1935)³² foi o autor da tese de que as ideologias são *atos históricos reais* e que, enquanto *ideologias orgânicas* são *historicamente necessárias* à manutenção de uma hegemonia dominante, podendo se manifestar em quatro graus de complexidade variados: *filosofia; religião; senso comum e folclore*. Para Gramsci, as ideologias possuem significados não apenas no sentido negativo tal como na obra marxiana.

No que se refere à *filosofia*, o marxista defende a ideia de que esta deve permanecer restrita a um grupo seleto de sábios intelectuais, pois é uma *forma de pensar o mundo*. Se a *filosofia* é uma forma de pensar o mundo, todos os homens pensam o mundo, logo, todos os homens são filósofos, mesmo que à sua maneira, pois cada um concebe o mundo e manifesta seu pensamento implicitamente nas suas relações sociais, nos seus comportamentos e pela *linguagem*.

As formas como os homens pensam e manifestam suas formas de ser podem ter sido absorvidas acriticamente do ambiente em que vivem. No entanto, a filosofia pode levar os homens à reflexão crítica em torno da construção de sua própria concepção do mundo.

No que tange à *religião*, Gramsci compartilha a definição de Benedetto Croce³³, para o qual a religião, em seu sentido laico, é “uma concepção do mundo que se transformou em norma de vida, já que norma de vida não se entende em sentido livresco, mas realizada na vida prática”³⁴. Quando a religião se torna uma *fé*, com uma norma de conduta adequada a ela, pode ser chamada de *ideologia* ou *política*.

O *senso-comum* é descrito como a forma pela qual os homens absorvem acriticamente a concepção que lhes é imposta no ambiente social e cultural em que vivem. Contém “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época, em um certo ambiente popular”³⁵.

[O senso comum é] o ‘folclore’ da filosofia” [...], apresenta-se em inúmeras formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção [...]

³² Considera-se a advertência em relação à obra gramsciana, que justamente por terem sido escritas no cárcere, sem ter acesso às obras marxianas a que ele se refere, sofreram algumas limitações e até mesmo distorções, conforme Netto (2012- introdução à teoria ...); Coutinho (Leitor de Gramsci).

³³ De acordo com Gramsci, a concepção historiográfica de Benedetto Croce, como história ético-política, não deve ser totalmente rechaçada, mas estudada e meditada, pois apesar de se apresentar como uma superação destrutiva da *filosofia da práxis*, é uma reação contra o *economicismo* e ao *mecanicismo fatalista*. Dentre os conceitos de Croce, validados por Gramsci, se encontra a definição de religião (Gramsci, 1929-1935 apud Coutinho, 2011).

³⁴ Ibidem, p. 166.

³⁵ Idem. p. 135.

desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia³⁶.

Já o *folclore*, é um aglomerado de fragmentos de diferentes concepções do mundo, de diferentes épocas e culturas, que se manifestam de maneira assimétrica, assistemática e desordenada.

[É] uma ‘concepção do mundo e da vida’, em grande medida implícita, de determinados estratos da sociedade, em contraposição [...] às concepções do mundo oficiais que se sucederam no desenvolvimento histórico. [...] É uma concepção do mundo assistemática e múltipla, não apenas no sentido diversificado e justaposto, mas também no sentido de algo estratificado. [É] um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história³⁷.

Estes quatro fenômenos descrevem graus de complexidade ideológicos, que estão presentes nas relações sociais de grupos sociais determinados, de acordo com cada período histórico em que este grupo se desenvolve.

Para Gramsci, não se pode separar a filosofia da história e da cultura de um povo, pois a cada período histórico corresponde uma determinada concepção do mundo com suas respectivas normas de conduta, cujas formas filosóficas e culturais variam de acordo com o espaço e o tempo.

Historicamente, os homens encarnam as concepções do mundo sob duas formas: como *homens-massa* ou como *homens coletivos*: “somos sempre conformistas de algum conformismo”³⁸. O homem de massa atua de forma prática, mas não pensa sua ação teoricamente. Sua consciência teórica pode estar em contraste com o seu agir. Ele possui ou duas consciências teóricas ou uma consciência contraditória; uma implícita na ação e outra superficialmente explícita na linguagem.

Os *homens coletivos* assimilam a concepção do mundo que é dominante e a analisam de maneira crítica, de acordo com sua história e a sociedade em que se desenvolvem. Organizam seu *pensamento coerente* em torno de uma unidade e criam sua própria concepção do mundo. Esse processo se dá por meio de uma ordem intelectual filosófica que leva os homens a socializar novas descobertas entre as massas e proceder com a superação crítica da religião (em seu sentido laico) e do *senso comum*, portanto, o primeiro passo é conhecer a fundo sua própria cultura, como um “conhece-te a ti mesmo”³⁹.

³⁶ Idem, p. 148

³⁷ Gramsci, Op. Cit., p. 150.

³⁸ Idem, p. 129

³⁹ Idem.

Na construção de uma nova hegemonia surge a figura do *intelectual orgânico*, filósofo das massas, organicamente vinculado a um projeto societário, que pode estar ligado a um partido, associação ou organização de direita ou esquerda. No plano político, se aproxima dos *homens simples* e oferece um convite à reflexão, utilizando-se da linguagem popular e das expressões do *senso comum*, pelas quais os homens se representam e se localizam em grupos sociais determinados.

A reflexão filosófica dos *homens-massa* estimulada pela ação do *intelectual orgânico*, possibilita a criação de uma nova cultura em torno de uma nova concepção do mundo autônoma, na qual o homem pode ser “o guia de si mesmo”⁴⁰ e tornar-se *homem coletivo*.

O desenvolvimento da *autoconsciência* requer o desenvolvimento da consciência de que se faz parte de uma determinada hegemonia política que é eminentemente contraditória. Para construir uma nova hegemonia, os homens devem desmistificar as manifestações implícitas da hegemonia dominante, que criam um *estado de passividade moral e religiosa*. A construção de uma nova hegemonia

[...] representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente, uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos⁴¹.

A luta entre as hegemonias contrastantes ocorre no campo da ética, da política e por último, no campo do real, a partir da *filosofia da práxis*, que orienta a ação prática fundada sob princípios teóricos e ético-políticos. A unidade ideológica, orientada pela *filosofia da práxis*, deve ter organicidade e solidez cultural, unidade entre o *alto* e o *baixo*, entre o *simples* e o *intelectual*, entre teoria e prática, para organizar um pensamento cientificamente coerente e esse processo deve ser assegurado pela política.

Somente pela *filosofia da práxis* os homens tomam conhecimento e fazem a distinção entre as *ideologias arbitrarias* e as *ideologias orgânicas*. As primeiras não passam de simples “elucubrações arbitrarias a determinados indivíduos”. São movimentos individuais que tem uma funcionalidade, eles são o “erro que se contrapõe à verdade e a afirma”⁴².

As *ideologias orgânicas* são “historicamente necessárias [...], têm [...] uma validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc”. São necessárias para a

⁴⁰ Gramsci, Op. Cit. p. 129

⁴¹ Idem, p. 137.

⁴² Idem, p. 137-138.

manutenção da hegemonia de determinadas estruturas. É no campo das ideologias orgânicas que os homens reais se movem, se organizam e adquirem consciência política de sua posição e podem efetivamente lutar por sua hegemonia.

As *ideologias* se movem em um *bloco histórico* formado pela *estrutura* e pelas *superestruturas*. A *estrutura* é onde se desenvolvem as relações sociais de produção. As *superestruturas* correspondem à realidade objetiva, que é um conjunto complexo e contraditório que se origina da estrutura. *Estrutura* e *superestrutura* fazem parte de uma mesma unidade, são complementares e interdependentes⁴³. É no terreno das superestruturas que se desenvolvem as ideologias orgânicas em torno das quais os homens adquirem consciência de sua posição social e lutam.

A luta política pela hegemonia deve ser estudada e analisada a partir de hipóteses e tendências lançadas sob as condições materiais e objetivas possíveis, para que os homens conheçam a realidade e desmistifiquem as ideologias que os tornam prisioneiros a uma determinada concepção do mundo.

Todavia, a disseminação ideológica do capital incide sobre as representações políticas e jurídicas da sociedade e produzem uma consciência religiosa, abstrata, que invertida, adquire autonomia, vida própria, como se a consciência dos homens produzisse as relações sociais. O problema de superação do *senso comum* para torná-lo um pensamento coerente e unitário é o problema de conservar uma unidade ideológica no bloco social que já está unificado por aquela outra ideologia dominante.

A ultrapassagem do momento econômico para o momento ético-político das relações sociais, ou “a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (Gramsci, p. 192, grifo do autor), é o que Gramsci denomina de *catarse*, pela qual o homem se torna capaz de modificar a *estrutura* e mover a *superestrutura* de acordo com a consciência política que se tornou hegemônica e constituiu um projeto de classe também hegemônico.

No contexto da reestruturação produtiva, as *ideologias* adquirem relevância política, econômica e social, como instrumento de manipulação das massas em torno do projeto capitalista, pois as transformações no mundo do trabalho na sociedade contemporânea são acompanhadas de forte conteúdo ideológico que, por meio da alienação e manipulação da subjetividade do trabalho, articula o envolvimento da classe trabalhadora nas estratégias de

⁴³ Gramsci, Op. Cit., p. 187-188.

retomada da taxa de crescimento do capital. Este conteúdo ideológico é um dos eixos centrais das novas tecnologias de gestão da produção e reprodução da força de trabalho.

A superação do *sensu-comum* não é tarefa simples, pois os contrastes existentes nas concepções do mundo dominantes são resultados de contradições histórico sociais, muito mais profundas do que se apresentam e que por razões de “submissão ou subordinação intelectual”⁴⁴, os homens as absorvem e as afirmam nas suas relações sociais como se fossem suas, pois acreditam que realmente são.

A alienação, a dominação ideológica do capital e a separação dos homens dos processos produtivos, impõem barreiras consideráveis à ultrapassagem histórica do capitalismo e à realização de um projeto de classe autônomo dos trabalhadores. Logo, a tarefa dos intelectuais tem o objetivo de assegurar uma unidade ideológica em um bloco social que já parece calcificado em torno daquela hegemonia dominante.

Esta superação não poderá ocorrer se os homens realizarem simplesmente a luta pela luta, esvaziada de seu sentido histórico-concreto, mas sim, explorando as condições objetivas e reais, não apenas ideais. O seu êxito requer a compreensão das *ideologias orgânicas*, que sustentam o modo de produção capitalista.

A luta de classes no desenvolvimento da sociedade perpassa e tenciona as relações jurídicas, políticas, sociais e econômicas no âmbito de Estado. Dessa forma, tende a ser mascarada, encoberta pela ordem social vigente. Somente por meio da luta de classes, no terreno das *ideologias orgânicas*, os homens podem assegurar uma unidade em torno da sua própria concepção do mundo e negar a concepção do mundo que é imposta pela ordem do capital. A passagem do reino da necessidade para a liberdade, do momento econômico ao ético-político, *a catarse*, só é possível a partir da *filosofia da práxis*.

Como forma de superação deste modo de dominação, Mészáros (apud Antunes, 2006), apresenta os fundamentos básicos de um novo sistema de metabolismo social⁴⁵, o qual deve ser fundado na atividade autodeterminada, baseada no tempo disponível, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada.

O trabalho deve ser convertido em atividade livre. Somente o exercício do trabalho autônomo possibilitará o resgate do verdadeiro sentido estruturante do trabalho vivo, contra o

⁴⁴ Idem, p.132

⁴⁵ O sistema de *metabolismo social*, conforme Mészáros (2002), é o resultado da divisão social do trabalho que subordinou o trabalho ao capital. Neste sistema, as mediações de primeira ordem (que tem como finalidade a preservação das funções vitais da reprodução humana), são subordinadas às mediações de segunda ordem (que introduzem elementos fetichizadores e alienantes de controle social). Dessa forma, a realização das necessidades humanas é subordinada aos valores de troca, em detrimento de seu real valor de uso.

sentido *(des)estruturante* do trabalho abstrato para o capital. Somente quando o trabalho puder restaurar o ser social, o capital poderá ser desestruturado (ANTUNES, 2006).

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, as ideologias estão presentes nas relações sociais e compõem projetos societários distintos, tanto hegemônicos quanto contra-hegemônicos. Os embates entre diferentes ideologias são sempre marcados pela luta de classes, que movimentam as superestruturas que constituem a sociedade.

Na contemporaneidade, a sociedade vivencia a crise de reestruturação produtiva capitalista, que se iniciou na década de 1970, que será melhor aprofundada no segundo capítulo. Entretanto, no item subsequente, analisaremos a funcionalidade dos aspectos político-ideológicos das políticas de cunho neoliberal neste contexto histórico.

1.4 ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO CAPITALISMO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Até finais da década de sessenta, a acumulação capitalista era baseada nos modelos rígidos de produção em massa com base do *fordismo-taylorismo*. A partir de 1966, com a desaceleração acentuada da acumulação e produtividade, se iniciou um duro ataque aos trabalhadores e aos sindicatos, aos salários e aos direitos sociais dos trabalhadores. A gestão da produção e reprodução da força de trabalho, eram caracterizadas por uma lógica despótica de exploração extensiva e intensiva da força de trabalho. Desse modo, os trabalhadores se organizaram politicamente em torno das lutas operárias que reivindicavam o controle social da produção.

Estes e outros fatores, ocasionaram o esgotamento dos modelos *fordista-taylorista* e do pacto socialdemocrata que sustentou o *welfare state*. De acordo com Netto (2004), a reestruturação produtiva ou “reestruturação do Estado em curso”, como ele denomina,

Pode ser sinalizada como a hipertrofia da sua função (do Estado) de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua atrofia como legitimador desta; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o mercado, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO, 2004, p. 72, grifo nosso).

Ainda durante o período da expansão do *welfare state* na Europa e EUA, teóricos contrários ao Estado intervencionista na economia e adeptos ao liberalismo, desenvolveram um movimento intelectual organizado em defesa de um conjunto de políticas

neoconservadoras, que foram os axiomas do neoliberalismo⁴⁶. À frente deste movimento, estava Friedrich Hayek, que defendia a tese de que as políticas de bem estar poderiam conduzir ao mesmo caminho que levou à Alemanha ao nazismo (Hayek apud ANDERSON,1995).

Para Hayek, o poder excessivo dos sindicatos e as reivindicações do movimento operário por melhores salários e políticas sociais implicavam em aumento dos gastos sociais do Estado e prejudicavam a acumulação capitalista, desencadeando o aumento da inflação. Um dos argumentos de Hayek, em defesa do neoliberalismo, era que a desigualdade “era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais”⁴⁷.

A solução proposta por Hayek era criar um Estado que atuasse como óbice ao aumento do poder dos sindicatos, que diminuísse os gastos sociais e tivesse sua autonomia interventiva nas atividades econômicas reduzida, como forma de manter a estabilidade monetária. Isso pressupunha uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos sociais e a “restauração da taxa ‘natural’ de desemprego [...] para quebrar os sindicatos”⁴⁸. As reformas fiscais seriam imprescindíveis para reduzir os impostos.

Nos E.U.A, o economista Milton Friedman desenvolveu a *Teoria Econômica Monetarista*, cuja tese defendida era que o aumento da inflação e a queda na produção decorriam dos tributos excessivos, das regulamentações das atividades econômicas e do aumento da oferta de moeda pelos bancos centrais. A saída para esta situação, seria a redução gradativa do poder do Estado, a diminuição generalizada de tributos através das privatizações e a redução do poder do Estado para fixar preços.

Com a crise do fordismo e do *welfare state*, Michel Aglietta (1976) e outros intelectuais europeus propuseram a criação de uma política regulacionista progressista (Braga apud Druck, 2005), capaz de restaurar o crescimento econômico equitativo, fundado em um novo pacto socialdemocrata e uma nova organização flexível do trabalho com o apoio da classe trabalhadora. Seu fundamento central era a mobilização subjetiva, através da implementação da gestão *participacionista* e de uma *democracia salarial*, que estimulasse o sentimento de pertencimento e solidariedade nos trabalhadores. As empresas seriam o novo

⁴⁶ Este movimento pode ser considerado como o berço do neoliberalismo e a corrente deste pensamento, fundada por Hayek, ficou conhecida com a *Escola Austríaca*, do neoliberalismo.

⁴⁷ Ibidem, p. 10

⁴⁸ Ibidem.

espaço de entendimento social, como uma comunidade de interesses que, ao mesmo tempo em que acirrasse as individualidades, fortalecesse o caráter coletivo da produção⁴⁹.

Esses *valores* seriam expandidos para o conjunto da sociedade na forma de "economia solidária", por meio de ações sindicais e coletivas dos trabalhadores e por um novo pacto salarial de corresponsabilidade na solução da crise. Nesta medida, o *Estado providência* seria substituído pela *comunidade providência*, para o desenvolvimento de uma solidariedade entre as nações/regiões ricas e pobres, na defesa do progresso social, mas que na verdade, tinha como principal estratégia a manipulação dos movimentos operários e das negociações sindicais e a anulação da luta de classes.

Os regulacionistas defendiam a gestão democrática dos aparelhos hegemônicos e a criação de um Estado supraclassista, "bem pilotado" por uma burocracia eficiente, que operasse as demandas sociais e cumprisse o papel fundamental de articular as *representações* sistêmicas para o controle social (Druck, 2005).

O modelo revisionista ou "terceira via"⁵⁰, tinha como função realizar o trânsito para uma reestruturação do Estado, sustentada num conjunto de valores individuais, éticos, morais e de pertencimento e nos anos 1980, com o deslanche da hegemonia neoliberal que fragilizou os Estados Nacionais, estas propostas mantiveram o fio condutor das políticas de reestruturação da economia, por meio de propostas que de forma flexível, pudessem assegurar tanto o padrão de acumulação quanto a exploração do trabalho vivo pelo mercado, sem a intervenção do Estado.

Sobre este terreno político-ideológico se ergueriam todas as transformações vindouras, que impulsionaram o desenvolvimento do neoliberalismo e a série de mudanças históricas caracterizadas pelas privatizações, pelas reformas sociais, fiscais e tributárias, pelo desemprego estrutural, pela desregulamentação e perdas de direitos sociais e a flexibilização das relações de trabalho.

⁴⁹ Braga “[...] defende a tese de que as teorizações dos regulacionistas se distanciam progressivamente das formulações marxistas, com as quais mantinham um vínculo na sua origem, e passam a se constituir num instrumental político que defende a colaboração de classes como única alternativa para responder à crise do fordismo e seus efeitos desagregadores (DRUCK, 2005, p. 181).

⁵⁰ Modelo alternativo ao neoliberalismo americano e ao comunismo, sustentada na democracia salarial com o objetivo de restaurar o compromisso social para ordenar o capitalismo, mantiveram o fio condutor.

O *neoliberalismo* deslanchou neste período, seus ideários foram amplamente divulgados pelas organizações multilaterais criados pelo *Acordo de Bretton Woods*⁵¹, principalmente Fundo Monetário Internacional- FMI e Banco Mundial- BM. O movimento adquiriu forças com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, que fez da Inglaterra o primeiro país capitalista desenvolvido a adotar as políticas neoliberais.

O governo conservador de *Thatcher* tinha como eixo central o fortalecimento de mercado. A *era Thatcher* rompeu com a trajetória do sindicalismo inglês, transformou as condições econômico-sociais, a estrutura jurídico-intelectual e elevou o sindicato ao posto de inimigo número do governo nesse país.

O neoliberalismo inglês promoveu a retração da industrialização e o aumento do setor de serviços, ao passo que se tornou mais orientado para o setor financeiro em detrimento do produtivo. Aprofundou o individualismo e o contratualismo, sob influência do *laissez faire*⁵² e do monetarismo da escola de Chicago.

No governo de Tony Blair a ideologia neoliberal adotada por Thatcher teve continuidade, mas em lugar do conservadorismo, Tony Blair cedeu à *terceira via*⁵³, inaugurando uma postura alternativa, com associação dos elementos básicos do neoliberalismo e traços da moderna socialdemocracia, porém não menos ofensiva sobre o trabalho, sobre as políticas econômicas e a organização da classe trabalhadora.

O avanço do *neoliberalismo* em escala mundial teve consequências nefastas aos países periféricos. Sua base político-ideológica capturou o Estado, que garante o aparato legal para a atuação do mercado de capitais. Porém, conforme afirma Anderson (1995), o neoliberalismo tinha como fim último restaurar as taxas de desenvolvimento estáveis, entretanto, este fim não foi atendido. As taxas de crescimento não avançaram nos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento- OECD nas décadas de 1970-80, pelo contrário, as taxas caíram em relação aos níveis médios dos anos 1970.

Segundo representantes da ONU (apud Folha de São Paulo, 2014), a proposta de *liberalização financeira* era que os fluxos de capital ocorressem dos países ricos aos países

⁵¹ Em 1945, países ricos estabeleceram o *Acordo de Bretton Woods*, que mesclou regras firmadas no próprio acordo com princípios do *keynesianismo*, estabelecendo medidas intervencionistas na economia mundial, a partir da criação dos organismos multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial).

⁵² O *laissez faire*, é uma ideologia adotada pela escola *neoclássica* de Chicago, que “considera a democracia como um obstáculo ao funcionamento eficiente do livre mercado e busca subordinar o político ao econômico [...] (BOTTOMORE (org.), 2012, p. 176).

⁵³ A *terceira via* moderna, é um pacto social democrata renovado pela hegemonia neoliberal, cuja principal bandeira é a defesa da modernidade, reafirmada a partir de um discurso que prega os valores calcados no respeito à individualidade e que condena definitivamente o “irracionalismo das lutas de classe”.

pobres, no entanto, ocorreu o inverso, a exemplo do EUA, que “recebem investimentos dos países em desenvolvimento, concretamente nos bônus e obrigações do Tesouro, e em outros setores” (Sundaram, 2014)⁵⁴. “A repartição da riqueza mundial piorou e os índices de pobreza se mantiveram sem mudanças entre 1980 e 2000”⁵⁵, o que confirma as tendências sinalizadas neste estudo.

Confirmam-se também, as tendências sinalizadas por Anderson (1995), quando os representantes da ONU declaram que a desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da OCDE durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico.

As consequências deste quadro histórico para as políticas sociais nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento concorrem para o esvaziamento do seu sentido sócio histórico, fundado na luta de classes, ante o Estado que se tornou ainda mais conservador, mas reitera-se: não se pode perder de vista sua gênese histórica, ancorada nas lutas de classes, que tencionam as relações sociais.

A burguesia conservadora e o Estado burguês promovem uma ressignificação da pobreza e da “questão social”⁵⁶, pois reconhecem o peso da organização política da classe trabalhadora e principalmente, que esta organização é capaz de se converter em um bloco hegemônico, *historicamente orgânico* - nas palavras de Gramsci. A construção deste bloco hegemônico, fatalmente derruiria as bases materiais do atual modo de produção. Decorre daí a importância de não subestimar o caráter dúplice das políticas públicas.

Uma das estratégias das políticas de cunho neoliberal contemporâneas é o tratamento dispensado à pobreza. Para Mota (2014), é imprescindível distinguir entre os significados de pobreza e desigualdade social, pois no capitalismo, conforme ressalta a autora, a pobreza é definida a partir de um conjunto de indicadores, que podem ser medidos quantitativamente: *fome, IDH, renda, cultura, etc.* Estes índices contêm patamares de diferenciação: *linha da pobreza e extrema pobreza, miséria, etc.* Já a desigualdade social se expressa objetivamente na “questão social”, que só pode ser entendida a partir da gênese do capital.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ De acordo com Mota (informação verbal), anteriormente ao modo de produção capitalista, a pobreza era resultado do baixo desenvolvimento das forças produtivas. O capitalismo é o único modo de produção na história em que, ao mesmo tempo que as forças produtivas atingem seu grau máximo de desenvolvimento, aumenta paralelamente a pobreza e a desigualdade.

As políticas públicas no capitalismo tendem a reproduzir as desigualdades sociais. De acordo com Mota, o tratamento da “questão social” como pobreza é exigência e imperativo do capitalismo e seu enfrentamento ocorre sob duas tendências. A *tendência de corte conservador*, que é conduzida pela classe dominante, que compreende a “questão social” como “solúvel” e defende sua superação por meio do planejamento eficiente por meio de políticas públicas eficazes. Não questiona a ordem do capital; a propriedade privada e a exploração do trabalho.

A *tendência crítica* imprime historicidade à “questão social” como expressão contraditória da sociedade burguesa, que aprofunda a pauperização do trabalhador. Para a tendência crítica as contradições inerentes ao capitalismo, que dão forma à “questão social”, são indissolúveis sob o modo de produção capitalista.

Sob a *tendência de corte conservador* as políticas sociais adquirem um caráter reducionista, focalizado, seletivo e minimalista. Seu intuito não é o de garantir direitos, mas compensar o que o Estado mínimo não assegura. Entretanto, adquirem legitimidade, pois atendem interesses reais da população. As políticas conservadoras, pautados na *inclusão social*, seguem a lógica de que “basta incluir os excluídos para resolver o problema da pobreza” (Mota, 2014).

Diante disso, o enfrentamento da “questão social” na perspectiva crítica na contemporaneidade, deve ser direcionado às possibilidades objetivas de diminuição dos índices de concentração de renda e melhoria na distribuição da riqueza socialmente produzida.

As disparidades analisadas sinalizam que economicamente, enquanto estratégia para reverter a crise de reestruturação produtiva, o *neoliberalismo* fracassou mas ainda assim, ele se converteu em um

movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 20).

O *neoliberalismo* ainda se encontra em vias de desenvolvimento. As prospecções em torno dele são provisórias, no entanto, o *balanço* realizado dos últimos quinze anos, indica que apenas nos países ricos estas políticas apresentaram algum saldo positivo (Anderson, 1995). O autor afirma que apesar do fracasso econômico, no âmbito social, político e ideológico, o neoliberalismo obteve êxito em manter e aprofundar sua hegemonia na sociedade.

Vimos então, que o neoliberalismo é o terreno sobre o qual o capitalismo desenvolve suas estratégias para assegurar sua hegemonia político-ideológico. Entretanto, conforme afirma Mészáros (2002), o desenvolvimento do capital não pode ser sustentado indefinidamente, pois seu caráter é histórico e como tal, transitório.

Contudo, somente será superado por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante, que assuma as funções metabólicas deste modo de produção, porém sem suas contradições, conduzindo assim, à produção e realização de todas as potencialidades criativas do homem, ou seja, sua auto-realização.

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Notas Preliminares

O presente capítulo tem o objetivo de oferecer notas preliminares ao debate sobre as origens e o desenvolvimento da crise de reestruturação produtiva e a forma com que as relações sociais entre Estado, Capital e Trabalho se desenvolveram a partir da década de 1970, que é o marco histórico das transformações societárias ainda em curso.

A análise serviu como fundamento para a contextualização de como os reflexos das leis e tendências históricas internacionais incidem sobre o Brasil e região amazônica, principalmente na região de Carajás, impondo uma série de reorientações nas relações sociais de produção e reprodução da força de trabalho, assim como nas políticas públicas locais, que modificam a realidade e causam impactos diversos à população que vive naquele entorno.

2.1 ORIGEM E ECLOSÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Na tradição marxista, o desenvolvimento das forças produtivas, a produção material e a divisão social do trabalho, em determinados períodos históricos, condicionam as relações sociais dos homens e forjam sua consciência, que sob o atual modo de produção tende a ser moldada para contribuir com a expansão do capital.

A atual crise de reestruturação capitalista, tem como uma de suas principais características o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, em virtude das avançadas tecnologias empregadas nos processos produtivos e de gestão da força de trabalho.

Os processos rígidos de produção, que antecederam a acumulação flexível, foram baseados nos modelos fordista e taylorista. Esses modelos foram os axiomas da crise de superacumulação e tiveram efeitos devastadores sobre o mundo do trabalho, conforme

analisado por Braverman (1987), em sua discussão sobre a degradação do trabalho no século XX.

A *gerência científica*, ou *taylorismo*, foi um sistema desenvolvido por Winslow Friedrich Taylor nas últimas décadas do século XIX, que consistiu em um método de organização do trabalho com a aplicação da ciência à produção para solucionar os problemas referentes ao controle dos processos de trabalho nas empresas capitalistas, que estavam em rápida expansão.

A *gerência científica* possuía uma lógica despótica e suas técnicas de controle e gerenciamento tinham três princípios básicos como fundamento: *a dissociação dos processos de trabalho das especialidades dos trabalhadores; a separação entre concepção e execução dos processos de trabalho; a utilização do monopólio do conhecimento para controlar todas as fases do processo de produção.*

Suas principais consequências foram: a redução das necessidades de trabalhadores diretos na produção, a separação dos processos físicos de trabalho e planejamento e mudanças na divisão social do trabalho entre aqueles que concebem e os que produzem.

Devido ao sucesso obtido com a introdução da gerência científica para o aumento da produtividade, seus princípios foram incrementados e aperfeiçoados por Henry Ford, que desenvolveu o modelo *fordista* em 1945, cujas técnicas foram largamente aplicadas nos processos de produção em massa.

Uma das principais contribuições do *fordismo* para o aumento da produção foi o desenvolvimento das esteiras rolantes. Os operários posicionavam-se ao longo das esteiras que conduziam o produto até os trabalhadores ao longo das linhas de montagem. As máquinas ditavam o ritmo da produção e com isso, o trabalho se converteu à realização de tarefas meramente repetitivas, intensificando a separação entre o trabalhador e o processo de trabalho, entre o conhecimento do seu ofício e dos processos produtivos.

A racionalização da produção, as inovações técnico-organizacionais, as políticas de pleno emprego, etc., estimulavam novas formas de consumo na sociedade. Ao mesmo tempo que se desenvolvia a produção em massa, o consumo em massa também se desenvolvia sob estímulo do Estado. Paralelamente cresciam as revoltas operárias naquele período.

A expropriação intensificada do *operário-massa*⁵⁷ e as contradições do processo produtivo fordista representaram os “pontos de saturação” deste modelo. Os processos rígidos de extração de quantidades cada vez maiores de mais-valia, absoluta e relativa, chegavam ao seu limite diante da superacumulação.

Entretanto, as lutas sociais dos trabalhadores foram limitadas pela dificuldade em desmontar a estrutura organizacional socialdemocrata, consolidada há várias décadas e que modificaram profundamente o operariado. O movimento não foi capaz de se constituir em um projeto societal hegemônico contrário ao capital. A ação dos trabalhadores perdeu força, porém, abalou as estruturas do modo de produção capitalista (Antunes, 2006).

Diferentes autores da sociologia do trabalho analisam os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho. Dessa forma, expusemos a seguir algumas dessas teses que foram consideradas relevantes, pois representam em síntese o tema central da pesquisa, que tem como categorias centrais o *trabalho* e a *ideologia*.

O desenvolvimento do capitalismo, conforme Mandel (1982), apresenta três fases distintas e complementares: o capitalismo de mercado; o capitalismo monopolista e o capitalismo tardio⁵⁸, que é o capitalismo monopolista levado ao seu estágio mais avançado.

Uma das principais características do capitalismo em seu estágio de monopólio é a fusão de grandes grupos empresariais, com o objetivo de domínio do mercado mundial, independente das fronteiras nacionais. Sob a égide do capital monopolista e sua necessidade de acumulação, ocorreu a separação total entre o trabalho e as condições objetivas de sua realização; entre os instrumentos, os objetos e a força de trabalho; entre o trabalhador e a natureza. Nestas circunstâncias, as relações sociais de produção e reprodução da força de trabalho, tornaram-se *estranhas* ao trabalhador. Elas se tornaram *alienadas*.

Não obstante à hegemonia do capital, sua *antinomia*⁵⁹ resulta em crises cíclicas de superacumulação, com intervalos de recuperação e expansão do desenvolvimento econômico, denominadas por Mandel (1982) como *ondas longas recessivas e ondas longas expansivas ou expansionistas*. A tendência prospectiva dessa análise indica que a alternância periódica de estagnação e recuperação conduzirão a um colapso das forças produtivas e conseqüentemente,

⁵⁷ Parcela hegemônica do proletariado da era taylorista/fordista que atuava no universo concentrado no espaço produtivo (ANTUNES, 2006, p. 40).

⁵⁸ As três fases citadas ocorreram respectivamente entre 1700 a 1850; entre 1850 até aproximadamente 1965, quando se deu o esgotamento das reconstruções do segundo pós-guerra; e de 1965 e meados de 1970 até os dias atuais.

⁵⁹ Cf. Primeiro Capítulo.

ao surgimento de um novo modo de produção na história, contrariando as teses antimarxistas que negam o caráter de transitoriedade do capitalismo.

De acordo com o autor, a última *onda longa expansionista* perdurou entre o segundo pós-guerra e a crise de reestruturação produtiva. Este foi o marco de um novo período de estagnação, a nova *onda longa recessiva* que permanece até os dias de hoje.

Neste ínterim, ocorreram rápidos períodos de retomada, como das décadas de 1980 e 1990 (que foram motivadas, dentre outros fatores, pela queda do muro de Berlim), que no entanto, não foram suficientes para a retomada do crescimento econômico. Logo, as perspectivas históricas não indicam uma nova onda longa expansiva nas próximas décadas, o que sugere que a hipótese central do pensamento de Mandel estava correta: “uma retomada expansiva e ampla dessa economia nos anos vindouros está totalmente excluída” (Mandel apud BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 118).

A nova *onda longa recessiva* representou também o início do estágio mais desenvolvido ou maduro do capital, denominado por Mandel como *capitalismo tardio*, marcado por “uma industrialização generalizada pela primeira vez na história” (MANDEL, 1982, p. 271), já que os processos de mecanização, padronização, superespecialização e fragmentação do trabalho, penetram todos os setores da vida social, da produção à circulação, caracterizando-se como um fenômeno determinado por ele como “supercapitalização” do capital excedente não investido, que devido à acumulação excedente, perde valor.

A lógica do *capitalismo tardio* consiste em converter o capital ocioso em capital de serviços mas também consiste em substituir o capital de serviços por capital produtivo (ex: serviços de teatro por televisores; serviços de empregadas domésticas por aspiradores de pó, máquinas de lavar, etc.).

A massa de capital excedente, que não cria *mais valia*, ocasiona a queda da taxa de lucro e com isso, o capital tem a necessidade de investir em outras esferas, como a da circulação e dos serviços, do comércio e serviços de crédito, como forma de acelerar o tempo de rotação do capital produtivo circulante, de reduzir os custos indiretos da produção e obter rendimentos com a venda de mercadorias que contém *mais-valia*.

Este mecanismo requer como requisito primordial o “consumo”. Mandel afirma que para todo capitalista todos os trabalhadores são tidos como consumidores que devem trocar os seus salários por mercadorias. Na chamada *sociedade do consumo*, a concepção ideológica do capital é transmitida através da pressão ocasionada pelas mídias, pelos meios de comunicação

e publicidade, que impõem e estimulam necessidades de consumo supérfluas à sociedade, que se torna consumista de um consumismo que nem sempre deriva de uma necessidade própria.

O capitalismo não consegue sobreviver à saturação de mercadorias mais do que consegue sobreviver à eliminação da força de trabalho vivo da produção material. Dessa forma, o setor de serviços se expande, tendo como principais características a terceirização e a subcontratação, que nos processos de trabalho das grandes empresas diminui a necessidade de trabalhadores diretos e contribuiu para diminuição dos salários, para a flexibilização dos contratos e ameaça a estabilidade dos vínculos de trabalho.

As transformações na divisão social do trabalho no *capitalismo tardio*, foram analisadas por Mandel (1982), como tendo um duplo caráter: técnico e econômico. É técnico, à medida que amplia as funções intermediárias e de serviços e é econômico quando busca a integração vertical de grandes empresas, firmas, multinacionais e conglomerados.

No *capitalismo tardio*, as estratégias adotadas para a retomada da taxa de lucro e acumulação do capital, levam a uma forma de desenvolvimento contraditória, que na tradição marxista é denominada de *desenvolvimento desigual e combinando*⁶⁰, que acelera o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo que acentua a exploração do trabalho e intensifica a pobreza e a desigualdade social, que se expressa objetivamente na “questão social”.

Neste contexto, uma das principais estratégias do capital para gerar lucro são as operações financeiras, que rendem lucro na forma de juros (o dinheiro que gera mais dinheiro). No processo de financeirização do capital, os bancos assumem um papel fundamental. Sob este aspecto o *fetichismo da mercadoria*⁶¹ é ainda mais aprofundado. As relações de produção se tornam igualmente *fetichizadas, reificadas* (coisificadas). O trabalhador se transforma em coisa e as coisas se personificam. A mercadoria se torna sujeito da produção e o trabalhador objeto.

Ocorre um aprofundamento da alienação, por meio de mecanismos sofisticados de manipulação político-ideológica sobre os trabalhadores. Estes mecanismos transmitem a pretensa ideia de relações sociais harmônica entre Estado, mercado e trabalho que na verdade

⁶⁰ Trotski ampliou o conceito de desenvolvimento desigual, utilizado por Marx e Lênin, para designar o desenvolvimento, a partir do Imperialismo, denominando-o como “desigual e combinado”. “Em lugar do crescimento orgânico, a maior parte dos países menos desenvolvidos passou por um processo de combinação de ‘desenvolvimento com ‘subdesenvolvimento’” (BOTTOMORE, 2012, p. 145).

⁶¹ O capital fetiche, aparece “numa relação ensimesmada [...], como fonte auto criadora de valor, obscurecendo [...] suas relações com a apropriação de trabalho excedente não pago – ou mais valia – que alimenta a reprodução ampliada daquele capital. Consuma-se assim sua aparência enquanto coisa [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

encobrem a necessidades de acumulação de lucro nos processos produtivos do capital, que seguem a lógica dos modelos de gestão flexível da produção, com base no toyotismo.

Outro autor da sociologia do trabalho, vinculado à tradição, cuja tese foi analisada neste trabalho é Lojkine (1999), que discute a reestruturação produtiva sob a ótica da *Revolução Informacional*. Lojkine analisou o emprego de Novas Tecnologias de Informação-NTI que, aplicadas aos processos produtivos, ocasionam profundas transformações nas relações sociais de produção e reprodução da força de trabalho, a ponto de diversos autores não marxistas especularem o fim da indústria, do trabalho e da classe trabalhadora, frente ao alto grau de desenvolvimento tecnológico.

Em sua discussão, Lojkine se dirige especialmente às teses da *Revolução Técnico Científica* de Radovan Richta (1972) e à tese da *Sociedade Pós Industrial* de Daniel Bell (1976). Em ambas, os autores afirmam que em vez do trabalho, a ciência, a tecnologia e o saber teórico seriam as principais forças produtivas. A produção industrial teria sido substituída pela informação, a experiência profissional pela ciência e os operários pelos engenheiros, decretando o fim do trabalho e do proletariado.

Em sua argumentação, Lojkine resgata a concepção marxiana de que o *proletariado* é “a classe que não é considerada como uma classe na sociedade, que não é reconhecida como tal e que é, já, a expressão da dissolução de todas as classes, de todas as nacionalidades [...] no marco da sociedade atual” (MARX apud Lojkine, 1999, grifo do autor).

A partir dessa definição, o autor analisa que o desenvolvimento do proletariado nos marcos da sociedade atual engloba a maior parte dos trabalhadores. O movimento real da sociedade e a nova divisão social do trabalho indicam a tendências para a extinção de alguns cargos, criação de outros e alargamento das funções, aumentando a exigência por novas competências e habilidades e a interpenetração de funções entre os diversos cargos existentes. Nesse processo, o perfil de profissional exigido tem como requisitos a superqualificação, a multifuncionalidade e a polivalência de funções.

Esta realidade implica no aumento da proletarização de vários segmentos médios assalariados: engenheiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais liberais e até mesmo a categoria dos gerentes ou *managers*. Nas novas relações sociais de trabalho, aquele que não atende ao novo perfil exigido tende a ser substituído por outro com as qualificações consideradas adequadas.

Vários segmentos de trabalhadores são ameaçados pelo desemprego, pois esse novo perfil, ao mesmo tempo que alarga a massa do proletariado, segrega internamente a classe trabalhadora, ao excluir uma parcela de trabalhadores considerados desqualificados e elitizar outra, considerada qualificada face ao desenvolvimento de uma intelectualização de novos ofícios informacionais, o que também contribui para o acirramento da interconcorrência, da individualidade e da disputa de papéis profissionais, resultando em um ambiente de trabalho hostil.

O desenvolvimento das NTI reduziu a necessidade de trabalho vivo direto na produção industrial, abrindo espaço para o crescimento do setor de serviços, em especial os de informática, que se tornaram imprescindíveis às empresas que se utilizam das redes informacionais⁶². Não obstante, as mudanças atingem todos os setores da sociedade, tanto a área de serviços quanto na indústria.

Na perspectiva de Lojkine, o desenvolvimento das tecnologias de informação e a socialização dessas informações, cujo domínio é uma exigência do atual mercado de trabalho, possibilitam pela primeira vez na história do capitalismo, a superação da divisão social do trabalho entre os que produzem e os que pensam a produção.

No entanto, diante desta possibilidade, quase inatingível sob o atual modo de produção, o capitalismo tende a acirrar suas contradições, intensificando a exploração da força de trabalho, aumentando suas exigências sobre ela e intensificando os processos de alienação, de extração de mais valia absoluta e relativa. Além disso, a partilha de informações e a necessidade de o capital mantê-las sob seu controle acirra os processos burocráticos em todos os setores da sociedade. Estes processos condicionam a sociabilidade dos trabalhadores e impõem, de maneira reiterada, implícita e subjetiva, a hegemonia do capital que controla os processos e as forças produtivas, que atingem seu mais alto grau de desenvolvimento da história.

Todas estas mudanças ocasionam uma crescente imbricação e interpenetração entre as atividades de serviços, as administrativas, as operacionais, as gerenciais, etc., que transformam grandemente os processos de trabalho, podendo levar a *crises de identidade* generalizadas dos trabalhadores neles inseridos, incluindo-se os assistentes sociais.

⁶² A constituição de redes informacionais, assim como a tentativa para estabelecer conexões densas e interativas entre todos os setores de atividades e a enorme mesclagem de informações suscitada pela implementação das NTI entram, mais cedo ou mais tarde, em conflito com a centralização e a concentração de informações e de decisões estratégicas (e também com a 'mercantilização' dos meios de comunicação em massa) (LOJKINE, 1999, p. 229, grifo do autor).

Uma das principais contradições destas transformações pode ser sinalizada no exemplo dos *managers*, que são um dos segmentos de trabalhadores mais atingidos com as mutações ocasionadas pela *revolução informacional*, pois ao mesmo tempo que o trabalho dos gerentes é absolutamente necessário para que o capitalista não necessite exercer diretamente esta função, por outro lado, sua categoria é ameaçada pelo desemprego, já que seu trabalho é improdutivo, ou seja, não produz diretamente mais valia.

De acordo com Lojkine, à luz da teoria marxista, o trabalho dos gerentes é “*gerador de antivalor*”. Portanto, sua categoria tende a ser reduzida ao máximo, também em função de outras categorias profissionais que crescentemente acessam os níveis de gestão nas empresas: administradores, psicólogos, assistentes sociais, médicos, etc.

As mudanças na divisão internacional do trabalho transformaram igualmente as economias dos países ricos e países *recentemente industrializados*. As indústrias de alta tecnologia não estão mais restritas exclusivamente aos países ricos, entretanto, a exploração da mão de obra nos países pobres que possuem estas indústrias tende a ser intensificada, devido a utilização de mão de obra barata e da flexibilização das leis ambientais, fiscais e trabalhistas, etc. Os estudos empíricos citados por Lojkine mostram que as tendências de precarização do trabalho atingem todos os segmentos de trabalhadores, mesmo nos países centrais, com a “destruição das proteções sociais conquistadas pelas grandes lutas operárias dos anos 50-60”⁶³.

No caso do Brasil, as principais transformações apontadas por Lojkine, se deram na indústria automobilística, siderúrgica, de construção naval, aeronáutica, microeletrônica e no setor bancário. O autor afirma que “o Brasil e a Coréia do Sul exportam serviços na área da engenharia; a Índia, programas de computador; boa parte dos semicondutores é produzida no Sudeste Asiático”⁶⁴.

Ressaltamos a indústria de mineração comandada pela Vale no país, que domina o mercado consumidor de ferro no planeta, cuja produção emprega tecnologia de ponta nas operações de extração e beneficiamento. Além disso, a empresa atua fortemente nos segmentos de siderurgia e logística.

A mão de obra requerida nas indústrias ultramodernas, localizadas nos países *recentemente industrializados* é altamente qualificada e efetua tarefas cujo grau de

⁶³ Lojkine, Op. Cit., p. 235

⁶⁴ Idem, p. 234.

complexidade é o mesmo exigido em países centrais, o que em parte, foi ocasionado pela “alta taxa de crescimento de profissões técnicas e científicas, nos anos 70-80, nestes países⁶⁵”.

Diante de todas as mutações decorrentes da *revolução informacional*, Lojkine sustenta sua tese, contrariando as teses *sociedade pós industrial* que defendem que a ciência, o saber e a tecnologia teriam centralidade nos processos produtivos. Nesse sentido, Lojkine afirma que os processos de inovação supõem relações de reciprocidade entre pesquisa científica, desenvolvimento, métodos, fabricação e marketing, mas eles não podem substituir o saber abstrato e a experiência concreta dos usuários das novas tecnologias.

Em oposição às teses dos autores que defendem o fim da sociedade industrial, Lojkine afirma ainda, que não pode haver crescimento dos serviços sem crescimento das atividades industriais, sendo que as crescentes atividades informacionais são frutos da interpenetração entre serviços e produção material. Contudo, diante das tendências analisadas e as mudanças significativas no modo de produção, conforme afirma S. Zuboff (apud Lojkine, 1999, p. 245) “a palavra de ordem dos dirigentes é *reduzir o número de pessoal*”.

A flexibilização das relações de trabalho, apontadas por Mandel e Lojkine, foram também analisadas por Harvey (1992), que compartilha dos mesmos princípios teóricos dos autores mencionados. Em sua análise desse momento histórico, conclui que a *acumulação flexível*,

caracteriza-se a partir do confronto direto com a rigidez do fordismo. [A acumulação flexível] se apoiaria na ‘flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo’ e ‘caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, apud ALVES, 2011, p. 13).

Para Harvey⁶⁶, a *acumulação flexível*, mantém três características essenciais, sendo a primeira voltada para o crescimento; a segunda, que apoia este crescimento na exploração do trabalho vivo no universo da produção; e a terceira, que remete a uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional.

2.2 NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO E O TOYOTISMO COMO IDEOLOGIA ORGÂNICA DO CAPITAL

O desenvolvimento de novas tecnologias, ocasionou intensas mudanças nas formas de organização do trabalho, pelo aumento do desemprego estrutural, retrocessos relativos à ação

⁶⁵ Lojkine, Op. Cit., 234.

⁶⁶ Ibidem, p. 29

sindical e novas formas de apelo ao individualismo. O sindicalismo de classe foi substituído pelo sindicalismo de empresa, voltado aos interesses patronais e à criação de mecanismos de incentivo e ganhos salariais decorrentes de produtividade e meritocracia.

Desde o início da reestruturação produtiva, as reformas implantadas perpassam todos os âmbitos da sociedade, capturam o Estado e intensificam a ofensiva sobre o mundo do trabalho. Estas estratégias transformam a sociedade civil e as superestruturas, que são necessárias à manutenção da ordem do capital.

O trabalho vivo é reduzido mas não pode ser eliminado, pois sem ele o capital não pode se reproduzir, já que o consumo não existe sem o trabalho assalariado, daí a necessidade de se articular trabalho vivo e trabalho morto. Dessa forma, o capital aumenta a produtividade do trabalhador e ao fazê-lo extrai mais sobretrabalho em menos tempo.

Neste aspecto, o modelo japonês desenvolvido por Taiichi Ohno (1912), o *toyotismo*, passou a ser difundido em larga escala, não apenas pelo seu avanço tecnológico mas pela forma como promove a interação entre trabalho e ciência, entre execução e elaboração, entre avanço tecnológico e *envolvimento* adequado da força de trabalho, justamente onde o fordismo fracassou.

Além da redução do trabalho improdutivo (a exemplo dos managers), é possível observar o avanço do trabalho em atividades de pesquisa, criação de softwares, marketing e publicidade, que ampliam o trabalho na esfera imaterial e de serviços e impulsionam o trabalho com base nas atividades intelectuais, portanto, a produção de conhecimento torna-se essencial para a produção de bens e serviços.

A produção e o consumo são orientados pelas estratégias de comunicação e marketing. O trabalho imaterial torna-se a interface entre produção e consumo e a comunicação tem a incumbência de induzir este consumo por meio de estratégias ideológicas. Ao se manipular a subjetividade, os gostos, o imaginário, desenvolve-se novas necessidades de consumo, que levam à produção não apenas de mercadorias mas da própria relação do capital.

Constrói-se uma *subjetividade inautêntica*, que valoriza e auto reproduz o capital. Nesta lógica, a “subjetividade operária deve transcender a esfera da execução, para além de produzir, pensar, também diuturnamente, naquilo que é melhor para a empresa e o seu projeto” (Antunes, 2006, p. 128).

De acordo com Antunes, as formas contemporâneas de estranhamento preservam sua essência, e podem se manifestar em uma forma de existência inautêntica, manipulada por meio dos discursos de *maior participação, controle de qualidade, envolvimento*. Esta

subjetividade estranhada, incentiva a necessidade de pensar e agir dos trabalhadores, considerando-se prioritariamente os objetivos da empresa.

Existe uma aparência de maior liberdade no espaço produtivo, no entanto, as personificações do trabalho se convertem em personificações do capital. Neste processo, aqueles trabalhadores que não se adéquam a estes perfis são substituídos por outros com *performance adequada*. Como consequência, geram-se múltiplas fetichizações e reificações que repercutem na vida fora do trabalho.

A apropriação da dimensão intelectual do trabalho e a utilização das máquinas, propiciam o envolvimento interativo do processo de trabalho, aumentando ainda mais o estranhamento do trabalho e as formas modernas de reificação. De acordo com Antunes, neste processo, a *alienação* é fundamental para o capital manter seu processo de controle da produção, que requer a separação completa das etapas do trabalho e como consequência, pode levar o trabalhador a rejeitar a vida social, isolar-se de maneira apática, silenciosa, que podem se manifestar também em formas de violência e conflitos diversos.

Nas corporações, a introdução de técnicas *toyotistas*, propiciam um novo modelo ideológico-moral para a gestão do trabalho, com a adoção de mecanismos que conciliam a alocação dos custos, a redução dos desperdícios, a administração do tempo e otimizam a racionalidade dos processos produtivos.

[O] pressuposto essencial desse novo modelo de gestão da produção capitalista [é] a ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo [...]. Mais do que o fordismo-taylorismo, o toyotismo tem a necessidade de envolvimento dos operários e empregados nos procedimentos técnico-organizacionais da produção de mercadorias (ALVES, 2011, p. 44).

O *toyotismo* é baseado em três modelos constitutivos: “*produção difusa, produção fluída e produção flexível*” (BIHR, 1991, apud Alves, 2011, p. 48). Sendo que a *produção difusa* ocorre por meio da externalização da mão-de-obra, traduzida nas redes de colaboradores, que são compostas por empresas terceirizadas e subcontratadas. A *produção difusa* ocorre também por meio do trabalho precário (ex: trabalho em domicílio, trabalho por encomenda, trabalho temporário). Alain Bihr, citado por Alves (2011), conclui que a *produção difusa* propicia a criação de uma fábrica enxuta ou *lean production*, que viabiliza a desconcentração ou desaglomeração de unidades produtivas e a descentralização da gestão, que tornam-se possíveis graças a introdução de tecnologias informacionais e de comunicação.

No que concerne à *produção fluída*, a mesma é caracterizada por Bihr, a partir da adoção da “automação de integração” ou “gestão informatizada dos fluxos produtivos” e também pelas “equipes polivalentes e sistemas de máquinas automatizadas”. Esta nova

organização sustenta o *just-in-time*⁶⁷, o *kanban*⁶⁸ e a “autonomação⁶⁹”, que seria uma automação com a utilização do fator humano (Ohno, 1912). Nesse processo aumentam as exigências de polivalência sobre os trabalhadores, que precisam desempenhar suas atividades em vários segmentos, com diferentes máquinas e com a utilização de diferentes materiais. “A ideia de produção fluída contém um *nexo essencial do espírito do toyotismo*, a *fluidez subjetiva da força de trabalho*, isto é, o envolvimento proativo do operário ou empregado”⁷⁰.

Quanto à *produção flexível*, esta é caracterizada pela adoção de alternativas capazes de adequar a capacidade produtiva da empresa à demanda, o que vai exigir formas de organização flexível do trabalho, articulando a *produção difusa* à *produção fluída*.

Os modelos constitutivos do *toyotismo* interferem na composição salarial e nos contratos de trabalho, que também se tornam flexíveis e instáveis. A precarização do trabalho é aprofundada com a contratação do trabalho parcial ou temporário, levando a flexibilização do salário direto por meio do salário indireto ou remuneração variável, baseada em critérios de produtividade e de desempenho individual.

O *toyotismo* fragiliza a organização da classe trabalhadora em suas formas de ser e de se socializar, pois através do trabalho precário, difunde o *sociometabolismo da barbárie* (Alves, 2011), que compõe este novo complexo de reestruturação produtiva.

Sob o *toyotismo*, a domínio do capital manipulatório se estende para além dos espaços da produção, capturando as “instâncias da reprodução social, colocadas como nexos orgânicos da produção como totalidade social” (ALVES, 2011, p. 89), para tanto, o aparato ideológico se torna ainda mais complexo para assegurar a hegemonia vigente, pois é através da “tempestade ideológica de valores, expectativas e utopias de mercado que se busca formar o novo homem produtivo do capital.

O *toyotismo* é a *ideologia orgânica* do capital no contexto de reestruturação produtiva, que

⁶⁷ O Just-in-Time é um dos pilares do toyotismo, que tem relação com a absoluta diminuição do desperdício, de forma que a empresa produza o que é certo no tempo certo, seu objetivo é “aumentar a produtividade por meio da eliminação do ‘desperdício da superprodução’ [...] que “pressupõe como nexo essencial uma ‘gestão do trabalho vivo’, que implica aumento da taxa de exploração” (ALVES, 2011, p. 51, 52)

⁶⁸ O Kanban “é uma ferramenta utilizada para conseguir o just-in-time” [...], é uma espécie de método de administração que consiste em um sistema de informações que controla a produção no just-in-time (Alves, 2011, p. 54).

⁶⁹ A Autonomação, ou “automação com toque humano” (OHNO, 1912), consiste num mecanismo para dotar a máquina de inteligência, implantando dispositivos que façam seu funcionamento parar automaticamente quando um defeito é detectado, evitando a produção de mercadorias defeituosas, desta forma, a autonomação liberaria o trabalhador humano para operar diversas outras máquinas, contribuindo para um sistema de multitarefas e polivalência de funções, que intensificam a exploração do trabalho vivo (Alves, 2011, p. 54).

⁷⁰ ALVES, Op. Cit., p. 49.

encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. Existe uma intensa sinergia entre inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sociometabólica, constituindo o novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI⁷¹.

As novas tecnologias de gestão *toyotistas* incrementam o *regime de acumulação flexível*, à medida que asseguram a manutenção do padrão de acumulação, permitem o envolvimento da classe trabalhadora por meio do ideário participativo, que inaugurou uma nova forma de subalternidade formal e intelectual do trabalhador. Por meio da manipulação consensual, o trabalhador oferece toda sua capacidade intelectual e habilidades proativas, no sentido de antever falhas e propor soluções antecipadamente a estas.

Os Círculos de Controle de Qualidade- CCQ, os Programas de Qualidade Total- PQT, o trabalho em equipe (*team work*), etc, criam um ambiente de trabalho estimulante e desafiador, mas que também dissemina a cultura do medo e da insegurança, pois individualiza as relações de trabalho e torna o trabalhador o único responsável pelo seu sucesso e desempenho na organização.

Conduzidos principalmente pelas áreas de recursos humanos e saúde do trabalhador, os programas, projetos, ações e serviços especializados têm como tema principal a *qualidade de vida ou a valorização da vida*, não só do trabalhador, mas de toda sua família. Essas ações promovem uma série de mudanças ideológicas e culturais na vida do trabalhador para que este absorva cada vez mais a cultura e os valores organizacionais, não apenas no ambiente de trabalho, mas na sua família, na escola, na comunidade, no seu lazer, etc.

Analisa-se na sequência, como os reflexos da reestruturação produtiva e as políticas neoliberais se materializaram no Brasil e seus impactos na sociedade brasileira, na região amazônica, e na região de Carajás, onde se localizam as unidades da Vale, objeto da pesquisa.

2.3 PARTICULARIDADES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AMAZÔNIA

No Brasil, assim como em outros países periféricos, não houve *estado de bem-estar-social*, no entanto, o segundo pós-guerra sinalizou no país, o início do trânsito do modelo de desenvolvimento baseado na economia agrícola para o modelo industrial.

A própria ditadura militar, instaurada com o golpe de 1964, apesar de fatores internos determinantes, também pode ser vista como reflexo de fatores internacionais na política nacional, relacionados à expansão do capitalismo mundial e ao crescimento da produção

⁷¹ Idem, p. 43.

oligopolizada, que visava subordinar ainda mais os países periféricos, que já eram dependentes das tecnologias dos países industrializados.

A ditadura deu continuidade à entrada de capital estrangeiro no país, reprimindo os sindicatos e movimentos populares, quebrando a resistência dos trabalhadores e criando uma reserva de mão-de-obra barata e desqualificada.

A inserção do Brasil no ciclo do capitalismo mundial, foi fortalecida pelas reformas implementadas no regime militar e no governo Emílio Gastarrazú Médice, que configuraram o chamado “milagre brasileiro”, também comandado pelo ministro da fazenda Delfin Neto. Sob seu comando, foram implementados programas de renovação na infraestrutura de apoio à exportação de produtos primários, por meio dos “corredores de exportação”.

Estas ações fomentavam o crescimento da indústria nacional voltada “para fora”, atendendo principalmente aos interesses norte-americanos, bem como europeus e asiáticos (diga-se japoneses), que em contrapartida, encontravam destino para suas tecnologias de segunda mão, consideradas obsoletas pelo rápido desenvolvimento industrial e tecnológico nesses países.

Paradoxalmente ao “milagre econômico”, durante os “anos de chumbo”, regidos pela ditadura militar, a concentração de propriedade e renda no país aumentou e os salários dos trabalhadores foram diretamente atacados, pois reduziu-se o valor da mão-de-obra à medida que os trabalhadores eram substituídos por máquinas, aumentando o desemprego estrutural.

Houve um forte incentivo à concentração de capital e as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, foram amplamente beneficiadas. Neste período, expandiu-se a formação de conglomerados bancários e aumentou-se o incentivo à fusão de grandes empresas, mas não sem o crescimento exponencial da dívida externa do país, características próprias do imperialismo capitalista.

A ditadura militar, inaugurou no Brasil e na Amazônia, uma nova era de subordinação do país aos países centrais. A acumulação de capital sob a roupagem da mundialização, desfez a imposição de fronteiras nacionais e com isso, a dominação dos países periféricos, seja ela ideológica ou repressiva, tornou-se essencial para garantir o domínio do capital.

Paralelamente ao início da reestruturação produtiva internacional, vivenciava-se na região Amazônica um novo momento histórico, que foi marcado pelos empreendimentos econômicos dos chamados *grandes projetos*, que tem na mineração sua base principal e no *Projeto Grande Carajás*, um de seus principais representantes.

A vinculação recente da região amazônica ao cenário internacional, de acordo com Leal (apud Fialho Nascimento, 2012), reafirmou a inserção subalterna do Brasil e da Amazônia ao capitalismo mundial e intensificou as diversas expressões da “questão social” na região e a reprodução dessas expressões é favorecida pelo modelo de desenvolvimento econômico ainda calcado nos grandes projetos da 1970.

A década de 1970 configura um novo momento para a Amazônia, quando o capital, nacional e internacional, contando com a atuação Estado e pela via privilegiada das multinacionais, invade o espaço amazônico armado de alta tecnologia, que explora e saqueia com muito maior voracidade os recursos naturais. Essa exploração, que tem na mineração uma de suas bases, tem produzido uma infindável série de efeitos sobre o uso da terra, sobre as condições de vida nas cidades da região e sobre o meio ambiente amazônico (FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 184-185).

As tentativas de contenção da crise econômica, intensificaram a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais no Brasil e na Amazônia, reconhecida internacionalmente pela abundância de recursos naturais presentes em seu solo. No entanto, “os processos de transformação das matérias primas em mercadorias de alto valor no mercado internacional, pela via de empresas multinacionais, não revertem em dividendos para a população do estado, mas, muito pelo contrário, resultam em expropriação, aculturação e empobrecimento” (FIALHO NASCIMENTO, 2010, p. 209).

Além dos impactos sociais, a autora cita os ambientais, diante da intensa agressão à natureza, pelo desmatamento, pelas queimadas, pela poluição de rios e a expropriação, agravada com a biopirataria, “que atualiza o saque colonial à biodiversidade”. Outro fenômeno social de destaque nas regiões de intervenção dos grandes projetos é o narcotráfico, que diante da ausência do poder público se expande, “inclusive como alternativa econômica à pequena produção agrícola”⁷².

A partir das contribuições de Fialho Nascimento, percebe-se o quão peculiar são as manifestações da “questão social” na região. As observações demonstram que dentro da realidade brasileira, a Amazônia se transforma em um outro Brasil dentro do mesmo Brasil, diante da expropriação histórica a que sempre esteve submetida, de forma muito mais intensa que o restante das regiões brasileiras, o que imprimiu traços profundos de desigualdade social, que tornam-se gritantes, não apenas quando comparados aos parâmetros globais, mas também em comparação com outros estados.

A expansão das políticas de ajuste neoliberal no Brasil e Amazônia, foram aprofundadas a partir de 1989, quando economistas de instituições financeiras, localizadas em

⁷² FIALHO NASCIMENTO, Op. Cit., Loc. Cit.

Washington- DC (como FMI e BM), elaboraram medidas intervencionistas, que seriam regras básicas para a implementação do ideário neoliberal nos países da América Latina. Essas medidas ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”⁷³, que foi composto basicamente por dez regras⁷⁴, o *consenso* se tornou a política oficial do FMI, na década de 1990.

A partir de então, as Políticas Públicas no Brasil sofreram as reorientações neoliberais sinalizadas anteriormente, como estagnação e redução de custos; as privatizações; as reformas na previdência social; o corte dos gastos com as políticas sociais e conseqüentemente, o aumento da desigualdade social.

Durante o governo Collor, iniciaram-se as reformas neoliberais no Brasil, mas foi no governo FHC, que elas se consolidaram no país, sendo que uma das características mais marcantes deste governo, foram as privatizações de empresas estatais. Como parte integrante do pacote de reformas, foi criado o PND (Plano Nacional de Desestatização), sob o comando do ministro da economia, Carlos Bresser Pereira.

Em 1995, sob a justificativa de redução da dívida pública brasileira, a antiga CVRD foi incluída no programa de desestatizações, por meio do Decreto 1510/1995 e em 1997, a companhia foi privatizada por meio de leilão pelo valor de R\$ 3.338 bilhões, valor que não garantiu o pagamento referente a dois meses de juros da dívida brasileira (Dossiê Vale, 2010, p. 16).

Após a privatização, o processo de internacionalização da empresa passou por diversas fases, até a consolidação como monopólio neste ramo de atuação. Atualmente, a Vale expropria diariamente a riqueza mineral da região amazônica a preços ínfimos, o que representa um dos maiores símbolos do imperialismo⁷⁵ e da partilha das riquezas naturais do globo entre as grandes potências, independente das fronteiras nacionais.

⁷³ O texto, é do economista Williamson, do *International Institute for Economy* (NAIM, 2000, p.01).

⁷⁴ Disciplina fiscal; redução de gastos públicos; reformas tributárias; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; flexibilização das leis econômicas e trabalhistas e direito à propriedade intelectual..

⁷⁵ “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território nacional do globo, entre as maiores potências capitalistas.” (LENIN, 1987, p. 88).

Esta expropriação é imensamente contraditória, pois se compararmos o valor pelo qual a empresa foi leiloadada e o lucro líquido gerado nos últimos anos, constata-se o assalto histórico que a região vem sofrendo nos últimos anos.

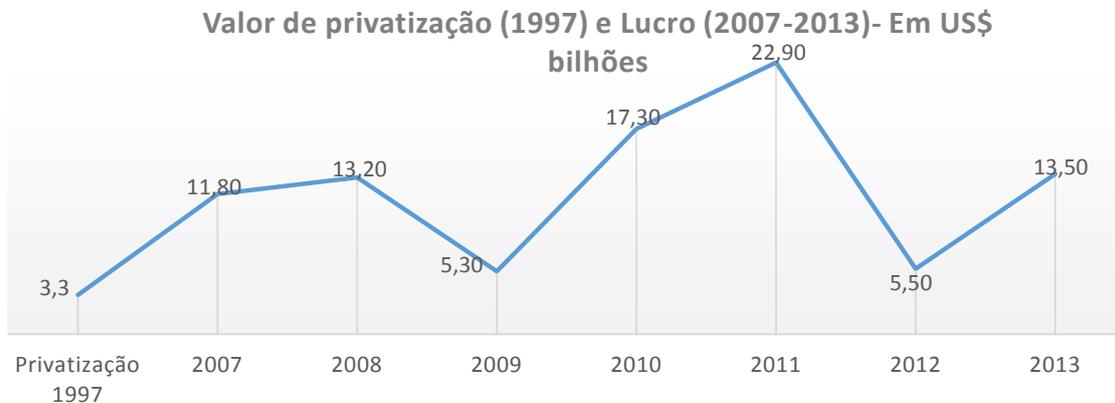


Gráfico 1- Valor de Privatização (1997) e Lucro Líquido (2007-2013) (Fonte: Dossiê Vale (2010) e Relatórios de Sustentabilidade Vale (2007-2013))

Na consolidação da empresa como monopólio, ocorreram dois fatores determinantes: as negociações com o governo chinês (maior mercado consumidor de ferro do planeta) em 2001, que estabeleceram o fornecimento de ferro até 2020, com produção estimada em cerca de “6 milhões de toneladas por ano, ao longo de 20 anos” (CASANOVA e HOEBER apud Dossiê Vale, 2010, p. 21); e a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, que transformou a empresa em uma das maiores produtoras de níquel do mundo.

Em 2007, o planejamento estratégico da empresa foi direcionado para o alinhamento às tendências do capitalismo mundial e às políticas neoliberais, que apregoam o “desenvolvimento sustentável”⁷⁶. A Vale adotou protocolos, padronizações e índices de *desenvolvimento sustentável*.

⁷⁶ É importante sinalizar, que de acordo com MATHIS e MATHIS (2012), o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, construído coletivamente por inúmeras organizações científicas internacionais, apresentado em 1987, no “Relatório *Brundtland*, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulado *Our common future*”, é definido como “aquele desenvolvimento que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (MATHIS e MATHIS, 2012, p. 04). No entanto, a Vale, em sua Política de Desenvolvimento Sustentável (2009, p. 01), modifica este conceito histórica e coletivamente construído. (Cf. Política de Sustentabilidade da Vale-2009 (em anexo).

Como a principal operação da Vale, refere-se ao minério de ferro, e diante do esgotamento das minas localizadas no quadrilátero ferrífero no estado de Minas Gerais, as operações foram redirecionadas para estado do Pará, e na atualidade, o desenvolvimento político e econômico na região de Carajás está atrelado à atuação da Vale naquela localidade (Mathis, 2012).

Verifica-se que o contexto histórico, político e econômico, no qual se situa a Vale é compatível com os ideários propostos pela agenda neoliberal. Neste sentido, a crise econômica não deixou a Vale imune. Conforme o gráfico 1, é possível verificar que após os lucros recordes de 2010 e 2011 que se seguiram à crise econômica de 2009, no ano de 2012 o lucro líquido voltou a sofrer queda semelhante à 2009, apresentando recuperação em 2013.

Não se tem a pretensão de adentrar no debate econômico acerca das taxas de acumulação e lucro, mas tão somente demonstrar de forma ilustrativa, visual e didática, dados numéricos, que têm relação com a pesquisa e que foram obtidos na análise documental dos relatórios institucionais da empresa. As ilustrações nos gráficos auxiliam na compreensão da situação econômica da empresa, diante do contexto de crise econômica, dentro do recorte temporal desta pesquisa.

O gráfico seguinte, demonstra que em 2013, a empresa apresentou saldo negativo no valor acumulado, ainda que o lucro líquido tenha tido recuperação.

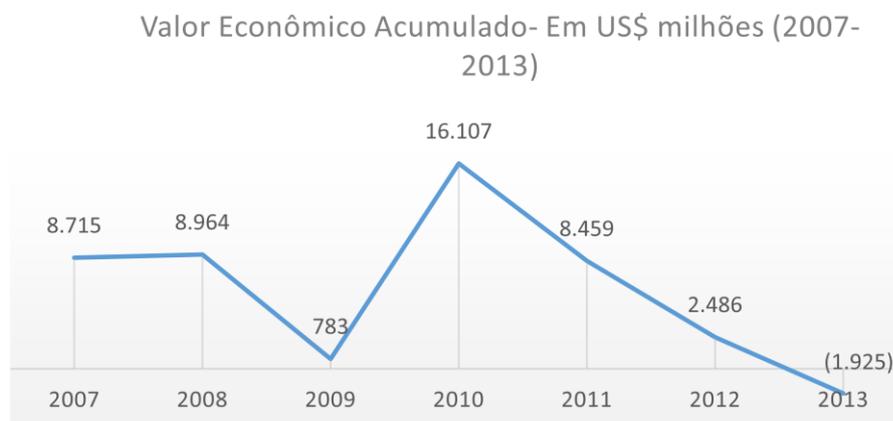


Gráfico 2 - Valor Econômico Acumulado (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade (2007-2013))

A evolução do valor acumulado ilustrada no gráfico anterior foi inserida no próximo gráfico, juntamente com a evolução do valor gerado e valor distribuído pela empresa entre os anos de 2007 e 2013.

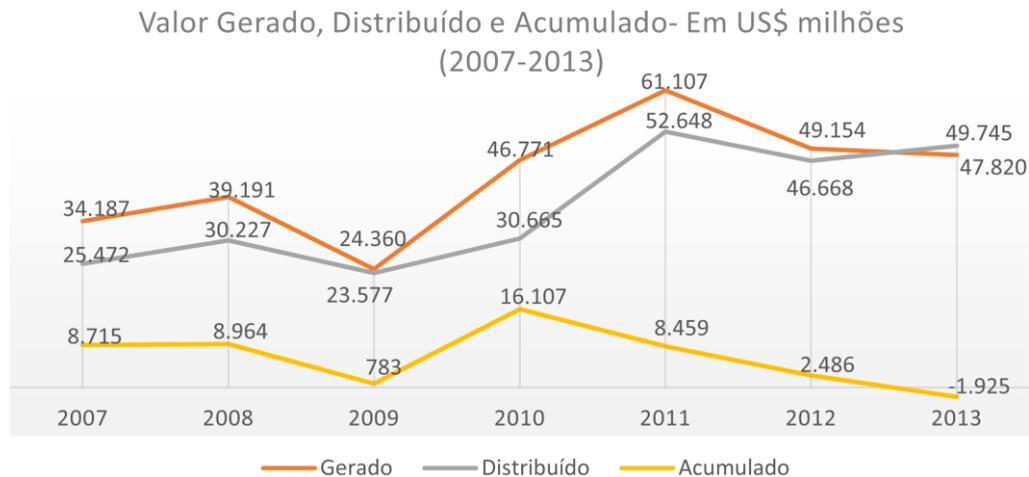


Gráfico 3 - Valor Gerado, Distribuído e Acumulado (2007-2013) (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade Vale (2007-2013))

Importa sinalizar a forma com que a empresa organiza a *distribuição de valor*, ilustrada na linha verde do gráfico 3. A subdivisão da distribuição está descrita no gráfico abaixo.

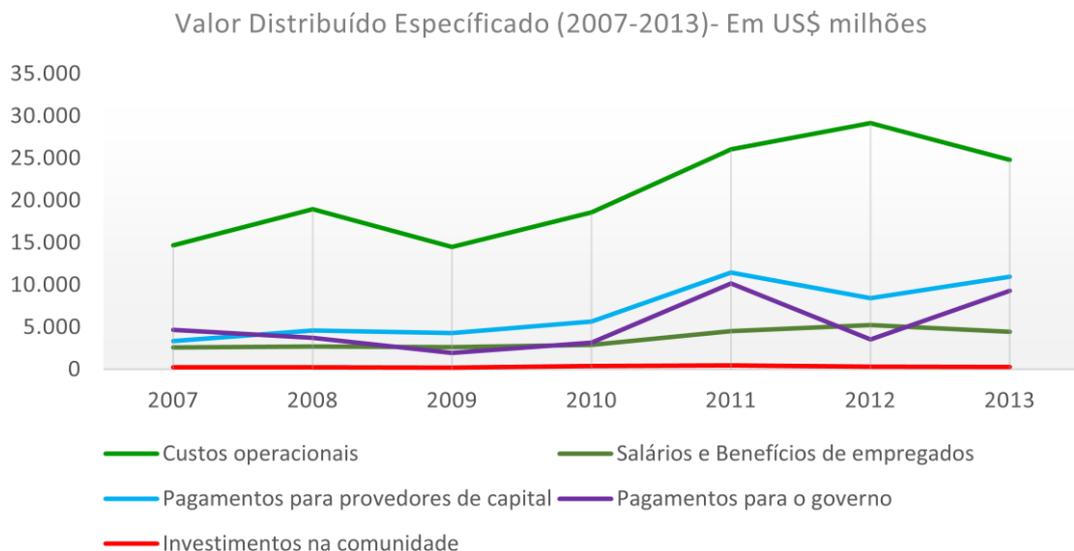


Gráfico 4 - Valor Distribuído Especificado (2007-2013) (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade Vale 2007-2013)

De acordo com o gráfico 4, a maior parte do valor “distribuído”, é destinado aos custos operacionais (linha verde) e a menor parte, com a comunidade (linha vermelha).

Os dados analisados a partir dos gráficos contribuíram para a análise das informações colhidas durante pesquisa empírica junto às assistentes sociais da Vale. Nas entrevistas, algumas das profissionais se referiram a uma crise interna da empresa, denominada de “austeridade”, que resultou em cortes de gastos não relacionados diretamente à produção e também ao corte de pessoal.

Chama a atenção que, apesar de a empresa ter apresentado lucro líquido maior que em 2012, em 2013 a acumulação de valor foi negativa, o que sugere que a tendência macrossocial contraditória da *antinomia* do capital, analisada por Marx, e que resulta nas crises econômicas cíclicas do capitalismo, pode ser observada na realidade microssocial da Vale.

Ao passo que a empresa sofreu queda na taxa de lucro em 2012, no ano de 2013 ela potencializou ao máximo suas forças produtivas (às custas das já existentes, às custas da força de trabalho, às custas do Estado e da sociedade). Com isso, aumentou o lucro líquido em relação ao ano anterior, no entanto, o saldo de valor acumulado foi negativo, o que também sugere a tendência do *desenvolvimento desigual e combinado* e autodestrutivo do capital.

Este déficit na acumulação, pode não representar grandes impactos diante dos lucros obtidos pela empresa, mas é um sinal de alerta e explica os cortes de gastos sociais com as comunidades, assim como os cortes nas áreas de recursos humanos, o congelamento de salários e de gastos com capacitações e outros benefícios dos trabalhadores, entre outros cortes que não incidem diretamente na produção, que foram identificados na Vale a partir da pesquisa empírica, que será explanada no quarto capítulo.

3 IDENTIDADES DO SERVIÇO SOCIAL: Origem e Desenvolvimento da Profissão na Reestruturação Produtiva do Capital

O presente capítulo tem o objetivo de *historicizar as identidades do Serviço Social em suas origens e em seu desenvolvimento no contexto de reestruturação produtiva, mais especificamente no Brasil*. Neste sentido, as *identidades da profissão* aqui abordadas são as *identidades do trabalho do assistente social* e suas *auto-representações*, que interagem com as diferentes formas de trabalho: produtivo e improdutivo, material e imaterial, concreto e abstrato, autoconsciente e alienado, no universo da produção.

Cabe ressaltar que o uso de “identidades” é feito no plural, pois estas não são unívocas e sim forjadas ao longo das histórias de vida, das vivências, das experiências do ser social que trabalha. Portanto, não são homogêneas e sim, construídas e configuradas a partir das relações sociais contraditórias e da sociabilidade do ser humano genérico e que são vivenciadas de modo particular por cada indivíduo.

Quando nos referimos às identidades profissionais do assistente social, leva-se em consideração que no interior da categoria, existem diferentes projetos, vinculados à diferentes correntes profissionais e expressões teóricas. As diferenças são inerentes às relações sociais profissionais e por isso são intrínsecas a quaisquer profissões e neste sentido, a garantia do pluralismo é um dos princípios estabelecidos no código de ética do Serviço Social de 1993, que tem na democracia seu valor ético-político central.

Nega-se portanto, a existência de uma única identidade, homogênea, a-histórica e antiontológica e defende-se que, no interior da profissão a construção das identidades

profissionais deve se dar a partir de auto-representações concretas da realidade social, dotadas de materialidade e historicidade. Estas identidades devem ser forjadas democraticamente, de forma autônoma e auto-consciente, estando vinculadas organicamente a um projeto hegemônico de “uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero”⁷⁷, conforme estabelecido no projeto ético-político-profissional do Serviço Social.

3.1 ORIGENS DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Conforme análise no primeiro capítulo, a corrente conservadora, em lugar da filosofia progressista, dissolveu a razão dialética, que foi pulverizada entre as diferentes ciências sociais. Esta pulverização, que resultou na *miséria da razão* (Coutinho, 1997), deu origem ao positivismo, corrente teórica a qual Netto (2011) denomina como *a auto representação* ideal da burguesia, cujo *caldo cultural*, está presente nas origens e na história do Serviço Social.

A inserção do Serviço Social na divisão internacional do trabalho como integrante do trabalho coletivo, que participa das relações de produção e reprodução da força de trabalho, foi abordada pela primeira vez no Brasil por Iamamoto e Carvalho (1982)⁷⁸. Os autores afirmam que a reprodução das relações sociais não ocorre apenas no âmbito da reprodução material, mas também no âmbito da reprodução espiritual de tais relações, envolvendo as instituições jurídicas, religiosas, a família, as profissões, as ideologias, etc.

Como partícipe da relação de produção e reprodução social, a profissão de Serviço Social deve ser considerada sob dois ângulos

como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condicionada e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, 2001, p. 73).

As duas dimensões são eminentemente contraditórias, no entanto, ao analisa-las, Iamamoto chama a atenção para a necessidade de fazê-lo, com o cuidado de não recair em teses unilaterais que privilegiam ou o caráter conservador da profissão ou superestime seu papel político.

O Serviço Social está inscrito na luta de classes e nas mediações de interesses conflitantes entre as mesmas, portanto, “a atuação do assistente social é necessariamente

⁷⁷ Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993; Princípios fundamentais.

⁷⁸ A primeira edição da referida obra foi lançada em 1982, no entanto, utilizou-se nesta dissertação a 14ª edição, datada de 2001.

polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante”⁷⁹.

O Serviço Social não atua diretamente na produção de mercadorias e de valor, logo sua atividade é improdutiva, mas suas ações contribuem para a implementação de condições necessárias para a reprodução da força de trabalho, que é uma atividade indispensável ao movimento do capital. Ainda que não gere diretamente valor, suas atividades se constituem em fonte de lucro para o capital.

A década de 1920 no Brasil, foi marcada pelo aprofundamento das condições de vida precárias do proletariado, que impulsionaram sua organização política para reivindicar, dentre outros, o aumento do poder aquisitivo dos salários; a diminuição da jornada de trabalho; a concessão de direitos trabalhistas como férias e seguro saúde; a aprovação de acordos coletivos de trabalho e o reconhecimento de suas entidades representativas.

Em 1926, através de uma emenda constitucional à primeira constituição republicana, o Estado passou a atuar na regulamentação do mercado de trabalho, reconhecendo o movimento operário e atuando sobre este, de maneira não apenas repressiva, mas a partir de novos mecanismos que reforçavam a coerção e também a integração e controle sobre sua organização.

Durante a república velha o Estado não assumiu de fato, a tarefa de atuar mediante a reprodução e controle da força de trabalho urbana, utilizando-se mais frequentemente da repressão policial. No entanto, os setores burgueses ligados à agro exportação, desenvolveram ações que, além do apoio às formas repressivas, consistiam em ações caridosas e assistencialistas. O assistencialismo da elite burguesa brasileira se constituiu “na principal base para o surgimento do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2001, p. 133).

O empresariado desenvolvia suas intervenções com base nos “nos princípios do liberalismo do mercado de trabalho e privatismo da relação de compra e venda da força de trabalho, como pressuposto essencial de sua taxa de lucro e acumulação”⁸⁰.

Dois elementos da ação empresarial são determinantes no surgimento do Serviço Social no Brasil. O primeiro refere-se à crítica em relação à ausência de mecanismos de socialização do proletariado que promovessem a integração física e psíquica dos trabalhadores ao universo fabril, por meio do adestramento e disciplinamento e elevação do padrão ético-

⁷⁹ Idem. p. 75

⁸⁰ Idem. p. 135

moral do trabalhador ao padrão de racionalidade do capital, como forma de complementar a coerção nas relações de produção.

O segundo se refere ao conteúdo contraditório da política assistencialista empresarial, que negava o reconhecimento da ação sindical utilizando frequentemente o aparato repressivo da polícia, ao mesmo tempo que desenvolvia, principalmente após o primeiro pós-guerra, uma política assistencialista interna a algumas empresas, principalmente as de grande porte, como assistência médica, caixas de auxílio e assistência mútua, creches e escolas. Estes benefícios eram condicionados ao bom comportamento dos trabalhadores, reforçando o viés paternalista e assistencialista dessas ações, racionalizando o controle social e incrementando a produtividade.

Outro fator determinante para as protoformas do Serviço Social no Brasil, foi o movimento da igreja católica ou *reação católica*, em busca de legitimação ideológica e política, em que a igreja se articulou ao movimento leigo no intuito de recuperar sua hegemonia ideológica (perdida com o fim do império) junto à classe dominante, através de métodos organizativos e disciplinares de controle e enquadramento da população católica.

Nos primeiros anos da década de 1930, por meio da ação social da igreja católica, diversos setores da burguesia se reuniram em torno de uma iniciativa particular para a criação do Serviço Social brasileiro, que nasceu já com uma *identidade às avessas* dos interesses dos trabalhadores e com uma caráter confessional e missionário-apostólico. Sob o discurso da caridade e justiça social, seus fundamentos tinham como base o Serviço Social europeu e as encíclicas papais, de forma a fortalecer a família operária na fé cristã, frente as ameaças do comunismo.

As ações mistificadas do Estado e da classe dominante buscavam naturalizar as políticas controlistas e repressivas, para garantir a ordem social e a reprodução da política social do Estado liberal burguês e também como forma de anular os movimentos dos trabalhadores e das tensões que estes provocavam na sociedade. No período, foram criados mecanismos normatizadores e disciplinadores das relações de trabalho, tais como: Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em 1930 e as Juntas de Conciliação e Julgamento, em 1932.

A primeira ação de formação técnica especializada em Serviço Social no Brasil, foi o Curso Intensivo de Formação Social para Moças, desenvolvido pelo CEAS⁸¹ e ministrado pela assistente social belga Adele de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. O público era constituído por jovens católicas provenientes de famílias da burguesia paulista. O projeto tinha um caráter estratégico e conservador da ordem burguesa, através de uma “força disciplinadora” sobre o proletariado.

A partir de 1935, surge uma nova demanda para o Serviço Social por parte do Estado, com a criação do Departamento de Assistência Social em São Paulo, que passou a requisitar a formação de quadros técnicos para atuar junto aos segmentos de menores, trabalhadores, hospitais, penitenciárias, etc. A primeira escola de Serviço Social foi fundada pelo CEAS, em 1936 em São Paulo.

As práticas desenvolvidas pelos agentes caracterizavam uma evolução de antigos métodos, uma vez que se utilizavam de recursos da ciência e técnica, para mobilizar os sentimentos e a vontade a serviço da pessoa humana. Reforçou-se em torno da profissão, uma vocação natural de servir ao próximo, própria das moças e senhoras da sociedade, que deveriam despojar-se de si mesmas para servir à humanidade. Criou-se uma visão mística dos profissionais, como modernos agentes da caridade e da justiça social, que deveriam agir de forma neutra e desinteressada, encobrendo o caráter e o projeto de classe ao qual estavam vinculados.

As ações tinham um caráter conservador da ordem moral e o proletariado era responsabilizado pelos seus problemas sociais, devido ao seu baixo nível cultural e moral, que teria provocado uma verdadeira “crise de ‘formação moral, intelectual e social’ da família” (IAMAMOTO, 2001, p. 206) que por meio da prática dos agentes, supostamente *neutra* e *humanista*, com forte discurso ideológico, deveria ser educada e reajustada, reforçando o papel pedagógico da profissão.

A atuação dos assistentes sociais não reconhecia as transformações econômicas e sociais que dão materialidade à “questão social”, pois agia apenas sobre os seus efeitos.

Negadas as bases materiais da situação social considerada patológica restará ao Serviço Social procurar modificar as representações que o proletariado faz de sua própria situação, levá-lo a aderir à ordem social considerada essencialmente justa, malgrado alguns excessos (IAMAMOTO, 2001, p. 232-233).

⁸¹ O Centro de Estudos e Ação Católica- CEAS, foi criado em São Paulo, 1932, a partir da iniciativa do movimento leigo e sob direção da hierarquia da igreja católica, com o objetivo de qualificar agentes para desempenhar a prática social no país.

Com a implantação do Estado Novo, ocorreram intensas mudanças políticas, sociais e econômicas no país. Em 1938, foi criada a Seção de Assistência Social do estado de São Paulo, que teve como iniciativa, a organização do método do Serviço Social de Casos Individuais, que tinha como finalidade dar “tratamento” e “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida” (IAMAMOTO, 1998, p. 175).

O Estado passou a regulamentar o mercado de trabalho do Serviço Social e se tornou um dos principais incentivadores da qualificação profissional neste âmbito, constituindo-se como maior empregador da profissão. Ao racionalizar a assistência e regular as iniciativas particulares, o Estado legitimou a profissão como integrante da divisão social do trabalho no Brasil.

O Estado conferiu o estatuto assalariado aos assistentes sociais, que passaram a ser demandados também por instituições privadas, de caráter empresarial, que atribuiu um novo modelo às relações de trabalho com o empregador, dada a natureza do vínculo empregatício e a qualidade de trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de salário para sua sobrevivência. Entretanto, o conteúdo doutrinário do apostolado social não é eliminado, visto que este conteúdo não se constituía em ameaça ao Estado e ao capital, mas sim funcional aos seus interesses.

O assistente social atuava sobre a reprodução da força de trabalho, mediante a aplicação das leis trabalhistas, combatendo o absenteísmo e os conflitos. Seu papel era o de “agente de coordenação dos elementos humanos da produção e da aproximação das classes” (IAMAMOTO, 1998, p. 209). A família operária, considerada como base ideológica da reprodução social do proletariado, era o foco central das ações de *adestramento da força de trabalho*.

Na década de 1940, como parte das estratégias dos Estados Unidos para a dominação dos países periféricos, iniciou-se uma aproximação com o Serviço Social norte-americano, a partir do Congresso Interamericano de Serviço Social, em *Atlantic City (USA)*, que promoveu um intercâmbio cultural e favoreceu a participação em programas de bem-estar-social, além do estreitamento de vínculos com as principais escolas de Serviço Social norte-americanas, cujos principais métodos eram a abordagem individual apoiada na linha psicanalítica e a “organização de comunidade”, que passou a ter forte influência no Brasil.

O surgimento do Serviço Social no Brasil foi marcado pela influência do Serviço Social europeu e norte-americano (Netto, 2011). A vertente europeia, apresentava três fenômenos distintos: a herança das experiências revolucionárias⁸²; a presença de uma cultura social restauradora (o positivismo) e o peso da tradição católica. Esta vertente defendia a ideologia de que a sociedade se desenvolvia em equilíbrio e harmonia, devendo se distanciar dos conflitos de classes, tidos como problemas de desajuste moral.

A vertente norte-americana é estrutural e qualitativamente diversa da europeia, principalmente no que se refere à ausência de experiências revolucionárias e de formas pré-capitalistas e também à ausência de grandes influências católicas. O bloco ideológico do Serviço Social norte-americano era composto por traços da moral evangélica e pela reflexão sobre a ordem social do capital e seu individualismo liberal, e com uma dimensão filantrópica alinhada ao desenvolvimento capitalista. Estas características conferiram traços modernizadores à corrente norte americana.

Apesar de o Serviço Social europeu e norte-americano divergirem em suas formas e peculiaridades, em ambos estão presentes a perspectiva teórico-cultural do pensamento conservador, que contribuiu para o surgimento de dilemas relacionados à compreensão da especificidade profissional do Serviço Social.

Na linha de reflexão da cultura conservadora, o estatuto profissional é dependente do fundamento científico da profissão (Netto, 2011), entretanto, o autor afirma que o estatuto profissional é definido pela divisão social do trabalho e suas demandas macroscópicas e pelas formas como a profissão, a partir de suas reservas teórico-práticas, responde a estas demandas. Nesse duplo dinamismo é que reside o “sistema de saber” da profissão.

A autoimagem construída pelo Serviço Social tradicional obscureceu esse duplo dinamismo e tal inversão resultou no *ilusionismo ideológico*⁸³, que foi associado à natureza sócio-profissional do Serviço Social que, carente de referencial teórico-crítico e dialético, conduziu a “um exercício prático profissional medularmente *sincretico*”⁸⁴, sendo que o *sincretismo* é entendido como

o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as

⁸² A herança das experiências revolucionárias, abordadas no segundo capítulo, foi marcada pelo arco que liga a Revolução Francesa (1789), à revolução europeia de 1848, encerrando-se no “assalto ao céu” da Comuna de Paris (1871), quando o proletariado governou Paris por setenta e dois dias, instaurando o primeiro governo proletário da história (Netto, 2011).

⁸³ Idem, p. 91

⁸⁴ Idem

manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (Netto, 2011, p. 92, *grifo do autor*).

A estrutura sincrética do Serviço Social é composta por três fundamentos: o eixo de suas demandas histórico sociais, o horizonte do exercício profissional e a modalidade específica de intervenção do Serviço Social.

O *eixo das demandas* diz respeito à “questão social”, que ao se tornar objeto de intervenção para o capitalismo, adquiriu uma natureza polifacética e multifacetária, cuja multiplicidade tornou-se problemática, pois colocou a possibilidade de recortar qualquer segmento da vida social para remetê-lo à intervenção profissional, obscurecendo qualquer perspectiva de totalidade da realidade. A operacionalização da intervenção profissional na “questão social” no Estado burguês, se dá através das políticas sociais.

O *horizonte do exercício profissional* é o horizonte heterogêneo do cotidiano, onde a funcionalidade histórica conferida ao Serviço Social, é a de ser uma “tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano”⁸⁵.

Essa não é uma característica exclusiva do Serviço Social, mas é diferenciada pelas condições de inserção na divisão social do trabalho, em que a profissão é definida por suas funções executivas, por sua subalternidade técnica e pelas formas de intervenção, por meio da manipulação de variáveis empíricas do cotidiano da vida social, com uma tendência para que toda alteração destas variáveis seja remetida ao campo de atuação do assistente social para serem *tratadas*. Esse fato resulta em duas implicações determinantes para o Serviço Social: o conhecimento do social que se revela instrumentalizável e os paradigmas explicativos, recortados de segmentos da realidade social, que remetem à matriz teórica que fundou as ciências sociais, o *positivismo*, que é a reposição teórica do sincretismo, que na sua reposição intelectual traz como traço marcante o ecletismo teórico.

Nesse contexto, a “questão social” no capitalismo monopolista assume uma natureza difusa, multifacetária, que a atomiza em inúmeros segmentos, recortados e redistribuídos em diferentes segmentos da vida social, obscurecendo seu caráter de totalidade e encobrendo sua verdadeira base estrutural (Netto, 2011).

O Estado burguês foi refuncionalizado no capitalismo monopolista, a partir de sua integração ao aparato das grandes corporações, passando a desenvolver uma crescente

⁸⁵ Netto, Op. Cit., p. 96.

burocratização e institucionalização das manifestações da “questão social”, pela via das políticas públicas, nas quais a “questão social” é delimitada pelos problemas, pelo público alvo a quem se destina, pelos recursos que ancoram a intervenção, obedecendo à lógica da formalidade institucional, hierárquica e mecânica, obrigando o profissional a remeter a intervenção sempre a outras instâncias.

Nesse sentido, o exercício profissional não contempla “a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade” (Netto, 1992, p. 95). Somando-se isto à intervenção operativa do assistente social sobre as refrações da “questão social” pela via das políticas públicas, se tem como resultado um “conjunto sincrético”, que não permite ao profissional realizar a análises e apreensões de problemas de fundo.

3.2 PROCESSO DE RENOVAÇÃO E O NOVO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Rupturas e Continuidades entre Novas e Velhas Identidades

No intuito de romper com as protoformas do Serviço Social tradicional na América Latina, em finais da década de 1960, os profissionais recorreram às ciências sociais, em busca de um estatuto científico para a profissão, com a pretensão de se criar uma teoria própria do Serviço Social e sistematizar o conteúdo relativo à formação, para responder às demandas recorrentes da “questão social”.

A aproximação com as ciências sociais gerou um paradoxo, que Netto (1992) denominou como “anel de ferro” da profissão, que ao romper com as protoformas não conseguiu instituir uma prática diferente da anterior manipulação de variáveis empíricas. O anel de ferro tornou-se mais “abrangente e constrangedor”, quando foram somados à manipulação de variáveis empíricas, novos valores sociais, intelectuais e institucionais, além da subalternidade técnica no trato da problemática social.

Na década de 1960, os profissionais latino-americanos iniciaram um movimento de negação dos tradicionalismos e de reflexão sobre a prática do Serviço Social no mundo capitalista, que se expandia neste período, expandindo-se com ele a reprodução ampliada da pobreza, bem como as lutas de classes.

O *movimento de reconceituação* buscou romper com os modelos importados da Europa e Estados Unidos, onde a realidade diferia profundamente da realidade dos países latino-americanos periféricos e com capital dependente dos países centrais, que vivenciavam um momento histórico de reivindicação por liberdade e autonomia, por meio do aprofundamento da democracia, o que requeria uma verdadeira revolução latino-americana.

A *reconceituação* pretendia gerar uma autonomia profissional que repensasse as orientações e os métodos de intervenção da profissão na América Latina. De acordo com Netto (1975), o movimento ocorreu principalmente em países polos: Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, mas assumiu formas diferenciadas em cada país. Entretanto, era comum a todos os países o desejo de construir uma nova autonomia profissional, a partir da negação dos modelos importados do Serviço Social tradicional e suas formas de intervenção paliativas, assistencialistas, tutelares, controlistas e policiaescas.

Em alguns países, o processo avançou muito, com características positivas e negativas, no entanto, em outros países, ficou restrito a pequenas elites de intelectuais, ligadas aos setores mais desenvolvidos da profissão.

No nível acadêmico, processou-se uma introdução à perspectiva de transformação da realidade latino-americana, no entanto, propagou-se uma falsa expectativa de que a profissão, por si só, poderia ser capaz de promover mudanças nas bases estruturais da sociedade. Não obstante, o movimento deflagrou a vontade inequívoca da profissão em livrar-se dos compromissos com as classes dominantes. Um dos principais avanços foi a expansão da consciência política dos profissionais.

Segundo Netto (1975), ocorreram dois modelos de *reconceituação* na América Latina: um nos países hispânicos e outro no Brasil. Nos países latino-americanos de tradição hispânica, os intelectuais foram confrontados pelo descobrimento de um marxismo não dogmático, buscando uma incursão em suas realidades e o distanciamento com os centros do poder, o que em parte, foi garantido pela relativa independência da atividade docente e pela emergência de movimentos sociais contrários ao poder central.

No Brasil, o *movimento de reconceituação* foi experimentado de forma diferente do restante dos países latino-americanos de tradição hispânica. O contexto brasileiro era o pós-64, cujo Estado caracterizava-se como autoritário e centralizador, combatendo fortemente a organização popular e os movimentos dos trabalhadores que propunham a democratização do país e a libertação das amarras imperialistas. A repressão violenta aos movimentos sociais e estudantis contribuiu para a neutralização do movimento organizado no interior das universidades.

Os precursores do movimento concluíram que este superestimou o papel político da profissão, aproximando a categoria profissional do militantismo, difundindo uma ideologia equivocada, com a falsa expectativa de que o Serviço Social, sozinho, seria capaz de

promover uma verdadeira revolução social e transformar a base estrutural da sociedade. Conforme afirma Kinerman (1975, p. 21), “os limites entre profissão e ativismo político foram diluídos”.

Subestimou-se a dimensão prático-operativa, pois nos campos de atuação, as mudanças ocorridas foram poucas ou nulas. Sendo que no campo teórico a aproximação à teoria marxista ocorreu com uma série de equívocos teóricos. Desse modo, o movimento não conseguiu ultrapassar os espaços de formação profissional das universidades, ficando restrito ao âmbito das escolas e de uma elite intelectual, sem atingir a grande massa dos profissionais nos espaços prático-operativos.

Cerca de dez anos após seu início, o *movimento de reconceitualização* entrou em crise, frustrando profissionais e estudantes, que não vivenciaram a consolidação das propostas de um projeto idealista, que ficou muito mais no campo teórico do que na prática propriamente dita. Não obstante, a *reconceitualização* deflagrou a recusa do Serviço Social tradicional. Ainda que não tenha produzido propostas de soluções concretas, os problemas ideológicos em torno da profissão foram trazidos à tona, instigando a reflexão dos profissionais.

O *movimento de reconceitualização* representou a busca dos assistentes sociais por novas identidades, plenas de historicidade, que libertas dos modelos tradicionais pudessem contribuir para a construção de um novo percurso profissional pela aproximação com as classes populares. Embora tenha apresentado em seu incurso diversas limitações teórico-práticas, representou um salto qualitativo singular para o Serviço Social, em busca de uma nova proposta para a profissão, adequada à realidade latino-americana.

O *movimento de reconceitualização* no Brasil divergiu dos demais países latino-americanos, muito em função da redefinição da divisão social do trabalho no pós-64, motivada pelo acirramento das contradições de classe, que intensificou a demanda pela formação de quadros técnicos especializados para intervir nos reflexos da “questão social”, sob o comando da *autocracia burguesa* (Netto, 2001).

Foi nesse contexto, entre os anos de 1965 e 1985⁸⁶, sob a *autocracia burguesa*, que o Serviço Social brasileiro iniciou seu processo de *renovação*, entendido

como o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base de rearranjo de suas tradições

⁸⁶ Segundo Netto (2001), o processo de renovação foi constituído por três momentos determinantes: o primeiro, por volta de 1965 à 1975, marcado pela modernização conservadora; o segundo, iniciado por volta de 1975 até 1979, descrito pela reatualização do conservadorismo; e o terceiro, iniciado a partir de 1979-1985, que marca a perspectiva de intenção de ruptura. Vale ressaltar que estes três momentos, segundo o autor, não são subsequentes ou lineares, eles se entrecruzam e entrelaçam a constituição da profissão.

e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas às demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2001, p. 131).

A exigência da autocracia burguesa moderna para adequar a profissão ao contexto do capitalismo monopolista e as exigências de novos segmentos profissionais ligados à formação nas universidades, que estiveram mais diretamente em contato com o movimento de reconceituação, geraram uma dupla demanda pela *laicização* da profissão, que foi o ponto fundamental para a renovação do Serviço Social no Brasil.

Até esse período, a profissão continha fortes traços do cristianismo e do conservadorismo católico, cujo valor ético político central era moral, que orientava a prática para o trato “com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade”, conforme instituído no código de ética da profissão de 1947.

Entre 1965 e 1975, a renovação adquiriu um caráter *modernizador* e foi conduzida basicamente pela Confederação Brasileira Cde Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social - CBCISS⁸⁷, que se ocupou em promover as adequações exigidas pelos processos sociopolíticos, embasados na estrutura do funcionalismo norte-americano que não questionava a ordem do capital.

As formulações desta perspectiva encontram-se sistematizadas principalmente nos documentos síntese dos Seminários de Araxá e Teresópolis. No contexto dos referidos eventos, o Serviço Social era considerado como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 2001, p. 154). Tal concepção reafirmava a ordem burguesa pós-64, a partir de um aparato técnico instrumental “moderno” e da constante “interação acadêmica com as ciências sociais assépticas sob a inspiração de matrizes neopositivistas norte-americanas”.

Apesar de seu caráter de instrumentalidade, a exigência de modernização da profissão implicou na expansão do ensino universitário em Serviço Social, contribuindo para o desenvolvimento de segmentos críticos da profissão, composto por docentes e estudantes, que passaram a contestar os fundamentos desta formação.

A modernização do Serviço Social exigiu a reformulação do Código de Ética de 1947 e um novo código foi instituído em 1965, que conferiu ao Serviço Social a qualidade de

⁸⁷ No segundo momento, além da atuação do CBCISS, se fizeram presentes, os questionamentos suscitados nos recém fundados cursos de pós graduação e no terceiro momento, já possível constatar a participação de organismos ligados à formação e à representação da categoria profissional, como a então ABESS (Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social) e CNEAS.

profissão liberal de natureza técnico científica. Apesar das claras influências do novo desenvolvimentismo, a moral permanecia como valor central, que deveria orientar a *consciência profissional*, "pois na consciência reta estará a maior garantia do respeito e exercício dos direitos individuais e sociais".

O código de 1965 era voltado aos *direitos fundamentais do homem* e às *exigências do bem comum*. Pregava uma concepção de vida "baseada na natureza e no destino do homem", entretanto, apresentava uma amplitude técnico-científica, apropriada às exigências da *modernidade*.

O conteúdo reformista da *perspectiva modernizadora* foi questionado a partir da crise da autocracia burguesa (meados da década de 1970). De acordo com Netto (2001), sua influência gerou dois outros segmentos profissionais: a perspectiva de *reatualização do conservadorismo* e a perspectiva de *intenção de ruptura*.

Em um primeiro momento, em detrimento da perspectiva de *intenção de ruptura*, se sobressaiu a *reatualização do conservadorismo*, que era defendida por profissionais resistentes à *laicização* da profissão, que rejeitavam o conteúdo positivista moderno mas também o pensamento crítico dialético que se expandia na profissão. A *reatualização do conservadorismo* recuperou componentes conservadores da profissão com base no "pensamento católico tradicional; mas o [fez] com um verniz de modernidade [...]"⁸⁸, que buscava redefinir o Serviço Social em "matrizes intelectuais mais sofisticadas"⁸⁹, inspiradas na fenomenologia.

Essa perspectiva foi favorecida por dois fenômenos: a *emergência do pensamento "irracionalista"*, que aparentemente se distancia da ditadura ao encobrir suas contradições; e o foco nas dimensões subjetivistas, com apelos psicologistas, direcionados à *humanização*, com enfoques na *personalidade*, nas *realidades psíquicas*, situando o exercício profissional no âmbito da ajuda psicossocial, distanciando a profissão da apreensão da realidade concreta.

Em nome da "compreensão", dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica das realidades *macro-societárias* e, derivadamente de intervenção profissionais que possam ser parametradas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos [SIC] (NETTO, 2011, p. 58).

A corrente de *reatualização do conservadorismo*, conduziu à elaboração de um novo código de ética que foi instituído em 1975. O novo documento concebia o Serviço Social como profissão organizada e estabelecia a formação profissional sistemática e o domínio de

⁸⁸ Netto, Op., Cit., p. 157

⁸⁹ Idem.

um conjunto de conhecimentos e técnicas especializadas, como requisitos essenciais para o exercício profissional.

As intervenções profissionais deveriam salvaguardar o bem da sociedade, ancorada nos princípios da participação social, da cooperação, da solidariedade ativa e da corresponsabilidade de cada um pelos grupos de convivência humana. Seus valores tinham como foco: a pessoa humana, o bem comum, a justiça social, a honestidade e a verdade. Em prol das exigências do bem-comum, a ação disciplinadora do Estado foi legitimada, com o direito de dispor sobre as atividades profissionais.

No processo de redemocratização do país, pós-ditadura militar, a efervescência dos movimentos sociais irrompeu em toda a sociedade brasileira o desejo de mudança para uma nova ordem societária, mais justa e igualitária, fundada em princípios de democracia, cidadania, justiça e equidade. Diante da nova cena histórica brasileira, a *perspectiva de reatualização do conservadorismo* começou a perder força.

Nesse contexto, uma nova proposta de renovação do Serviço Social passou a se destacar entre os profissionais. A perspectiva *de intenção de ruptura* se propunha a romper efetivamente com o Serviço Social tradicional, a partir de princípios e valores críticos e com suportes teórico-metodológicos e político-ideológicos inspirados na tradição marxista, para a consolidação de auto-representações autônomas, autenticamente criadas na e pela profissão, para romper com o conservadorismo e o positivismo presente na profissão e sustentados até então pelas perspectivas anteriormente sinalizadas. Esta perspectiva foi especialmente conduzida por quadros intelectuais, docentes e universitários, que se aproximavam progressivamente da teoria social crítica.

O desejo de mudança teve como “marco teórico–metodológico” o chamado método BH (Belo Horizonte)⁹⁰, elaborado sob a direção de Leila Lima Santos, no intuito de romper com o tradicionalismo e fornecer elementos mais ricos relacionados à teoria da formação profissional que, até então dava ênfase ao assistencialismo (Santos apud Bravo, 2009).

A *intenção de ruptura* se expandiu em sua vertente crítica, consolidando-se em 1979, durante a realização do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), que ficou historicamente conhecido como o *Congresso da Virada*, marco histórico da ruptura com o conservadorismo na profissão.

⁹⁰ “O ‘método’ BH, resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975, por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais [...]” (Id. p. 159).

Algumas peculiaridades que potencializaram o significado histórico e o valor política do *Congresso da Virada*, foram sinalizadas por Netto (2009).

O que particulariza a situação do Serviço Social [...] é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional, o que se sobressai [...], é a olímpica 'neutralidade', dessas instâncias e fóruns em face dos regimes ditatoriais (NETTO, 2009, p. 665, grifo do autor).

Para o autor, o então Conselho Federal de Assistentes Sociais- CFAS, era a instância responsável pela neutralidade a que ele se refere, pois sua postura conservadora se traduzia em uma verdadeira *alienação exponenciada*, que passou a ser recusada em grande parte pelos profissionais daquele momento em diante.

O significado político especial do *Congresso da Virada* foi que o evento representou um momento histórico no processo de ruptura com aquela “deletéria alienação”, que proporcionou transformações na dinâmica da profissão, que influenciaram decisivamente o processo de construção de um novo projeto ético político profissional do Serviço Social.

Este acontecimento histórico está intrinsecamente ligado à ascensão da organização política do movimento operário no Brasil, tanto que, o ato simbólico de contestação aberta ao conservadorismo daquelas agências se deu com a substituição dos membros representantes da mesa de abertura oficial do evento, por outros componentes que naquele momento representavam a luta histórica do proletariado contra a ditadura burguesa, dentre eles se encontrava aquele que na época, “simbolizava a vigorosa emersão proletária na vida política, o então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva”⁹¹.

A força política do movimento operário criou possibilidades objetivas para que o Serviço Social trouxesse à cena sociopolítica as articulações que vinham sendo realizadas internamente e que, a partir de então, integraram a luta aberta de resistência democrática no país, contra a ditadura e seu histórico conservadorismo burguês (Netto, 2009)⁹².

O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, que estava sendo gestado desde as décadas de 1960-70, recebeu o impulso do III CBAS para que se desenvolvesse como um projeto autônomo e emancipatório para a profissão, vinculado aos interesses das classes trabalhadoras que ganhavam forças em sua organização, junto aos movimentos sociais de luta pela redemocratização do país.

Diante dos acontecimentos históricos pela renovação do Serviço Social, uma nova diretoria do CFAS foi eleita em 1983 e assumiu o compromisso com as classes populares,

⁹¹ Netto, 2009, Op., Cit., p. 666.

⁹² Idem.

traçando como metas principais: a democratização da entidade, a revisão do projeto de regulamentação da profissão e a elaboração de um novo Código de Ética.

A nova gestão do CFAS promoveu um amplo ciclo de estudos e debates em torno da criação de um novo projeto profissional, com valores autônomos, que explicitassem a ruptura com o conservadorismo na perspectiva de defesa dos direitos sociais, com base teórico-metodológica na tradição marxista e em defesa dos direitos das classes populares. Este amplo processo se consolidou em 1986, com a aprovação de um novo Código de Ética profissional, que ocorreu durante o XV Encontro Nacional CFAS/CRAS.

Esse novo Código de Ética, ao focar a profissão e sua intervenção na realidade brasileira, prioriza os aspectos político-ideológicos ao defender a prática do Serviço Social comprometida com as classes trabalhadoras. Considera-se que a direção assumida, apesar de alguns questionamentos levantados [...], está relacionada às exigências conjunturais do Serviço Social de ultrapassar os seus traços conservadores (BRAVO, 2009, p. 693).

O Código de Ética de 1986 negou a base filosófica conservadora da profissão e consolidou novas representações e identidades autênticas, que foram construídas de forma coletiva pela categoria. As novas auto-representações recusaram teórica e metodologicamente, as identidades absorvidas mecanicamente e que reproduziam a ideia do assistente social como executor de atividades práticas e tecnicamente subalterno.

A nova realidade política brasileira, a partir da aprovação da Constituição Brasileira de 1988, exigiu readequações ao código de ética profissional de 1986, diante de alguns influxos apresentados pois, não obstante seu grande salto qualitativo, superestimava a dimensão política da profissão, concebendo o assistente social como agente de transformação, recaindo no fatídico erro do *messianismo* na profissão.

Na década de 1990, a profissão de Serviço Social já era reconhecida academicamente e legitimada socialmente, exigindo novos valores éticos, que preservassem o compromisso com as classes populares assumido em 1986, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça, equidade, entre outros.

A revisão ao Código de 1986 foi concluída com a aprovação do Novo Código de Ética de 1993, que preservou os valores essenciais de 1986, adequando-os à nova realidade brasileira e principalmente, às condições do exercício profissional do assistente social enquanto trabalhador coletivo, partícipe da divisão social do trabalho e que vende sua força de trabalho em troca de seu salário.

O Novo Código de Ética Profissional tem como pressuposto o enfrentamento das contradições próprias da ordem do capital, que se expressam nas manifestações da “questão

social”. A partir de uma visão teórico-metodológica crítica, orienta a prática interventiva e investigativa sobre o movimento real da história, como totalidade material e concreta, com valores tidos como “determinações da prática social e resultado da atividade criadora e tipificada no processo de trabalho” (CFESS, 1993).

O Código de Ética de 1993 contém a projeção de uma nova sociedade, na qual os trabalhadores possam se desenvolver em condições plenas e livres da exploração, opressão e alienação, a partir de seus princípios e valores, sendo que o valor ético-político central deste novo código é a democracia, pois compreende-se que este é considerado “o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade”⁹³.

O novo Código de Ética é parte integrante do novo Projeto Ético-Político-Profissional-PEPP, que avançou fortemente na década de 1990, mesmo diante dos limites impostos pelo avanço do capitalismo monopolista e pelas políticas neoliberais. O avanço rumo à consolidação do novo PEPP, teve incremento com a Lei de Regulamentação da Profissão, também datada de 1993.

A Lei 8662 de 1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) assegurou formas mais concretas de intervenção, definindo competências e habilidades técnicas que o profissional pode ter em comum com outras profissões e atribuições privativas, que são competências exclusivas do profissional assistente social⁹⁴.

A Lei de Regulamentação e o Código de Ética representaram enormes saltos qualitativos para o direcionamento da prática profissional, no entanto, para a consolidação efetiva do novo PEPP era necessário rediscutir a formação profissional, sob novas bases curriculares. Nesse ambiente de fecunda crítica no interior do Serviço Social, ganhou densidade um movimento protagonizado por docentes e discentes que questionavam a qualidade, a perspectiva política, o direcionamento da formação profissional, seus objetivos, conteúdos e a estrutura pedagógica do ensino de graduação.

Entre 1993 a 1996, iniciou-se um movimento de articulação nas unidades de ensino, com a finalidade de aprofundar a discussão em torno da direção social estratégica para a profissão. O novo processo de revisão curricular teve como proposta, contextualizar o significado social da profissão, destacando as mediações históricas que influenciaram na

⁹³ Cf. Código de Ética Profissional de 1993 (em anexo).

⁹⁴ Cf. Competências e atribuições privativas do assistente social, lei 8662/1993 (em anexo).

formação de novas identidades profissionais, que devem ser articuladas às demandas e respostas que os profissionais são instigados a construir.

As modificações no interior da profissão demonstram que ela é um processo em constante transformação, “ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60)⁹⁵. A proposta básica para o Projeto de Formação Profissional foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da ABESS/CEDEPSS, em 8 de novembro de 1996.

Os novos princípios que fundamentam a formação profissional e sua efetivação, implicam a capacitação nas três dimensões da formação profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, para propiciar a apreensão crítica da realidade, como movimento histórico (Guerra, 2002)⁹⁶.

No cotidiano da prática, o assistente social deve estar atento às armadilhas, que encobrem a “questão social” e a desvinculam de sua gênese e dos processos sociais contraditórios que a criam e transformam. A pulverização e fragmentação da “questão social” atribui aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza, eximindo o Estado da responsabilidade sobre a produção e reprodução das desigualdades.

O revisionismo teórico político é uma influência que tem contribuído para questionar os fundamentos teóricos e ético-político que dão sustentação ao projeto profissional do Serviço Social, tendo como fundamentos: a defesa das políticas públicas universais e de responsabilidade do Estado e a garantia dos direitos sociais.

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais têm imposto inúmeros desafios à efetivação dos princípios do novo PEPP do Serviço Social. Esta tem sido uma preocupação constante na categoria, que tem buscado constantemente o enfrentamento dessas leis, que tendem a esvaziar o projeto ético-político.

Algumas medidas têm sido tomadas e constam na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social- CFESS nº 493/2006. Estas medidas são de suma importância para a legitimação profissional na atualidade e são sintetizadas da seguinte forma:

- a) Defesa radical do Projeto Ético-Político do Serviço Social;
- b) Aprofundamento teórico-metodológico com fundamentação na teoria crítica;
- c) Articulação com as lutas institucionais, vividas no cotidiano profissional, com as lutas mais gerais da sociedade em defesa das políticas públicas universais;

⁹⁵ Cf. Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social, ABEPSS, de 1996 (em anexo).

⁹⁶ Cf. Princípios e Diretrizes Curriculares da Formação Profissional- Diretrizes Curriculares (ABEPSS-1996)..

d) Construção de alianças estratégicas com os movimentos sociais na luta pela radicalização da democracia com a participação dos trabalhadores, etc.

A partir da análise dos princípios e valores fundamentais contidos no novo projeto ético-político, faz-se necessário o desenvolvimento da dimensão investigativa da prática. Para tanto, é fundamental apreender o significado social da profissão, para se buscar novas possibilidades e alternativas para a intervenção profissional.

Considerando o contexto de reestruturação produtiva do capital e as contradições inerentes a ela, é precípua à elaboração de respostas às novas demandas de intervenção profissional tendo como horizonte as bases materiais concretas da sociedade, orientando a prática pelos princípios do Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e das Diretrizes curriculares.

3.3 CRISES DE IDENTIDADE E IDENTIDADES ÀS AVESSAS

Mas o que vêm a ser a *identidade* ou as *identidades* do assistente social? Essa foi uma discussão trazida à tona no Serviço Social por Martinelli (2011)⁹⁷, que desenvolveu a análise sobre a *identidade* da profissão, que seria “a identidade da profissão em si mesma, considerada como elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social” (MARTINELLI, 2011, p. 17), devendo ser pensada dialeticamente como categoria política e sócio-histórica, que se constrói na trama das relações sociais e da luta de classes, não sendo portanto, fixa, imóvel ou estagnada, pois tem um caráter dinâmico, que confronta-se com as contradições que estão presentes na realidade.

Na hipótese de Martinelli, “a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional” (Martinelli, 2011, p. 17), o que impediu a categoria de “ingressar no universo da ‘consciência em si’ e ‘para si’ do movimento operário”⁹⁸ e assim “assumir coletivamente o sentido histórico da profissão”⁹⁹.

Para a autora, o capital distanciava os agentes da classe trabalhadora, restringia seus espaços de reflexão crítica e impunha à prática a exigência de respostas rápidas. Com isso,

⁹⁷ O estudo de Martinelli, é orientado pela dialética hegeliana. De acordo com Hegel, a dialética “é a forma em que se manifesta a própria realidade: é a própria realidade que alcança sua verdade em seu completo autodesenvolvimento”. (Ferrete Mora, apud Yamamoto, 2011, p. 284)

⁹⁸ Marx, em *Miséria da Filosofia* (1976), define o conceito de “classe em si” e “para si” do movimento operário. A “classe em si” é constituída quando o proletariado reconhece sua situação de classe diante do capital, e toma consciência de que movimenta a reprodução capitalista por meio da mais-valia. A “classe para si” é constituída quando o proletariado, a partir da “classe em si”, assume seu caráter histórico de classe e se organiza politicamente, diante de um interesse comum.

⁹⁹ Martinelli, Idem, p. 18.

apropriava-se não só da prática, mas também dos agentes, por meio de seu aparato burocrático-institucional, que vinculava a prática aos interesses do capital. “O fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação, que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e de crítica”¹⁰⁰.

Os profissionais absorveram para si a concepção ideológica do capital, direcionando sua prática às requisições de seus empregadores, reproduzindo assim, uma *identidade inautêntica* que naturalizava e legitimava suas intervenções, que era composta de *pseudoconcretidades*¹⁰¹.

O Serviço Social surge então, com uma *identidade atribuída*, que não é própria da profissão e nem construída pelos profissionais mas sim, imposta pela classe dominante e composta pelos seus desejos. Esta identidade determinou o percurso da prática social, a partir das estratégias de controle aos problemas decorrentes da industrialização capitalista e de sua expansão. A *identidade atribuída* favorecia o exercício de uma prática controlista e repressiva, à serviço da classe dominante, com forte viés positivista.

Esta identidade “criava a ilusão necessária de que o capitalismo era um ideal a ser buscado por toda a sociedade” (MARTINELLI, 2011, p. 125) e foi fixada como elemento definidor da prática, “ocultando tanto as relações sociais como suas intenções subjacentes”¹⁰². A função social da profissão era subordinada à sua função econômica e ideológica, que disseminava as representações do capital, necessárias à reprodução tanto física como espiritual da força de trabalho, dentro dos padrões adequados à reprodução capitalista.

A absorção consensual das representações do capital, fez surgir no interior da própria profissão relações de *des-solidarização* coletiva. Especialmente quando os quadros profissionais passaram a ser cada vez mais compostos por representantes provenientes de estratos médios da sociedade. Criou-se uma verdadeira “aristocracia profissional”¹⁰³, uma adaptação de Martinelli para o termo “aristocracia operária” de Hobsbawm, que designa determinadas parcelas superiores da classe trabalhadora, que se distinguiram dos demais, como

¹⁰⁰ Idem, p. 127

¹⁰¹ “O mundo da pseudoconcretidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário (Kosik apud Martinelli, 2011, p. 135).

¹⁰² Idem, p. 89.

¹⁰³ Idem, p. 133.

no caso dos operários da indústria moderna, separados do conjunto geral dos trabalhadores e desempregados em função de seus salários (Oliveira apud Martinelli, 2011, p. 133).

A alienação concretizou-se na particularidade histórica do *fetichismo da prática*, que ocultava a dimensão social desta, transformando-a em um *movimento alienado, alienante e alienador*, ao reiterar sua função econômica, articulada organicamente com a classe dominante, buscando “fabricar a unidade social pela dissimulação de suas divisões internas”¹⁰⁴.

A *identidade atribuída* e a ausência de movimentos coletivos de organização política, criaram traços individualizantes nas relações sociais entre os agentes que, não reconheciam o caráter classista de sua atuação. A autora afirma que perguntar pela identidade do Serviço Social, é “perguntar por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo presente que cada momento tem em si a força inaugural, o impulso criador do novo”¹⁰⁵.

A análise feita por Martinelli foi questionada e criticada por diferentes autores¹⁰⁶, entre eles Iamamoto (2011), que considerou a obra entre as principais literaturas produzidas pelo Serviço Social no Brasil e que devido sua relevância, a analisou criticamente na obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetichismo* (2007)¹⁰⁷, na qual, Iamamoto considera o período em que a primeira edição de *Identidade e Alienação* foi publicada, o final da década de 1980, o que concorreu para que a abordagem sofresse influência de alguns dilemas presentes no Código de Ética de 1986, sendo um desses dilemas, a superestima da dimensão política da profissão.

As complexas noções de *consciência de classe* e *alienação do trabalho* são discutidas e transitadas sem a devida mediação para a profissão de Serviço Social, sendo que Martinelli transpõe de forma imediata, a noção de *classe em si e para si* do movimento operário para a categoria profissional dos assistentes sociais, atribuindo a esta o mesmo estatuto histórico de uma classe social, como o proletariado (Iamamoto, 2011).

As referidas transposições imediatas são consideradas por Iamamoto como raiz dos impasses centrais da tese de Martinelli, pois ao conferir à categoria profissional os mesmos

¹⁰⁴ Martinelli, Idem, p. 90.

¹⁰⁵ Martinelli, Op. Cit., p. 159.

¹⁰⁶ Dentre estes autores se encontra Pontes (2010), que critica a polarização contida na obra de Martinelli, entre *identidade atribuída* e *identidade desalienada*. Para Pontes, o fato de a autora admitir que é “factível uma dada profissão ter uma identidade, colide com a compreensão de que uma profissão possui múltiplos projetos em confronto, que determinam a existência de identidades e não apenas de uma identidade dominante”. Em lugar da categoria identidade, Pontes se utiliza da “categoria de auto-representação metiatizada historicamente por valores, direções sócio-políticas e projetos profissionais” (PONTES, 2010, p. 90).

¹⁰⁷ Neste trabalho utilizamos a 6ª edição da obra, publicada em 2011.

dilemas do proletariado enquanto classe social, a autora desconsidera inclusive a criteriosa autocrítica de Lukács (1974 apud Iamamoto, 2011) quanto ao conceito de *consciência atribuída*¹⁰⁸.

Mas o principal impasse assinalado por Iamamoto é que a dimensão ontológica da categoria trabalho não adquire centralidade na abordagem de Martinelli, a centralidade por sua vez, é atribuída à noção de “consciência”¹⁰⁹, em uma clara inversão à crítica de Marx e Engels à filosofia neo-hegeliana alemã.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a crítica de Marx à *filosofia hegeliana* é dirigida à *ilusão de Hegel*, de que a consciência produz o ser social e não o contrário. Nestes termos, segundo a crítica de Iamamoto, a influência hegeliana na obra de Martinelli se sobrepõe à teoria social crítica, sendo que para Iamamoto, a referida obra não se estrutura teórica e metodologicamente nas bases essenciais da tradição marxista.

Dessa forma, a partir das teses sobre *identidade* dos diferentes autores sinalizados, definimos o conceito de *identidades* como *as formas de ser e de se relacionar assumidas pelos assistentes sociais no desenvolvimento da prática profissional, que têm no trabalho sua categoria ontológica central e que são eminentemente contraditórias pois criadas no processo de produção e reprodução das relações sociais*.

Sob esta concepção, recontextualizamos o que Martinelli chama de *identidade atribuída*, que é compreendida aqui como as identidades assumidas pelos profissionais, que absorveram sem maiores críticas as concepções ideológicas da classe dominante, impostas ao Serviço Social em suas protoformas. Aquelas concepções se sobressaíram a quaisquer outras que pudessem existir no interior da profissão naquele momento e estavam arraigadas pelo *senso-comum* difundido pela hegemonia vigente.

Elas eram portanto, *identidades às avessas*, pois tal qual os *homens de massa*, a parcela hegemônica dos assistentes sociais tomou para si as concepções do mundo capitalista

¹⁰⁸ Segundo Iamamoto (2011), em 1974 Lukács realizou uma autocrítica à noção de “consciência atribuída”, concebida em 1967 em *História e Consciência de Classe*. A autocrítica se dirige à “sua noção estreita e deformada do conceito de práxis, pois sem ‘um fundamento na práxis real, no trabalho, que é a sua forma original e seu modelo, o exagero do conceito de práxis iria necessariamente invertê-lo em um conceito de contemplação idealista” (Lukács apud Iamamoto, 2011, p. 290), levando a “[...] um resultado puramente intelectual, donde algo de essencialmente contemplativo. A inversão de consciência ‘adjudicada’ em práxis revolucionária aparece [...] como puro milagre” (Idem).

¹⁰⁹ Martinelli, define a consciência como “uma categoria eminentemente histórica, social, que se constrói a partir do trabalho, da atividade produtiva e material, e que está vinculada à consciência da posição social de determinado grupo na sociedade, indica-se o papel relevante que lhe cabe na marcha organizativa e no exercício profissional dos assistentes sociais. [...] é a consciência que se coloca na base da trajetória profissional, dando o sentido, a direção da caminhada, definindo as perspectivas da prática e suas estratégias.

burguês dispersas no *sensu-comum* e as reproduziram por acreditarem que eram realmente suas. Essas identidades foram construídas em oposição aos reais interesses das classes subalternas e através de um discurso falso humanista, reproduziam as condições de desigualdade e precariedade da classe trabalhadora, naturalizando seus efeitos, sem no entanto refletir sobre suas causas.

As *identidades às avessas* foram sendo transformadas ao longo do desenvolvimento histórico da profissão, mas deixaram suas marcas epistemológicas e desafios que ainda estão presentes na contemporaneidade. Mesmo com a consolidação do novo projeto ético-político-profissional, a herança *às avessas* ainda é fortemente experimentada nos mais diversos campos da prática e da formação, arraigados por representações conservadoras, que associam o assistente social a um profissional detentor de saberes instrumentalizáveis, tecnicistas e cientificistas.

Na atualidade, a subjetividade reificada e os discursos falso-ideológicos distanciam os assistentes sociais dos referenciais teórico-metodológicos que são os fundamentos do projeto ético-político da profissão. O *sociometabolismo da barbárie* e os processos de alienação no contexto de reestruturação produtiva, atribuem novos formatos às *identidades às avessas*, que passam a ser investidas de princípios e valores inautênticos, que se apropriam do ser social, da consciência e da capacidade intelectual do assistente social, manipulando seus comportamentos, seus relacionamentos e todos os aspectos da vida diuturnamente.

A prática profissional atrelada às armadilhas político-ideológicas capitalistas, contrariam não apenas o sentido histórico e hegemônico do PEPP do Serviço Social, mas também contrariam projetos que defendem a emancipação do gênero humano. Entretanto, como resultado das relações sociais dialeticamente contraditórias, as identidades profissionais podem se desenvolver não apenas *às avessas*. Elas também podem ser orgânicas, construídas a partir da autoconsciência dos assistentes sociais, que ao tomarem conhecimento de suas relações sociais, de seu lugar social e do lugar social da profissão na sociedade, construam suas próprias concepções do mundo e da profissão.

Estas são as *identidades* fundadas sob *ideologias historicamente orgânicas*, cujo desenvolvimento depende entre outros, das condições de inserção da profissão na divisão social do trabalho, que impõem novos e recriam velhos desafios; do arcabouço teórico-metodológico utilizado para orientar a prática e da qualificação das respostas dadas às demandas que são impostas, podendo ora fortalecer hegemonia do capital, quanto contribuir para a criação de uma nova hegemonia.

Como vimos no primeiro capítulo, para se construir uma nova hegemonia ou uma nova cultura, na concepção gramsciana, o passo essencial é conhecer a fundo a própria cultura como um “conhece-te a ti mesmo”. A realidade está em constante movimento e novos conhecimentos podem gerar novos recomeços. Neste sentido, o capítulo seguinte foi desenvolvido no intuito de adentrar ao conhecimento da realidade prático-interventiva em que as assistentes sociais da Vale desenvolvem seu exercício profissional.

4 IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA VALE

A partir do método dialético, vimos que o objeto de pesquisa, capturado na realidade por meio da abstração, deve ser reconstruído através de sucessivas reaproximações, de forma a revelar sua essência, situando-o no movimento histórico da realidade, cujas relações materiais de produção criam a consciência e o ser social dos homens, produzindo e reproduzindo suas relações sociais, suas identidades e suas representações.

Neste sentido, buscou-se desvelar como as leis e tendências históricas da reestruturação produtiva se particularizam nas relações sociais de trabalho das assistentes sociais da Vale¹¹⁰ e contribuem para a produção e reprodução de suas identidades profissionais, que são manifestações ideológicas daquela totalidade.

Embora as identidades contenham representações subjetivas, elas contêm os traços de uma realidade objetiva e de uma ideologia orgânica hegemônica, que se manifesta de forma implícita e parcialmente explícita, no cotidiano da prática, através dos comportamentos e da linguagem.

O contexto apresentado é amplamente contraditório, o que leva as assistentes sociais a relacionarem o projeto ético-político-profissional ao planejamento estratégico empresarial, de maneira igualmente contraditória no cotidiano de suas práticas. Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar as *identidades* dos assistentes sociais da Vale, bem como os desafios e as possibilidades da prática cotidiana no contexto sinalizado, por meio da análise dos dados coletadas tanto na pesquisa documental como na pesquisa empírica, realizada na região de Carajás.

A priori, realizou-se análise documental dos relatórios institucionais da Vale, para compreender o conjunto de valores e princípios presentes em seu planejamento estratégico, para confrontá-lo com os princípios e valores do PEPP do Serviço Social, que foram

¹¹⁰ Reitera-se que neste capítulo abordamos as identidades das assistentes sociais no exercício profissional na Vale na região de Carajás.

abordados no terceiro capítulo. Dessa forma, apresentam-se a seguir o conjunto de princípios e valores ético-empresariais, que orientam a atuação dos empregados da Vale e consequentemente das profissionais entrevistadas.

4.1 ASPECTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA VALE

Ao analisarmos os fatores determinantes no processo de desenvolvimento e de internacionalização da Vale, ocorridos principalmente a partir de 2007, verificou-se que a empresa aderiu à pactos e diretrizes internacionais para o *desenvolvimento sustentável*; adquiriu novos negócios e eliminou outros; adotou novas diretrizes e padrões de relacionamento com a sociedade (Código de Conduta Ética, de Direitos Humanos¹¹¹, de Relações com a Comunidade, etc.).

A partir do referencial teórico, conclui-se que estes fatores estão diretamente relacionados às leis e tendências históricas mundiais no contexto de reestruturação produtiva do capitalismo, que sob o discurso do *desenvolvimento sustentável*, introduz tecnologias de gestão da produção e reprodução da força de trabalho baseadas no *toyotismo*, que em seu conjunto, garantem a exploração exaustiva da força de trabalho com a colaboração do trabalhador, devido a manipulação da subjetividade e do aumento dos processos de alienação do trabalho.

Com a internacionalização da Vale, o emprego das novas tecnologias de gestão foi intensificado, dessa forma, para identificar como se deu no âmbito da empresa a utilização das referidas tecnologias, a seguir apontam-se os principais documentos e instrumentos de gestão e disciplinamento das relações sociais de trabalho que foram implementados.

No ano de 2007, a transnacional aderiu aos Princípios para o Investimento Responsável- PRI, que em termos econômicos representam a busca pelos maiores padrões de retorno de lucro aos acionistas. Aderiu também, ao Pacto Global das Nações Unidas, que estabelece um conjunto de valores e princípios fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, para empresas ditas “comprometidas”, de

¹¹¹ Tanto o Código de Ética e Conduta quanto a Política de Direitos Humanos da Vale se encontram em anexo.

forma a “garantir que organizações de mercado, comércio, tecnologia e finanças progridam de maneira a beneficiar as economias e sociedades em todos os lugares” (ONU, S.d.)¹¹².

Para a elaboração anual dos relatórios de sustentabilidade, a corporação passou a adotar a metodologia *Global Reporting Initiative- GRI*, que consiste em diretrizes internacionais para o desenvolvimento sustentável, desenvolvidas e administradas pela *GRI*, organização independente, criada em 2002, com a missão de “tornar os relatórios de sustentabilidade tão comuns quanto os relatórios financeiros” (GRI, 2012, p. 16).

Tanto o PRI, quanto o Pacto Global das Nações Unidas e a metodologia GRI, tomam por base legislações internacionais que instituem direitos sociais históricos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho- OIT, etc. Contudo, o que se pode avaliar nesse conjunto de diretrizes é uma relação contraditória em que, ao mesmo tempo que assegura direitos internacionalmente instituídos, os simplifica, sintetizando-os a um mínimo necessário para assegurar a base legal para o livre desenvolvimento do mercado em escala global, acima das classes e das fronteiras nacionais, sem maiores intervenções e regulamentações do Estado, desconsiderando a realidade de cada país.

Para além da adesão aos pactos internacionais, as transformações ocorridas no âmbito da Vale envolveram dois outros aspectos fundamentais: a mudança da razão social e nome fantasia da empresa para Vale e a revisão do Planejamento Estratégico Empresarial, ambos em 2007.

A mudança do nome da empresa, de Companhia Vale do Rio Doce-CVRD para Vale S.A, ou simplesmente Vale, foi coordenada através de campanhas de *marketing* e comunicação, que divulgaram intensamente os novos símbolos da empresa: razão social, nome fantasia, logomarca e suas respectivas cores, que representam instrumentos de imposição ideológica da nova roupagem da empresa como monopólio no ramo de mineração, que eliminou os últimos vínculos com a antiga estatal.

A pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar este processo transição da “marca” Vale, pois no período exercia sua prática profissional na empresa. Os novos símbolos ideológicos empresariais foram amplamente difundidos, não apenas entre os empregados, mas

¹¹² O pacto contém dez princípios “universalmente aceitos” que são baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos; na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; e na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, com o intuito de assegurar o desenvolvimento padronizado internacionalmente para empresas de grande capital (ONU, S.d.).

também entre suas famílias, na comunidade, nos logradouros públicos e na sociedade em geral.

Uma das principais formas de divulgação ocorreu por meio das cores que foram estampadas nos novos uniformes “Verde-Vale”. A utilização da cor verde tornou-se prerrogativa exclusiva da empresa, que passou a não permitir que outras empresas terceirizadas e subcontratadas utilizassem a cor em seus uniformes. De acordo com Mathis (2012), os uniformes se transformaram em verdadeiros símbolo de status social nas localidades em que a Vale atua.

Os prédios da empresa foram pintados com as novas cores que ilustram desde então, *outdoors*, materiais impressos e eletrônicos, sempre em linguagem simples, facilmente assimilável, com utilização de imagens agradáveis, etc., como estratégias de disseminação da ideologia corporativa que, absorvida pelo *senso-comum* passou a fazer parte do cotidiano das pessoas e a manipular os sentidos, os gostos, reproduzindo a hegemonia empresarial dominante nas localidades em que a Vale atua.

O Planejamento Estratégico Empresarial da Vale foi redefinido em 2007. Foram elaboradas as novas: *missão, valores e a visão* da empresa, marcados por forte conteúdo ideológico e *ideologizante*, conforme o quadro a seguir.

MISSÃO	VALORES	VISÃO
2007 a 2009	2007 a 2009	2007 a 2009
Transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável.	Respeito à Vida; Responsabilidade Econômica Social e Ambiental; Espírito Desenvolventista; Excelência de Desempenho; Respeito à Diversidade; Ética e Transparência; Orgulho de “Ser Vale”.	Ser a maior empresa de mineração do mundo e superarmos os padrões consagrados de excelência em pesquisa, desenvolvimento, implantação de projetos e operação de negócios.
2010	2010	2010
Transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável	Ética e transparência; Excelência de Desempenho; Espírito Desenvolventista, Responsabilidade Econômica, Social e Ambiental; Respeito à Vida; Respeito à Diversidade; Orgulho de ser Vale.	Aspirações da Vale: Ser a melhor empresa em retorno aos acionistas, em desenvolvimento sustentável e em clima organizacional
2011-2014	2011-2014	2011-2014

<p>Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável</p>	<p>A vida em primeiro lugar; valorizar quem faz a nossa empresa; cuidar do nosso planeta; agir de forma correta; crescer e evoluir juntos; fazer acontecer</p>	<p>Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta.</p>
--	--	---

Tabela 1- Missão, Valores e Visão (Fonte: Relatórios de Sustentabilidade Vale de 2007 a 2011).

O processo de reestruturação empresarial interna avançou e em 2009, a Vale lançou sua Política de *Desenvolvimento Sustentável*.

Para a Vale, o desenvolvimento sustentável é atingido quando seus negócios, em particular as suas atividades de mineração, geram valor para seus acionistas e demais partes interessadas, e deixam um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera (Vale, 2009, p. 1).

A empresa modificou o conceito de *desenvolvimento sustentável* construído coletivamente e sintetizado no relatório *Nosso Futuro Comum* da ONU, dando ênfase à acumulação de lucro e de “valor para seus acionistas e demais partes interessadas”, em troca de um legado “positivo” para as regiões onde atua, ocultando o legado “negativo” e as consequências sociais, econômicas e ambientais severas à população e região.

A política de sustentabilidade da Vale tem como pilares: *ser um operador sustentável; catalisador de desenvolvimento local e agente global de sustentabilidade*. Os três pilares orientam as atividades empresariais em torno do objetivo maior que é “*criar valor*” que no contexto da empresa significa:

proporcionar o maior retorno possível aos acionistas, manter relações e condições justas de trabalho para empregados e contratados, buscar parcerias de longo prazo com fornecedores que tragam ganhos para ambas as partes, garantir maior confiabilidade de suprimento e de valor de uso para nossos clientes, além de contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades, regiões e países onde operamos, mantendo um relacionamento e diálogo permanente e aberto com nossos stakeholders (Vale, 2009, p. 01).

Conforme o quadro anterior, o planejamento estratégico empresarial foi reformulado no ano de 2011. A transnacional mesclou e atenuou o discurso sobre riqueza, lucro e criação de valor, encobrendo a ênfase econômica das palavras. Ao se definir como valores “*a vida em primeiro lugar, valorizar quem faz a empresa, cuidar do planeta*”, transmite-se a ideia *fetichizada* de valorização dos empregados que seriam parte integrante do empreendimento empresarial. A introdução de termos apelativos como “*paixão pelas pessoas e pelo planeta*”

em sua visão, mascara a *reificação* do capital, que transforma os sujeitos em mercadoria e a mercadoria em sujeitos da produção.

Com a redefinição do planejamento estratégico, a empresa aprimorou o aparato ideológico para garantir o domínio sobre os processos produtivos e as áreas mais diretamente responsáveis pelas relações desta com os trabalhadores, adquiriram relevância central neste processo, as áreas de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador.

A empresa intensificou a oferta de novos benefícios (já praticados desde a privatização) e incentivos trabalhistas de corte moderno, baseados em critérios de meritocracia e produtividade (Ex. participação nos lucros, passagens de férias, treinamentos, auxílio aluguel, etc.), além dos benefícios de corte tradicional, baseados em direitos trabalhistas históricos (Férias, décimo terceiro salários, vale-transporte, alimentação). Os benefícios de corte moderno têm o objetivo de “atrair e manter” os trabalhadores mais qualificados no quadro próprio e diminuir a taxa de rotatividade e absenteísmo nas unidades, principalmente as consideradas “remotas”, que elevam os custos operacionais da empresa.

Entretanto, o conteúdo ideológico destes benefícios mascara as contradições e tendências de flexibilização das relações de trabalho, que diminuem os salários fixos e incrementam os variáveis, que não contam para aposentadoria e aumentam a extração de *mais-valia* ao ofertar incentivos baseados em meritocracia e produtividade, levando o trabalhador a pensar em favor na empresa quase que em tempo integral. Esses mecanismos acirram a individualidade das relações de trabalho, a disputa de papéis e a interconcorrência entre trabalhadores.

Em 2014, a empresa reformulou o código de conduta ética, mas manteve os mesmos valores estabelecidos em 2011, que para a empresa “refletem elevados padrões éticos e morais, buscando assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazos, junto aos mercados em que atua regularmente” (VALE, 2014).

A reputação e imagem positivas da Vale são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados, sendo fruto direto do comportamento e do compromisso desses últimos com os princípios estabelecidos neste Código. Todos os administradores e empregados devem estar comprometidos com os princípios de honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses valores.

A nota pode ilustrar a instituição do que Gramsci define por *religião* que, em seu sentido laico, é uma fé que se manifesta na vida prática, com uma norma de conduta adequada à ela, que orienta os comportamentos, as ações, os relacionamentos e a linguagem. Neste sentido, a religião seria a própria *concepção do mundo* empresarial, traduzida na “reputação e

imagem positiva da Vale [que] são um patrimônio de seus acionistas”. Ela se manifesta na vida prática pelo “comportamento” dos empregados, que seguem as orientações do Código de Ética e Conduta¹¹³.

As referidas regras apresentam claras influências conservadoras, com apelos à dignidade, lealdade, honestidade, que em muito se assemelham ao Código de Ética da Profissão de Serviço Social de 1975, que representou a *reatualização do conservadorismo* na profissão sob forte influência de princípios liberais. Ao apelar para a imparcialidade e neutralidade, remete à ótica da pretensa harmonia das relações entre capital e trabalho.

O novo código de conduta estabelece como *pilares* das estratégias da Vale: “cuidar das pessoas, desenvolver um time de profissionais capacitados e responsáveis por suas decisões; ser uma ótima empresa para se trabalhar, com pessoas motivadas, oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida”. Os referidos pilares reforçam o discurso em torno do individualismo, embora se refiram à um *time de trabalho*, o que remete aos programas de gestão da qualidade total, próprios do *toyotismo*.

A compreensão das representações empresariais demonstradas neste item são importantes para a elucidação dos discursos ideológicos presentes nas relações da empresa com o Estado, a sociedade civil e os trabalhadores.

A descobertas das mediações do objeto pesquisado, permite compreender a lógica dominante do capitalismo, cuja hegemonia penetra todos os aspectos da vida do trabalhador, com o objetivo de acumular lucro, às custas da exploração exaustiva da força de trabalho, privatizando os recursos naturais e matérias primas encontrados no solo nacional, apropriando deliberadamente a parcela mais significativa dos ganhos de toda a riqueza socialmente produzida.

A partir da exposição do *projeto estratégico da Vale*, passaremos à análise da pesquisa empírica, realizada na região de Carajás.

4.2 RELAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRIAS DE VIDA DAS ASSISTENTES SOCIAIS: O Processo de Construção das Identidades Profissionais

As relações sociais são construídas pelos sujeitos ao longo de suas vivências e experiências. As representações comunitárias, familiares, acadêmicas, profissionais, etc. contêm traços e valores históricos, culturais, políticos, religiosos, que organizam e dão significado à realidade. A partir dessas representações, os sujeitos constroem suas identidades

¹¹³ Cf. Código de Ética e Conduta da Vale de 2014 (em anexo).

e as identidades por sua vez, constroem as representações, em uma relação dialética, complementar e interdependente, que está em constante movimento de transformação.

No processo de formação profissional do Serviço Social, as diretrizes curriculares do curso são determinantes para a construção das representações e identidades profissionais. Hoje, cerca de oito anos após a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), o processo de graduação ainda é perpassado por inúmeros desafios, presentes na profissão, tais como: a subalternidade técnica em relação a outras profissões; a dicotomia entre teoria e prática; a falta de clareza quanto a instrumentalidade da profissão e de seu verdadeiro estatuto e o caráter conservador com que muitas instituições empregadoras ainda concebem o Serviço Social, que é reflexo direto da *identidade atribuída* a este pelo capital. Estes desafios dificultam a superação dos tradicionalismos herdados das protoformas do Serviço Social.

No intuito de contribuir para a superação dos referidos desafios e que as *diretrizes curriculares* foram desenvolvidas coletivamente pela categoria, de forma a privilegiar a formação profissional em suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, ancorada em fundamentos históricos e teórico-metodológicos críticos para subsidiar a intervenção crítica e investigativa sobre os aspectos da “questão social”. Sua contribuição é inequívoca na luta pela efetivação do PEPP.

Neste sentido, na pesquisa empírica foram coletados dados para traçar o perfil da formação profissional das assistentes sociais da Vale, tanto em graduação como em pós graduação; tempo de prática, entre outros, necessários para subsidiar a análise das representações e identidades construídas pelas profissionais ao longo de suas vivências, conforme quadro abaixo.

	<i>Natureza Instituição</i>	<i>Ano Formação</i>	<i>Novo Currículo?</i>	<i>Tempo de Prática</i>	<i>Prática na Vale</i>	<i>Cargo</i>	<i>Possui Especialização?</i>
Andréia	Particular	2001	Não	10	3	A.S Pleno	MBA em RH; Dependência Química; Cursando Esp em RH- Terceiro Setor
Beatriz	Pública	2011	Sim	0	2	A.S Pleno	N.A
Clarisse	Particular	1997	Não	10	6	A.S Pleno	Políticas Públicas; Terapia Familiar Sistêmica; Saúde e Seg do Trab em S.S
Denise	Pública	1993	Não	3	2	A.S Sênior	RH e Gestão de Projetos Sociais

Tabela 2 - Perfil acadêmico e profissional das assistentes sociais da Vale.

Um dos principais pontos a serem destacados é que apenas uma das profissionais se formou sob o novo currículo. A natureza das instituições de formação é tanto pública quanto privada e as profissionais que possuem especialização realizaram cursos na área de Recursos Humanos ou outros, mais voltados para a atuação em empresas, com exceção de Clarisse que cursou “Políticas Públicas”.

A especialização em cursos voltados à atuação em contextos corporativos, que não partilham dos mesmos fundamentos teóricos-metodológicos do Serviço Social, concorre para o distanciamento do projeto ético-político e de sua direção estratégica, voltada à defesa dos direitos e interesses das classes menos favorecidas. Entretanto, este fator se deve também à escassez de cursos de pós-graduação em Serviço Social que forneçam subsídios para a prática em ambientes corporativos, dadas as suas peculiaridades em relação ao âmbito estatal, que ainda permanece como o maior empregador do Serviço Social. Desse modo, os assistentes sociais vêm cada vez mais acessando as especializações voltadas para a atuação em empresas, até mesmo diante da larga oferta de cursos tecnicistas, como os de ensino à distância (EAD) ou semipresenciais.

Vale ressaltar que três profissionais ocupam o cargo de assistente social pleno, apenas Denise ocupa o cargo de assistente social sênior¹¹⁴, o que a profissional justifica com as seguintes frases: “*Eu sempre trabalhei em empresa privada*”; “*Eu fiquei só como analista dez anos*”; “*trabalhei com treinamento, com recrutamento e seleção... Por cada subsistema de RH eu passei...*”.

O dado reflete as tendências de *alargamento das funções e diluição das especificidades técnicas dos profissionais* (Lojkine, 1999)¹¹⁵. No caso de Denise, o que foi mais determinante para a empresa no momento da contratação e na definição de sua remuneração e “nível de senioridade”, foi a larga experiência como analista de RH em empresas privadas, mais do que a experiência profissional em Serviço Social (apenas três anos antes do ingresso na Vale), embora o cargo seja o de assistente social.

No que se refere aos fatores determinante nas histórias de vida das profissionais e a forma com que essas histórias influenciaram na escolha pelo curso de Serviço Social, foram

¹¹⁴ Um exemplo de flexibilização dos contratos de trabalho baseados em critérios de produtividade e meritocracia, no contexto de reestruturação produtiva, é a diferenciação de remuneração e de benefícios, de acordo com as competências e habilidades profissionais, articuladas ao tempo de experiência e ao desempenho do trabalhador, ou seja, pelo nível de “senioridade”, na linguagem empresarial. Neste sentido, os cargos que exigem formação superior na estrutura hierárquica da Vale são organizados nos níveis: inicial, pleno, sênior e master.

¹¹⁵ Cf. Segundo Capítulo.

identificadas características em comum às quatro assistentes sociais entrevistadas. As quatro profissionais são provenientes da região sudeste do Brasil: São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Todas são de famílias com pouco poder aquisitivo. Nenhuma tinha a pretensão de se formar em Serviço Social, mas circunstâncias adversas as impediram de se formar na profissão que desejaram.

Meu sonho... Medicina! Fui conhecer algumas faculdades na época. [...] Meu pai não tinha condições de pagar uma faculdade de medicina e eu também não tinha condições de passar numa faculdade federal, pelo ensino que eu tive em escola estadual (Andréia).

Eu já pensei em fazer Arquitetura... Pensei em fazer Pedagogia... Nutrição... (Beatriz).

Meu primeiro vestibular foi prá Psicologia. [...] Nesse momento que eu passei no curso de Psicologia, *tava* super apertado financeiramente lá em casa. Eu abri mão, não me matriculei no curso de Psicologia [SIC] (Clarisse).

O curso de Serviço Social... Não sei te responder 'como que nasceu' (risos). Era Psicologia que eu queria fazer (Denise).

As profissionais não possuíam referências sobre o Serviço Social no momento do ingresso na universidade. A impossibilidade de ingressar nos cursos de suas preferências conduziu à opção pelo Serviço Social. Para Andréia e Clarisse, a falta de condições financeiras para o custeio de mensalidades onerosas as fez optar pelo Serviço Social. Sendo que no entendimento de Andréia, a qualidade do ensino público não a preparou adequadamente para a aprovação no vestibular de medicina em uma universidade pública, que é extremamente concorrido.

As primeiras representações que faziam do Serviço Social eram muito próximas dos modelos tradicionais e conservadores.

Eu já trabalhava com minha mãe na pastoral da criança, na época da igreja, enfim... comecei a me identificar. Falei: não, faculdade eu vou ter que fazer e o Serviço Social que me identifico! (Andréia).

Essa questão de lidar com as pessoas, de tentar ajudar as pessoas a dar um norte prá vida, isso me chamou a atenção (Beatriz).

Não sei! É uma coisa que nasceu comigo. É um dom que eu tenho de lidar com pessoas, eu gosto muito (Denise).

Na prática profissional, as assistentes sociais vivenciaram experiências diversas, com exceção de Beatriz que era recém formada quando entrou na Vale. Andréia foi a única que trabalhou tanto no setor público quanto privado, em vários âmbitos tais como criança e adolescente em liberdade assistida- L.A e prestação de serviços à comunidade- PSC;

assistência social; sistema penitenciário; judiciário; saúde e empresas privadas, ao longo de dez anos antes de entrar na Vale.

Andréia é solteira e em seu processo de formação profissional foi marcada por uma gravidez inesperada e em seguida pelo falecimento de seu esposo em um trágico acidente de trânsito, que concorreu para que seu filho fosse criado pela avó materna para que ela pudesse trabalhar para sustentar a criança, já que sua família possuía baixo poder aquisitivo. Desse modo, sua experiência profissional foi marcada pela ampla mobilidade, pois sempre migrou de uma cidade para outra no estado de São Paulo, em busca de melhores oportunidades de emprego, que lhe dessem condições para o sustento de seu único filho.

Assim como Andréia, Denise é solteira e tem disponibilidade para mobilidade, pois em sua trajetória profissional sempre migrou de uma cidade para outra no estado do Espírito Santo. Ela não possui filhos e atuou por dez anos em empresas privadas. Auxilia no sustento de seus pais que são aposentados, no entanto, considera a renda dos mesmos insuficiente para assegurar todas as suas necessidades sociais básicas e devido a isto, entre outros fatores, a remuneração na Vale influenciou em sua decisão de vir para o estado do Pará.

A assistente social Clarisse tem em comum com Denise, a atuação em empresas privadas, sendo que Clarisse teve experiência também como docente.

Em Governador Valadares, eu trabalhei Política Social e Teoria do Serviço Social[...]; trabalhava também “**Questão Social**”, e não sei o quê do Serviço Social, eu sei que era um nome grande, mas era uma disciplina bem bacana, que era com os iniciantes que estavam chegando.

Durante suas trajetórias, as profissionais tiveram as primeiras aproximações com a Vale. Diferentemente das representações que tinham do Serviço Social antes da formação, suas representações sobre a Vale eram projeções idealizadas de um emprego dos sonhos.

Meu sonho era entrar na Vale. Meu sonho! [...] Eu sempre dava uma olhada na internet, aí eu vi uma vaga para assistente social temporário [...]. Vaga determinada de um ano, contrato de um ano: Falei: Vou, uai! Meu sonho! [SIC] (Andréia).

Assim... na verdade, trabalhar na Vale prá mim era... era... era um sonho só. Nem achava que nunca ia ter essa possibilidade [SIC] (Beatriz).

Nossa! Não posso perder essa oportunidade de vir prá Vale, realizar o meu sonho!

As profissionais Andréia e Denise ingressaram na Vale pela participação em processos seletivos, dos quais tomaram conhecimento através de *sites* da internet. Já Beatriz e Clarisse participaram de processos seletivos por indicação, visto que os cônjuges de ambas são empregados da empresa, cujas especificidades técnicas são consideradas estratégicas. O

esposo de Beatriz é engenheiro e o de Clarisse é analista de automação com cargo de supervisão. Suas qualificações são consideradas escassas no mercado de trabalho, portanto, são estratégicas para a Vale. Conforme política de *atração e retenção* sob responsabilidade da área de Recursos Humanos, esses profissionais devem ser *atraídos* (pelos melhores salários, benefícios e condições de trabalho) e *retidos* na localidade (que é considerada para a empresa uma área remota e de difícil adaptação).

A partir da explanação geral sobre as histórias de vida das profissionais e dos aspectos determinantes para a formação de suas representações e identidades, a seguir, dá-se prosseguimento às análises da pesquisa empírica, já contexto sócio-institucional da Vale.

4.3 ENTRE CRISES DE IDENTIDADES E IDENTIDADES ÀS AVESSAS: O Exercício Profissional na Vale

Iniciou-se a análise a partir da significação do Serviço Social no contexto profissional da Vale e a função social que legitima a inserção dos assistentes sociais no quadro de recursos humanos da empresa, de forma a identificar quais as demandas legitimam a atuação do Serviço Social neste espaço prático-profissional, que é o ponto de partida para compreendermos os desafios e as possibilidades que serão apresentados adiante.

Todas as assistentes sociais atuam na área de saúde e medicina no trabalho. As ações desenvolvidas são principalmente os atendimentos sociais (prestados aos empregados que buscam os serviços oferecidos pela área de saúde do trabalhador) e as atividades referentes aos programas para tratamento da dependência química; saúde mental; programa de acompanhamento a hipertensos e diabéticos e gestão de afastamento previdenciário. Estas atividades são comuns às quatro profissionais, outras atividades variam de acordo com as unidades, como atividades relacionadas ao benefício de passagem de falecimento e Tratamento Fora do Domicílio- TDF.

Nos atendimentos sociais em geral, as profissionais descrevem sua atuação da seguinte forma:

A empresa ela é composta por seres humanos, seres humanos tem problemas! [...] No atendimento, a gente orienta o caminho que ele tem que seguir. Aí é uma questão depressiva? Tem que encaminhar pro apoio psicológico que nós temos hoje (Andréia).

A gente trabalha com a escuta, orienta, encaminha e acompanha. [...], principalmente quando a gente percebe ou o próprio gestor percebe que aquilo está atrapalhando o trabalho dele. [São] problemas pessoais. Eu não recebo tanto o povo reclamando de questões de trabalho, mas são questões pessoais que estão afetando o trabalho [...].

[É] demanda espontânea e trazido pelo gestor. Se o gestor identifica que alguma coisa não tá legal...que o comportamento daquele trabalhador não tá adequado, que ele tá se ausentando, que ele tá com déficit de atenção, tá reclamando de muito sono no equipamento, então essas questões eles trazem (Clarisse).

É ausente nas declarações qualquer menção a ações investigativas sobre o contexto profissional que ocasionou a demanda apresentada. Do contrário, a intervenção parece se restringir aos aspectos imediatos e superficiais da vida do trabalhador, com a utilização de técnicas científicas que auxiliam no acolhimento, triagem e encaminhamentos. A atuação segue um modelo semelhante ao da *perspectiva de atualização do conservadorismo* e das orientações contidas no código de ética de 1975, a partir das quais o assistente social deveria indicar o “tratamento” considerado mais adequado para que o trabalhador fosse “reajustado” aos padrões da empresa.

Ao descrever sua prática, Andréia verbaliza que “*seres humanos têm problemas*”, situando a intervenção nos aspectos particulares da vida privada, em lugar da sociabilidade dos trabalhadores. O foco da atuação é voltado para o *bem estar social da pessoa humana* e para a correção de seus “problemas” e “desajustes sociais”. Os “problemas” são deslocados do contexto histórico e das relações sociais vivenciadas pela “clientela”. Logo, a prática se distancia da análise das relações sociais e das contradições inerentes à ela.

A apropriação dos aspectos da vida privada do trabalhador não parece ser fruto de uma opção autoconsciente. É imperceptível para a assistente social, e possivelmente para o supervisor, o papel policaresco e de vigilância sobre os comportamentos e desempenho dos trabalhadores, que são características dos processos de alienação e manipulação da subjetividade. Outro ponto relevante nesta análise é a exploração intensiva da força de trabalho que leva os profissionais a absorverem automaticamente as demandas impostas pela empresa, até mesmo sem refletir sobre sua competência técnica para fazê-lo.

Quando a assistente social ressalta que não recebe demandas com relação ao trabalho, reproduz a individualização dessas relações, que descolam a “questão social” de sua gênese histórica, permeada por contradições e luta de classes, que são transformados em problemas individuais causados por alguma variação de aspectos práticos do cotidiano.

Evidenciam-se características do *positivismo*, que demanda a atuação do assistente social a partir de manipulação de variáveis empíricas, recortadas de segmentos da realidade, utilizando-se parâmetros explicativos, superficiais, científicas, carentes de referencial teórico-crítico (Netto, 2011), já que como integrante do trabalho coletivo, o assistente social

também é envolvido pelos processos de manipulação da subjetividade, que o impedem de refletir criticamente sobre suas ações.

Dentre os programas em que as assistentes sociais atuam, o Programa para Controle e Tratamento da Dependência Química é um dos principais.

Fazemos a gestão do programa, acompanhamos os empregados na tratativa, encaminhamentos, orientação, atendimento, juntamente com o psicólogo credenciado [...] (Andréia).

O objetivo é realmente ajudar aquele empregado que queira se recuperar, a sair daquela dependência (Clarisse).

O *Dependência Química* é encaminhado pelo Médico do Trabalho ou é de livre espontaneidade do empregado, ou o supervisor encaminha até o Serviço Social. [...] Além deles passarem pelas etapas do programa, que é internação, a terapia individual e o grupo de apoio, eu também procuro fazer um acompanhamento, pra saber como é que tá, quê que ele tá sentindo. Quando eles têm a recaída eu também tô junto com eles (Denise)

Apenas uma das unidades tem o programa de testagem toxicológica obrigatório, que é realizado uma vez por mês, através de sorteio ao qual, 100% do quadro está sujeito. De acordo com o grau de dependência química, que é diagnosticado pelo médico com o apoio dos psicólogos e assistente social, o empregado pode ser encaminhado para internação em clínica especializada, com despesas custeadas pela empresa.

Se o resultado foi positivo, nós chamamos o empregado aqui e vamos conversar com ele (Beatriz).

São trezentas pessoas sorteadas todo mês. [...] Nós temos parceria com uma clínica especializada, [...] que fica em São Paulo, e a gente encaminha pra tratamento. [...] A empresa paga toda a logística de transporte (Andréia).

A gente tem uma clínica no Rio de Janeiro [...] que trabalha com a recuperação de dependentes químicos. [...] O pós-tratamento é de um ano, com o acompanhamento do Serviço Social (Clarisse).

Os empregados em situação de dependência química que são encaminhados para internação, após a alta recebem acompanhamento da equipe multiprofissional durante um ano. Ao questionarmos sobre quais as condições físicas, emocionais, sociais e comportamentais com que os empregados geralmente retornam à empresa, as assistentes sociais inferem que:

A pessoa se transforma [...]. Vira outra pessoa. É uma pessoa muito mais ... leal mesmo aos colegas, mais companheiro.

A questão profissional muda totalmente. O empregado bem mais comprometido, responsável (Beatriz).

O programa então, tenta fazer uma **reconstrução da identidade desse trabalhador**. Findo um ano, a gente faz uma avaliação. *Tá beleza? Tá bacana?* Vai caminhar com as próprias pernas. [...] Se ele não estiver vai ser feita uma reavaliação. Mas ele não está por quê? De repente o cara não quer! Ele *tá* usando aquilo ali como um

amuleto! Então, você vê que é uma pessoa que está completamente descomprometida com a recuperação dele [...] (Clarisse).

O temor pelo vínculo empregatício dissemina um certo terrorismo psicossocial entre os empregados dependentes químicos encaminhados para a internação. Ao afirmar que o programa **tenta fazer uma reconstrução da identidade desse trabalhador**, Clarisse demonstra que não é apenas a identidade do empregado dependente químico que é reconstruída, a do assistente social que atua no programa também, pois a mesma passa a reproduzir inconscientemente o discurso conservador do capitalismo, que responsabiliza unicamente o empregado acometido pela patologia em questão.

O fenômeno da individualização é claramente percebido quando na primeira afirmação, Beatriz exemplifica a postura que geralmente o empregado assume no pós-tratamento da dependência química, que parece ser o perfil aceitável para a empresa. Na segunda declaração, Clarisse faz um relato que é oposto ao primeiro, quando o empregado, no retorno da internação, não se adequa aquele padrão da fala anterior e passa a ser considerado o único responsável por sua recuperação.

Quando questionada sobre o que ocorre se o empregado não se recuperar no período de um ano, Clarisse declara:

Ele vai ser abordado como qualquer outro trabalhador. [...] Alguns, por conta [do] vínculo e [do] medo de perder o emprego, se envolvem profundamente com o tratamento... outros... **Isso é muito pessoal** (grifo nosso).

A gente lida com desligamentos, com pessoas que a gente gostaria muito *que abraçasse* com unhas e dentes o programa de recuperação prá dependentes químicos e aquela pessoa não tem a mesma motivação que eu, não tem o mesmo desejo que eu tenho prá ela. E aí aquilo ali me derruba [SIC] (Clarisse).

Nota-se entre as profissionais, a associação da dependência química a fatores unicamente culturais, quando se referem à escassez de opções de lazer e outros atrativos, à questões de fundo moral e comportamental e até mesmo à questões relacionadas à religião e ao baixo nível educacional na concepção delas.

Eu acho que... porque não tem muito o que fazer, não tem muito lazer, não tem muitas opções (Beatriz).

Aqui é uma região muito diferente da região que eu venho, em todos os aspectos [...] culturais, sociais, relacionais. Eu nunca fui a um casamento aqui! Esses anos todos que eu tô aqui. Então, aqui tem muito isso, as pessoas se juntam. [...] Isso é muito diferente da cultura que a gente tem no Sudeste. Que tem a questão da religião por trás. Pode até ser fachada também, mas tem uma questão cultural, até nas formas em se relacionar e formalizar esse relacionamento (Clarisse).

Eu acho que a região é bem *propício* [SIC]. Você pode andar aqui na rua, que você vai ver vários distribuidores de bebidas. [...] Lazer aqui pouco se tem e, **se você não vem de uma cultura que tem o hábito de leitura, de assistir um bom filme, realmente você começa a beber** (grifo nosso) (Denise).

Na fala a seguir, demonstram-se fatores relativos à alienação e exploração exaustiva da força do trabalho que podem se manifestar em formas de estranhamento, isolamento e adoecimento (Antunes, 2006), os quais podem levar ao desenvolvimento da dependência química.

Na verdade, todos os integrantes do grupo hoje são empregados do operacional¹¹⁶. Eu acredito... questão do trabalho mesmo [...]. O pessoal trabalha de turno... acho que isso acaba deixando... às vezes, muito sozinho. O empregado que [...] vem de outra cidade, às vezes, vem sem família... (Beatriz).

Chama a atenção o fato de que atualmente todos os participantes do programa são de nível operacional. Pode-se atribuir como possíveis causas, que a intensidade da exploração da força de trabalho na área operacional é maior que nos níveis técnicos e operacionais, ou simplesmente a uma projeção estatística, pois em um universo de cerca de quatorze mil empregados o quadro operacional é o mais numeroso. Considerando que são sorteadas trezentas pessoas por mês para o exame toxicológico, a probabilidade do sorteio abranger os níveis operacionais é maior do que nos demais níveis hierárquicos. Entretanto, o discurso transmite a ideia tendenciosa de que os empregados operacionais, com mais baixo nível social, cultural e educacional, estão mais propensos aos vícios do que a parcela mais intelectualizada da empresa.

Os discursos refletem a tendência de cerceamento das liberdades individuais, pois, em que pese a dependência química ser uma doença extremamente grave, que acarreta diversos prejuízos, não somente à saúde mas sociais, relacionais, familiares, etc., podendo até mesmo levar a morte, a opção pelo tratamento é livre, independente das circunstâncias. O direito de livre escolha deveria ser garantido ao empregado, mas como relata Beatriz, mesmo que este não aceite o tratamento, seu gerente é comunicado. Portanto, caso se negue ao tratamento, sua

¹¹⁶ Os empregados de nível operacional são os cargos de mais baixo nível hierárquico da empresa. Estes empregados, são contratados de preferência, na localidade, através de Programa de Formação Profissional ministrados na região. A Vale abre processo de recrutamento e seleção, ministra o curso e ao final, contrata aqueles participantes que se destacaram e o excedente, fica como uma espécie de *exército industrial de reserva*. O objetivo do curso, é promover a contratação local, para atender a questão legal, que implica no compromisso de gerar empregos para a região. No entanto, por se tratar de uma área de intervenção de *grandes projetos*, estes atraem o fluxo migratório de regiões mais pobres do país (nordeste, especialmente nordeste e outros municípios paraenses). Estes trabalhadores pobres se mudam para a localidade em busca de emprego, deixando a família, os filhos, rompendo ou fragilizando os vínculos familiares e muitas vezes sem recurso para retornar, permanecem na região.

postura colocará em risco o vínculo laboral, mais do que a aceitação e a assunção de sua condição de dependente químico.

[...] Se o psicólogo avaliar que ele precisa ser encaminhado a gente chama o gestor aqui prá avisar que esse empregado **foi pego** no programa [...]. O empregado pode se recusar à tratativa, mas a gente sempre chama o gestor [...]. Se ele aceitar a tratativa, ele vai assinar uns termos [...]. Independente se ele vai querer ou não, a gente vai comunicar o gestor dele (grifo nosso) (Beatriz).

Dissemina-se a insegurança, o constrangimento, desconsiderando-se inclusive o direito ao sigilo, que são valores, princípios e obrigação ético-profissional tanto de médicos e psicólogos quanto do assistente social. Essa inversão de valores demonstra a dissolução dos limites entre o ético e o arbitrário.

A nítida ênfase sobre os aspectos morais e comportamentais converge com traços conservadores semelhantes aos valores presentes no código de ética de 1975, que tinha como foco os aspectos curativos e preventivos em torno do valor ético central: *o bem estar da pessoa humana*.

Outro programa em que as assistentes atuam fortemente é o Programa de Gestão de Afastamentos Previdenciários, a que elas denominam de “Gestão de Afastados”.

A gente monta o processo pros empregados, agenda a perícia, entrega a documentação pronta para o empregado e orienta como funciona. [...] Então, a gente já entrega mastigado o processo. [...] A gente monitora um por um [...] (Andréia).

A gente faz o processo de afastamento dele no sistema. [...] O empregado já sai daqui com o processo montado, ele só tem que comparecer na perícia no dia e entregar o documento no RH, só isso! [...] Esse é nosso papel!
É até mesmo por uma questão de gestão do empregado [...]. A gente sabe se esse empregado volta ou não volta, se pode substituir ou não, é isso que a gente faz (Beatriz).

O médico faz [...] a avaliação clínica e eu recolho a documentação. [...] E aí eu vou junto ao RH providenciar toda uma requisição de benefícios, [...] agendar a perícia dele [...] (Denise).

Observa-se a ênfase em atividades administrativas e de suporte de informação à “gestão” do empregado. As assistentes sociais têm suas atividades voltadas aos interesses dos gerentes, divergindo do compromisso ético-político do Serviço Social, em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das classes menos favorecidas.

Os relatos das assistentes sociais transmitem a impressão de que elas se limitam a recolher documentos, agendar perícia e etc. Ainda que haja intervenções técnicas, as atividades tarefas e de cunho meramente administrativo se sobressair a quaisquer outras, que são mencionadas nos discursos.

As assistentes sociais não realizam reflexões críticas quanto aos aspectos da vida do trabalhador e o contexto social em que se desenvolvem as patologias que deram origem ao afastamento previdenciário, como forma de identificar potenciais objetos de intervenção de acordo com a realidade vivenciada pelos trabalhadores.

No relato anterior de Beatriz, a mesma afirma que uma de suas atribuições é dar suporte aos gerentes, informando o período de afastamento e se aquele empregado pode ser ou não substituído. Quando questionamos o que ocorre no retorno do empregado que foi substituído a profissional declara:

Eu ainda não acompanhei assim... Não sei nenhum caso ao retornar, se o que ficou substituindo, se ele é recolocado em outra área ou se ele é dispensado. Essa informação eu não sei te falar. Mas eu até... realmente é uma curiosidade. Eu acredito que a pessoa se... não tem aquela vaga lá, ele seja recolocado em outra [...] (Beatriz).

A profissional não cogita a possibilidade de o empregado ser demitido após o cumprimento do prazo estipulado pelo INSS para que o trabalhador possa ser desligado legalmente. Vale ressaltar também os impedimentos para o exercício de uma reflexão crítica quanto aos aspectos apresentados, já que a unidade onde Beatriz trabalha é a *diretoria norte*, que contém cerca de quatorze mil empregados e apenas duas assistentes sociais, o que contribui consideravelmente para os processos de alienação do trabalho.

Adiante, as assistentes sociais descrevem sua atuação no Programa de Saúde Mental ou Programa de Atendimento Psicossocial.

[...] A gente identificamo que todos os caso o supervisor: “- Ah! O empregado não tá muito bem hoje. Ele quer conversar com você! É um caso de conflito conjugal, essas coisas...”. [...] A gente faz uma avaliação e encaminha pro psicólogo. [...] Se o psicólogo avaliar que necessita de uma intervenção, aí esse empregado fica na tratativa psicológica, a gente só faz o encaminhamento [SIC] (Andréia).

A gente tem uma planilhazinha que a gente monta, quem é o gestor, porque ele está sendo encaminhado [...].

A demanda chega *prá* gente normalmente pelo supervisor [que] já detecta [...]. São problemas pessoais [...], conflito familiar ou então um caso de violência mesmo. Parauapebas é uma cidade bem violenta (Beatriz).

O programa *prá* saúde mental, abrange também essa desmistificação do que é a saúde mental, porque tem muita gente que acha que doença mental é só loucura. E aí a gente tenta mostrar que aquela pessoa que tem uma ansiedade muito grande, que às vezes trava de fazer alguma coisa... Isso é um adoecimento. O estresse é um adoecimento, o mau humor exagerado é um adoecimento. E são pessoas que precisam ser tratadas (Clarisse).

Percebem-se enfoques psicologistas que se sobressaem aos problemas de ordem social, que dão materialidade à “questão social”. Os problemas *psicossociais* demandam

“tratamento” a ser definido pela assistente social, o que é compatível com a perspectiva de *reatualização do conservadorismo* e com os fundamentos na fenomenologia, com base no modelo: *diagnóstico, prognóstico e tratamento*.

O adoecimento de fundo psicológico ou emocional é visto apenas em sua imediaticidade pelas profissionais, que desconsideram que os processos de adoecimento podem ser consequências da alienação do trabalho, da subjetividade estranhada, que podem se manifestar em formas de adoecimento, estresse, apatia, isolamento, violência (Antunes, 2006).

Quando não se recorre ao referencial teórico-crítico do Serviço Social, a intervenção se resume a uma prática semelhante ao exercício *sincrético* (Netto, 2011)¹¹⁷, no qual a funcionalidade da intervenção profissional reside na manipulação de variáveis empíricas, sendo que todas as alterações dessas variáveis são remetidas aos assistentes sociais que devem reajustá-las aos níveis *normais*, pois a profissão é considerada como *tecnologia de organização dos componentes heterogêneos* da sociedade para torná-los homogêneos.

Sob este aspecto, recai-se no ecletismo teórico científicista, que distancia o assistente social da apreensão da realidade em sua totalidade, transformando-o em mero executor de políticas sociais, que se detém em aparências imediatas para dar respostas igualmente imediatas a estas. A figura dos gerentes representa esta imposição, pois é ais gerentes que as assistentes se reportam por meio de planilhas atualizadas mensalmente, como suporte para o controle e gestão da força de trabalho.

Diante dessa percepção, questionou-se a uma das profissionais como os empregados veem sua atuação nos referidos programas.

[...] Eu tenho percebido um certo receio das pessoas procurarem também o Serviço Social. [...] A minha hipótese é que num momento de austeridade, onde há chance de cortes, na cabeça dele vão cortar aquele que tem problema e aí, talvez o silêncio seja a melhor opção. (Clarisse).

A nota ilustra a não legitimação da profissão por parte dos trabalhadores, pois na visão destes, o assistente social não representa os seus interesses e sim os da empresa.

No que se refere ao Programa para Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos, este é mais estruturado na *Diretoria Norte*, onde é denominado “*Viva com Saúde*”. O programa funciona da seguinte forma:

¹¹⁷ Cf. Terceiro Capítulo.

Após o periódico¹¹⁸, se o médico identificar [...] obesidade... problema no coração, enfim... encaminha pro programa *Viva com Saúde*. [...] Ele é gerido pela Medicina e porém, quem processa é o Hospital Yutaka¹¹⁹. [...] Ele oferece academia, avaliação, endocrinologista, enfim, profissionais *especializado* prá tratar essas questões [SIC] (Andréia).

No *Viva com Saúde*, a gente fica mais na questão burocrática. De acompanhamento do empregado. **Mais por fiscalização** [...].

A gente fiscaliza na verdade, mais a parte da academia. Se o empregado [...] tá frequentando a academia todos os dias (Beatriz).

Novamente, chama a atenção o cerceamento das liberdades individuais pois, por mais que a hipertensão, diabetes e obesidade sejam problemas de saúde cujas consequências podem ser graves, cada indivíduo singular deve ter a liberdade de escolher se deseja receber tratamento ou não.

Este cerceamento se torna mais delicado quando se refere à obesidade, pois pode aparentar até mesmo uma ação discriminatória, já que a obesidade nem sempre é uma situação patológica¹²⁰, ela pode ser física ou estética, relacionada a mera questão de sobrepeso.

Ainda que seja uma situação de obesidade patológica, o indivíduo é quem deve decidir se quer ou não emagrecer. A utilização (sob nosso ponto de vista, inadequada) dos resultados dos exames periódicos obrigatórios, para identificar a obesidade, pode gerar impactos na vida do trabalhador, podendo fazer com que se sinta vigiado, constrangido, abalado em sua autoestima, diante da sensação da perda de liberdade sobre seu próprio corpo.

A questão da obesidade torna-se particularmente delicada quando se trata da condição feminina, pois o gênero é historicamente cercado por preconceitos e discriminações diversas, devido a imposição de padrões de beleza excludentes, considerados “socialmente aceitos”, que podem levar a doenças como bulimia, anorexia, depressão, que podem até mesmo levar ao suicídio.

A partir do relato das assistentes sociais é possível inferir que as mesmas não ultrapassam o nível das aparências em suas reflexões e se restringem a funções “burocráticas”, dando combustível às crises de identidade, que conduzem à ao exercício de

¹¹⁸ De acordo com a legislação trabalhista e as normas técnicas que se referem a saúde e segurança do trabalho, os exames médico-ocupacionais periódicos são obrigatórios e de suma importância para identificar a existência de doenças ocupacionais, pelas quais, a empresa deve se responsabilizar. Entretanto, a fala das assistentes sociais é sugestiva de que a empresa se apropria dos resultados para identificar diabéticos, hipertensos e obesos e ofertar um programa de acompanhamento em que, caso o empregado aceite participar, passará a ter sua frequência na academia, no médico, no nutricionista, fiscalizada pela assistente social.

¹¹⁹ Yutaka Takeda é o hospital localizado no núcleo urbano na Serra dos Carajás.

¹²⁰ Informação com base em materiais impressos da área de saúde médica e nutricional divulgados pelo Ministério da Saúde.

práticas residuais e de cunho conservador, como “fiscais” a serviço do capital, dissolvendo a essência de sua formação acadêmica e de seu projeto profissional.

Assim como os outros programas, o *Viva com Saúde* se caracteriza pela atuação sobre aspectos curativos, mas as profissionais não fazem menção a ações de cunho educativo e preventivo junto aos trabalhadores. Percebe-se uma confusão de papéis e de atribuições, que são ilustradas nas falas a seguir, em que as assistentes sociais expõem quais seriam suas atribuições privativas.

Atendimento individual. [...] Em alguns casos, a visita domiciliar. [...] abordagem grupal [...] (Andréia).

Eu vejo a questão dos atendimentos [...]. A questão da dependência química [...] A própria Gestão de Afastados, a questão de marcação de perícia [...] (Beatriz).

Essas escutas, esses atendimentos individuais. Nós não somos resolvedores, mas a gente faz a escuta. [...] Os gestores perguntam se eu conto tudo prá eles, aí eu falo que não, que eu não posso, primeiro que pela ética [...], e também como uma forma de protegê-los, de não serem arbitrários (Clarisse).

Eu vejo hoje como principal, é o atendimento social que eu faço. [...] E algumas coisas que a gente vai conquistando [...]. O acompanhamento ao afastado é do Serviço Social. [...] O agendamento [de perícia] de repente, se eu tivesse um jovem aprendiz comigo, ele poderia fazer esse agendamento. [...] Porém, a parte de orientação, de acompanhamento, eu vejo como do Serviço Social sim (Denise).

Questionamos então, quais seriam as atribuições não privativas.

Dinâmicas que é aplicada [SIC]. Também é o grupo. Abordagem grupal pode ser... Visita domiciliar também. (Andréia).

Eu vou falar dos grupos. O grupo de tabagismo, que não há necessidade da gente tá acompanhando. [...] O *Viva com Saúde* também é a mesma coisa. [...] Quando a gente, às vezes, não tá [...], e precisa fazer o afastamento, o médico até faz, mas aí depois fica sempre pendência prá nós, prá gente entrar em contato [...] (Beatriz).

Em todos eles. [...] O grupo de dependentes químicos e familiares, é uma abordagem terapêutica. [...] O assistente social ele não é terapeuta. Ele faz a escuta, mas a partir de uma perspectiva social. E aí a gente leva essas informações pro terapeuta e o terapeuta por sua vez, traz as informações que ele pode trazer também, porque ele também tem que respeitar o seu código de conduta ética (Clarisse).

O acompanhamento, eu divido muito com a técnica de enfermagem do trabalho. Ela prepara prá gente a planilha de todos os afastados. Eu ajudo muito na alimentação dessa planilha [...], então, tem essa troca. O próprio RH também é um grande parceiro que eu tenho (grifo nosso) (Denise).

A partir dos relatos não foi possível identificar a existência de atribuições privativas do assistente social, pois o que as profissionais consideram como privativas, são repetidas entre as não privativas. O que é privativo é confundido com a incumbência de realizar determinada tarefa, como no caso do agendamento de perícias, função puramente administrativa que não tem relação com aquelas instituídas na Lei de Regulamentação como

sendo próprias do Serviço Social. O que se observa é a aglutinação de tarefas agregadas em um todo homogêneo, que contém a identidade atribuída pelo capital e não das profissões que compõem aquele conjunto.

Portanto, identificou-se como principais desafios a confusão de papéis, a falta de clareza das competências, a falta de domínio entre as atribuições exclusivas do assistente social, tanto por parte da empresa quanto dos profissionais e também de usuários, que foram resumidas em tarefas executáveis por quaisquer outros profissionais. Esta percepção fica clara na narrativa da assistente social Clarisse.

[...] Porque qualquer pessoa pode fazer a maioria do trabalho que eu faço... Aquilo que é exclusivo do Serviço Social, por exemplo, um relatório, um laudo técnico social de uma visita domiciliar... Se não existir, a empresa vai parar por causa disso? A produção da empresa vai parar porque não tem mais um assistente social pra emitir um laudo, um relatório técnico, NÃO! O programa de dependência química caminha sem isso, o programa de saúde mental caminha sem isso, a gestão de afastados caminha sem isso. E aí qualquer um outro profissional pode fazer, sem as especificidades do Serviço Social e conduzir tranquilamente (Clarisse).

O relato de Clarisse reflete a angústia que a profissional sente em relação à perda de suas especificidades enquanto assistente social. Sua angústia aumenta quando se refere à lei das trinta horas, conforme relato.

Agora, com esse negócio de carga horária de trinta horas... Isso é um negócio que me preocupa profundamente, porque eu acho que o CRESS com o CFESS pensam as normas a partir de um único público, público de assistente social que trabalha em órgãos públicos. [...] E aí generaliza: “*todo assistente social vai trabalhar, tem que trabalhar com carga horária de trinta horas*”! Numa empresa, isso pra nós é um risco danado! Inclusive de extinguir.

A profissional vivencia a crise de identidade que não é prerrogativa única do assistente social no contexto de reestruturação produtiva. Seus valores profissionais são invertidos a ponto de mesma confundir direitos com a perda de direitos. Para ela, a inexistência do direito as trinta horas seria mais benéfica do que a sua garantia, reproduzindo violência simbólica que é característica do *sociometabolismo da barbárie* no ambiente empresarial, onde predomina a austeridade. As referidas crises de identidade estão associadas aos processos de alienação e manipulação da subjetividade, que são alguns dos maiores desafios para a superação das práticas conservadoras e de *senso-comum*, que aprisionam os assistentes sociais as práticas cientificistas, paliativas, paternalistas e assistencialistas.

A partir da explanação das competências profissionais, buscou-se analisar a forma de participação das assistentes sociais na elaboração dos programas com os quais trabalham, que

são determinantes para a definição de sua posição na divisão social do trabalho no âmbito desta corporação.

O gerente definiu [...] a equipe responsável, composta por um assistente social, um enfermeiro e um médico. [...] Então, todos *os programas é elaborado* por esse grupo [SIC]. É só prá dizer o que você pode [...] e o que não pode. A conduta! (Andréia).

Quem elabora...? A Medicina! [...] Mas quem decide é o gerente. Ele decide o grupo [...]. É esse grupo que vai desenhar direitinho como que vai ser seu programa, as regras, [...], como vai funcionar... dessa forma!. (Beatriz).

O Serviço Social com a saúde de uma forma geral. Então a gente constrói o PRO (Procedimento Operacional) juntos. **Os programas são corporativos**, mas aí a gente redesenha a partir da nossa realidade. [...] Existe uma orientação, não existe nenhum documento corporativo que obrigue cada unidade a ter um programa prá dependentes químicos. Existe [...] um documento que orienta isso, até porque tem questões legais, jurídicas, que permeiam isso. [É uma] normativa. (Clarisse)

São programas corporativos. Eu cheguei já estavam prontos (Denise).

Os programas são corporativos, ou seja, são elaborados em uma instância superior, por profissionais que atuam da diretoria corporativa, que fica localizada na sede da empresa no Rio de Janeiro. Não existe participação dos usuários no processo de elaboração e os demais profissionais, como o assistente social (que estão nas unidades) também não participam da elaboração, mas ficam com a responsabilidade de elaborar o Procedimento Operacional- PRO, que tem o objetivo de regulamentar como o programa corporativo será desenvolvido em cada unidade da Vale, de acordo com a região em que se localizam.

Os procedimentos normativos do corporativo estabelecem as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais, as diretrizes específicas que não podem fugir àquela diretriz maior, caracterizando um processo verticalizado na elaboração dos programas.

Entretanto, as profissionais têm pouca clareza sobre este fluxo e mostram-se confusas em suas afirmações. As falas de Andréia e Clarisse sugerem que para elas o fato de elaborar o PRO é elaborar todo o programa. A assistente social Clarisse demonstra mais clareza quando se refere ao processo de elaboração do PRO mas se contradiz quando primeiramente afirma que “não existe um documento” do corporativo e em seguida informa que “existe um documento que orienta isso”, que tem a função de atender às exigências legais da empresa.

Observa-se também a autonomia ilusória referente à elaboração dos programas, no entanto, pois os profissionais que compõem as equipes permanecem restritos ao âmbito da execução, visto que até mesmo a definição das equipes é feita pelos gerentes. A autonomia aparente conduz a crises de identidade que se manifestam de forma implícita na linguagem.

De acordo com *Marx*, as relações materiais de produção, determinam a consciência e o ser dos homens. A forma como os homens se movem, trabalham e produzem em sociedade, é que determina suas relações sociais. Dessa forma, o presente item, tem o objetivo de identificar as formas de ser e de se relacionar do assistente social, que contribuem para a formação de suas representações e identidades.

Primeiramente, questionamos as assistentes sociais sobre qual a formação de seus respectivos gestores.

O gerente de área é médico e o gerente geral é engenheiro (Andréia).

Administração. E a minha supervisora, engenheira química, com especialização em engenharia de segurança do trabalho. (Clarisse).

Engenheiro de Segurança, se eu não me engano (Denise).

Os gestores são médicos, engenheiros e um é administrador. Nos atuais modelos de gestão da força de trabalho, a exigência de se dominar múltiplas funcionalidades chega a um patamar que dilui os limites técnicos dos conhecimentos exigidos pela empresa.

Neste aspecto, a relação das assistentes sociais com os gerentes é amplamente contraditória. Ainda que os gestores possuam expertise na área de gestão, o desconhecimento técnico das profissões que gerenciam, incluindo o Serviço Social, concorre para reforçar o conservadorismo, e a imposição para a realização de tarefas assistencialistas, paliativas, que em nada, ou pouco contribuem para a emancipação, ou protagonismo social dos trabalhadores.

[Eles] confiam muito no nosso trabalho. Eu acho isso muito importante. [...] Alguns ainda têm o olhar mais assistencialista, de achar que a gente tem que fazer tudo, mas quando você vai mostrar prá ele qual é o nosso papel aqui dentro, eles entendem e colaboram, do jeito que eles podem eles colaboram. [...] Por mais que, às vezes, o gestor: “- Ah! Fulano tá com problema. Então, a gente tem que jogar lá prá assistente social!”. Um pensamento assistencialista, mas a preocupação dele é com aquela pessoa. É valorizar (Beatriz).

Observam-se aspectos relacionados à intervenção do assistente social por meio do que Netto (2011) denomina de “manipulação de variáveis empíricas”, que faz com que toda e qualquer alteração dessas variáveis sejam remetidas ao campo de atuação do Serviço Social.

A assistente social Beatriz afirma que quando recebe uma demanda assistencialista por parte do gestor ela procura mostrar qual é o papel do assistente social, de forma a orientá-lo sobre a prática profissional. Questionamos Beatriz, sobre qual é o papel do assistente social

em sua concepção: “*É mediar conflito. [...] Eu costumo dizer o seguinte: “Eu tô aqui, não prá dar o peixe, mas prá ensinar a pescar. Esse é meu papel aqui!*”

Quando Beatriz tem a oportunidade de mostrar ao gerente qual é a natureza de seu agir profissional, faz uso de um jargão de *senso-comum* e acaba por reforçar a concepção conservadora da empresa, de que a profissão detém um conhecimento instrumentalizável sobre a realidade social (Netto, 2011), capaz de reajustar os aspectos desajustados nos comportamentos dos trabalhadores, com a competência de adestrá-los dentro dos padrões considerados normais.

A declaração de Beatriz contém traços da visão apostólica, missionária das protoformas do Serviço Social, e neste caso, a profissional refere como sua missão “ensinar a pescar”. Quanto questionada se os empregados aprendem a pescar ela responde: “*Assim... Eu acho que sim!*”, indicando que a própria profissional perdeu a dimensão de sua prática, definida por ela como mediação de conflitos, que alude à visão do Serviço Social como “pronto socorro social” e conseqüentemente do *feitiço da ajuda*.

O papel do assistente social, de fato, é exercer mediações, no entanto, não apenas de conflitos, que emergem de forma superficial e aparente, mas sim, a mediação de relações sociais concretas, em um exercício que articule as dimensões universal, singular e particular. Somente assim, o profissional pode exercer uma prática efetivamente mediadora, sendo que esta forma de mediação não é uma atribuição exclusiva do assistente social, deve ser de toda a sociedade, como forma de superação do *senso-comum*, da alienação, da exploração do trabalho.

As relações fetichizadas também contribuem para que as assistentes sociais reproduzam as respostas imediatas que o capital exige, esvaziando a prática de seu sentido histórico. Ao serem questionadas como é sua relação com os gestores, as profissionais associassem a “boa relação” com a ausência de problemas ou conflitos e este entendimento perpassa todas as relações profissionais, como veremos adiante.

Não tenho problema nenhum, nem com os gerentes de área, nem com o geral. [...] Esse rapaz que veio aqui agora é meu gerente geral. Ele veio aqui me dá uma *catracada*¹²¹ [SIC], mas a gente tem uma abertura total com ele.

Os “*Todo Poderosos*”? Nunca tive problema não.

Graças a Deus, sou super respeitada. Então, hoje eu tenho uma facilidade de acesso muito fácil aos gerentes. Eu não encontro porta fechada. [...]. Eu acho que isso é uma grande conquista pro Serviço Social.

¹²¹ Termo para designar que a profissional foi advertida informalmente pelo seu gestor.

A ausência de problemas ou conflitos de relacionamento transmite uma ideia de equilíbrio e pretensa harmonia nas relações com os gestores, o que reproduz implicitamente os princípios e valores ideológicos presentes no planejamento estratégico, que orienta a diminuição das distâncias hierárquicas entre os níveis de gestão e os trabalhadores, como forma de assegurar a manipulação consensual. Esta percepção é reforçada na fala de Denise que define seu bom relacionamento com o gestor pelo fato de nunca ter encontrado portas fechadas.

Isto significa que, assim como a assistente social não tem clareza sobre a dominação ideológica a que está submetida, o gerente também pode não ter, pois apesar de seus altos salários, sua força de trabalho e subjetividade é tão explorada quanto de outros trabalhadores e por vezes até de forma mais intensa, porque a responsabilidade pela produtividade de toda sua equipe recai sobre ele.

Em nossa experiência na área de Recurso Humanos na empresa, atuamos na área de Treinamento e Desenvolvimento e particularmente no que se refere à capacitação e qualificação para os gerentes, acompanhamos a elaboração e realização de treinamentos à época denominados *trilha de desenvolvimento de gestores*, considerados como requisitos básicos para assumir tais cargos na Vale. Nessas capacitações o potencial gerente recebia treinamentos sobre governança corporativa; estratégias de gestão e liderança “com” pessoas, equipes, comunidade, mercado; estratégias até mesmo de *marketing* e comunicação empresarial, entre outros, associados à missão, valores e visão empresarial.

A carga horária desses treinamentos varia muito e alguns são realizados em sistema de imersão e isolamento, que favorecem os processos de alienação e absorção das estratégias de domínio ideológico do capital, que tendem a ser reproduzidos pelo futuro gestor junto a suas equipes. Os altos investimentos sobre as carreiras gerenciais podem fazer com que as pressões pelo bom desempenho dos gerentes sejam ainda maiores, pois os mesmos precisam dar retorno na forma de lucro aos investimentos que receberam da empresa.

Recorre-se novamente à Lojkin (1999) e sua análise sobre os *managers* que, no novo complexo da reestruturação produtiva, alargam a massa dos trabalhadores assalariados e são crescentemente ameaçados pelo desemprego. Esta é uma tendência real que parece se materializar na Vale, pois durante a pesquisa empírica, as assistentes sociais se referiram a um programa que está redefinindo a estrutura hierárquica da empresa, que no Pará se iniciou nas unidades da *Diretoria Sul e Leste*, conforme declarações das assistentes sociais Clarisse e Denise.

Esse [programa], ele vai desde [...] questões na produção, na extração e na gestão, ele é muito grande! [...] É um portfólio... o corte de gerentes é uma das ferramentas prá trabalhar esse [programa]. [...] A minha supervisora, que antes era gerente, foi demovida do cargo de gerente... Ela é engenheira química, com especialização em engenharia de segurança do trabalho (Clarisse).

Ao ser questionada sobre a formação do gestor e sua relação com ele, Denise informa o seguinte:

[...] agora mudou toda a nossa estrutura. [...]. Antigamente, era um GG com um GA¹²² ligado. Hoje não. É um supervisor que tá ligado a esse gerente. [...] Só tem gerência de área agora [...]. Então diminuiu uma linha aqui de hierarquia. [...]. Não sei te dizer ao certo o quê que aconteceu com eles [...]. Na minha área foi isso, nosso gerente de área, hoje é supervisor.

Diante das informações analisadas, é possível constatar que as contradições presentes nas relações de trabalho cotidianas da Vale, atingem todos os segmentos de trabalhadores, não isentando os gerentes que seriam os representantes dos interesses da empresa mas que, conforme os dados, têm sua força de trabalho igualmente explorada pelo capitalismo empresarial e ameaçadas pelo desemprego.

No que tange ao compromisso ético-político do Serviço Social com os usuários, novo PEPP definiu um direcionamento estratégico para a profissão, voltado à defesa dos direitos e interesses das classes trabalhadoras e menos favorecidas. Todavia, os traços contraditórios e conservadores que deram origem à profissão, como estratégia de dominação político-ideológica do capital sobre os trabalhadores, ainda se fazem presentes nas relações sociais com os usuários, conforme pode denotar a afirmação das assistentes sociais quando perguntamos como os trabalhadores aceitam a intervenção profissional. Em especial a fala de Andréia nos chama a atenção: “*Ele aceita. Pelo amor ou pela dor, ele aceita*”.

A gente tem aquela postura firme, né! Incisiva! Segura! [...] Mas no fundo, no fundo, você sabe que ele tá ali, que ele conta muito com teu apoio, então a gente não tem problema com o empregado não (Andréia).

Olha! Eu nunca tive problema com nenhum empregado. [...] Às vezes o empregado te liga, às vezes um pouco ríspido: “*Tô com problema tal, você tem que resolver*” (Beatriz).

Ótima! Graças a Deus, tem uma relação super bacana. [...] Sempre foi muito tranquilo, nunca sofri um assédio, por conta que Deus é muito misericordioso [...] Eu penso que tudo tá muito na forma como a gente coloca! Um não bem colocado, bem respondido, bem dado, eu acho que ele não dói tanto quanto um NÃO, pronto e acabou! [...] A gente trabalha com os limites institucionais da empresa. Os recursos são da empresa, os recursos não são do Serviço Social (Clarisse).

¹²² As siglas significam: GG- Gerente Geral e GA- Gerente de Área.

Eles me veem já como uma parceira deles. Então, tem alguma dificuldade, eles telefonam, não tem o receio de falar com a assistente social, confiam.

Na seção anterior, sobre a relação profissional com os gestores, identificamos que a compreensão destes quanto ao Serviço Social está muito relacionada à concepção apontada por Netto (2011), caracterizada como uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da realidade. Esta concepção faz com que todas as alterações presentes no cotidiano sejam encaminhadas ao assistente social.

A mesma concepção se reproduz na declaração do empregado, que de forma ríspida (SIC) tentaria compelir a profissional a resolver os seus problemas, reforçando a ideia de pronto socorro social, sendo o assistente social uma espécie de emergencista social.

Assim como nas relações sociais com os gestores, as profissionais associam a ideia de bom relacionamento à ausência de problemas ou conflitos. Clarisse relata ter um bom relacionamento com os usuários pois nunca foi assediada. A afirmação da profissional tem relação com sua condição feminina em um universo composto em sua maioria por homens. De acordo com pesquisas, relatórios, documentos (alguns produzidos pela própria Vale) e artigos diversos, consultados para elaboração desta pesquisa, um dos impactos sociais causados pelas atividades de mineração nos municípios paraenses é o aumento da violência sexual e prostituição nas áreas de intervenção de grandes projetos, o que acaba por deixar o gênero feminino como um todo, vulnerável.

Indagamos as profissionais se as mesmas têm um momento de acolhimento e escuta com os trabalhadores, para ouvir suas demandas e compreender suas reais necessidades que podem ser transformadas em objetos de intervenção profissional, articulando-se às demandas da empresa.

Nós somos só duas e o efetivo aqui é muito grande. [...] Quase quatorze mil empregados. [...] Se cada gerência tivesse uma assistente social, o trabalho seria ótimo [...], porque teria como ouvir, desenvolver algum trabalho [...], ouvir o que eles acham que seria importante [...], fazer uma pesquisa, na verdade [...] (Beatriz).

Hoje eu já não tenho tempo prá poder ficar indo prá área, mas como eu subo no horário administrativo e desço no turno, eu to tendo muito contato com eles. [...] Eu já me tornei uma pessoa conhecida. No refeitório, eu procuro sentar perto de outras pessoas, eu procuro trocar o local, porque na área eu não to conseguindo ir não, mas na oportunidade que tem eu vou. [...] O *RH no Turno*, eu sempre vou com eles. [...] Geralmente eles vão no turno da noite, porque é quando eles menos nos veem! Tanto a área de RH quanto de Serviço Social. [...] Então, nós vamos, passamos em algumas áreas naquele turno e aí falamos sobre o nosso trabalho, ouvimos as queixas deles e o RH trata essas questões (Denise).

Evidencia-se a intensa exploração da força de trabalho das assistentes sociais, quando Beatriz afirma que na unidade onde trabalha são cerca de quatorze mil empregados e apenas ela e a colega assistente social para atender às demandas e que por isso não tem condições de estabelecer um momento de aproximação à realidade dos trabalhadores e as condições em que se reproduz a sua força de trabalho naquele contexto

O quantitativo de empregados se assemelha ao número de habitantes de um município de pequeno porte, portanto, o exercício crítico e investigativo sofre prejuízos consideráveis, não apenas pela demanda versus capacidade de atendimento, mas pelas contradições mesmas que permeiam o espaço sócio-institucional e impõem a exigência de respostas imediatistas às assistentes sociais.

Entretanto, mesmo diante da intensa demanda de trabalho, a declaração de Denise demonstra que a profissional desenvolveu uma estratégia de aproximação com os trabalhadores, ainda que contraditória, pois na “falta de tempo em ir para a área”, a profissional utiliza os espaços do refeitório da empresa e o trajeto residência-empresa, empresa-residência para conversar com os trabalhadores e compreender suas necessidades. A contradição de sua atitude se deve ao fato de ela utiliza seu tempo livre para exercer suas atribuições, no entanto, esta relação pode ser mediada a partir de uma reflexão crítica em torno de alternativas que possam conciliar a possibilidade encontrada pela profissional e a adequação ao tempo que ela dispõe para o trabalho.

As novas tecnologias de gestão da força de trabalho com base no *toyotismo* e o *sociometabolismo da barbárie* (Alves, 2011)¹²³ inerente à estas, contribuem para o aumento da individualização e hostilização dos ambientes de trabalho, devido à cultura do medo e da insegurança dos vínculos laborais, que é transmitida implicitamente aos empregados nos processos de reprodução da força de trabalho.

A Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho, os Círculos de Controle de Qualidade-CCQ e os Times de Trabalho, são exemplos de algumas das tecnologias de gestão, que acirram as contradições no cotidiano da prática.

Nunca tive problema! Médicos, enfermeiros, técnicos, nunca tivemos nenhum problema. É uma equipe muito... Costumo dizer que é uma equipe muito unida, tá todo mundo pronto prá te ajudar. (Beatriz).

Excelente, no meu caso, excelente! Nenhum problema. (Clarisse).

¹²³ Cf. Segundo Capítulo.

Dentro da nossa equipe, a gente consegue trabalhar como equipe. [...] No RH, hoje eu consigo chegar [...]. É uma parceria, porque em algumas situações, o Serviço Social pode tá contribuindo, que antes eles não conseguiam enxergar (Denise).

As notas acima demonstram que as profissionais mantêm um bom relacionamento com a equipe, mas novamente associam o bom relacionamento à ausência de problemas. A suposta harmonia é uma ilusão ideológica que manipula a subjetividade dos profissionais que reproduzem em sua linguagem esta ilusão, pois de fato acreditam nela.

O clima amistoso e de equilíbrio só é quebrado quando emergem conflitos que contrastam com aquela aparente neutralidade, como no caso da assistente social Andréia, que faz um relato diferente das outras profissionais: “*Eles xingam, brigam. Eles falam que a gente não faz nada [...]. Porque é muita pressão! Não é pressão de trabalho. É pressão das pessoas querer dizer: Você tem que fazer isso!*” [SIC].

Nesse momento Andréia faz uma pausa, respira fundo e lacrimeja. Em seguida continua relatando alguns conflitos que ela vivencia no cotidiano de sua prática.

Exemplo: um engenheiro fala o que o assistente social deve fazer. É a mesma coisa d’eu falar... eu, assistente social, falar quê que um médico tem que fazer. Então, isso me desgasta muito.

[...] É uma questão que eu falo: [...] ¹²⁴ Tô numa empresa, me dedicando, prá ter que aguentar uma picuinha de fofoca... né! Umás coisinhas assim que ... [Exclama um palavrão].

Quando perguntamos se esse tipo de conflito é recorrente no ambiente de trabalho, a assistente social respira fundo e responde: “*Direto, todos os dias. Não tem um dia que eu não vou chateada prá casa. Não tem UM dia!*”.

As notas demonstram aspectos da *subalternidade técnica*, que aqui ocorreria em relação a outros colegas de trabalho, como o engenheiro por exemplo. Os fatos narrados pela assistente social supõem que outros profissionais não reconhecem o Serviço Social como profissão regulamentada e de nível superior, visto que os colegas de trabalho demonstram uma visão simplista das atribuições da profissão, a ponto de desconsiderar a autonomia do assistente social em definir sua conduta, antecipando e as vezes impondo a conduta que julgam que seria a mais adequada.

As contradições inerentes ao surgimento do Serviço Social impuseram obstáculos consideráveis para que a categoria se organizasse politicamente em um bloco hegemônico

¹²⁴ Nesse momento a profissional desabafa, exclama um palavrão e volta a lacrimejar.

concreto, no intuito de se criar uma nova concepção para a profissão, em negação à *identidade atribuída* e em prol de uma identidade profissional própria.

Até mesmo no momento em que os profissionais passaram a se organizar para a criação de um Serviço Social mais adequado à realidade latino americana, no movimento de reconceitualização, ocorreram cisões e rupturas entre os próprios profissionais, que se dividiram entre reconceituados e não reconceituados, entre os profissionais da prática e aqueles considerados da teoria, pertencentes aos núcleos mais intelectualizados da profissão que se encontravam nas universidades. Assim sendo, em um primeiro momento, esse movimento não conseguiu ultrapassar os muros da academia, tanto que após dez anos de sua deflagração, não obstante ao salto qualitativo que possibilitou as primeiras aproximações com o marxismo, o movimento entrou em crise.

No processo de renovação do Serviço Social no Brasil, devido à herança histórica recente do conservadorismo, novamente a categoria encontrava-se dividida, entre os que eram adeptos ao Serviço Social tradicional e os que defendiam a perspectiva modernizadora; entre os que defendiam a renovação do conservadorismo e os que almejavam a perspectiva de intensão de ruptura, que efetivamente só ganhou forças a partir de 1979 com o Congresso da Virada, marco histórico de um processo de mudança que se consolidou com o novo PEPP na década de 1990.

A inexistência de experiências anteriores de organização política, talvez tenha sido um dos fatores que resultou na fragilidade das relações sociais entre os assistentes sociais. A absorção passiva da *identidade atribuída* contribuiu para a fragilidade dos laços de solidariedade profissional ou de pertencimento a um segmento profissional com uma ideologia orgânica própria, que lutasse por sua hegemonia.

Atualmente, as contradições da divisão social do trabalho e conseqüentemente a condição de profissional assalariado, integrante do trabalho coletivo, impõem novos desafios para a efetivação do projeto ético-político. Entretanto, vale ressaltar que enquanto movimento contraditório, os desafios não podem ser concebidos de forma unilateral e sim, como um movimento dialético de constante transformação, que podem ora favorecer uma hegemonia, ou uma contra-hegemonia, dependendo das condições objetivas e das respostas que os profissionais dão às demandas que lhes são atribuídas.

Dessa forma, passamos à análise das relações sociais entre as assistentes sociais no espaço prático-profissional da Vale, como forma de identificar os principais desafios e

possibilidades para a legitimação do projeto profissional neste espaço institucional. As profissionais foram questionadas sobre seu relacionamento com as outras colegas.

A gente sempre pede ajuda. Apoio prá gente, orientação de como proceder. [...] A gente tem sempre a mesma ideia... ideologia de trabalho [...], de não ser assistencialista. [...] Agora com a Karina¹²⁵ já se torna um pouco diferente porque [...] o escopo dela é RH social, então muitas coisas das quais nós fazemos ela não faz. [...] A Karina é subordinada a uma gerência de RH, que eu acho que não entende o nosso papel (Andréia).

A gente sempre tem uma boa convivência. A gente não se encontra muito [...]. Nunca tive nenhum problema com elas, é uma boa convivência. As nossas atividades são praticamente as mesmas. [...] A Karina, o papel dela já é um pouco mais diferente, porque é RH social. Ela até tem uma certa dificuldade com a gestora [...] (Beatriz).

Ótima! Mas a gente não consegue se unir enquanto categoria prá fortalecer esse grupo, isso a gente não conseguiu (Clarisse).

Tem sido muito boa. Tem muita troca, principalmente com as meninas aqui da *Diretoria Norte*. [...] O que elas mudam, elas sempre me telefonam, [porque] São as mesmas [atividades] (Denise).

A assistente social Andréia manifesta aspectos absorvidos do *senso comum* sobre a “ideologia de não ser assistencialista”, quando na verdade o é, não por opção política autoconsciente e sim devido aos processos de alienação. Essa postura parece ter sido adotada anteriormente, em determinado período de sua formação acadêmica ou de sua trajetória profissional que, ao longo de sua experiência na Vale, foram sendo modificadas conforme a ideologia empresarial, que lentamente incutida em sua subjetividade, atualmente são exteriorizadas como sendo suas e de fato acreditam que são.

Percebe-se a existência de laços de solidariedade profissional em função das atividades que realizam “que são praticamente as mesmas”, na tentativa de manter uma identidade unitária às suas práticas e adaptá-las às demandas da empresa. Este fator também reflete o *sociometabolismo* do capital, que retira do homem a identidade de seu trabalho, tornando-o estranho ao trabalhador e neste caso, as assistentes sociais lutam, ainda que de maneira inconsciente, para assegurar sua identidade profissional que tem suas especificidades diluídas em seu cotidiano.

Por outro lado, é possível perceber um certo distanciamento da colega do RH, o que pode ser explicado na fala da assistente social Denise.

Eu já ouvi um comentário tipo assim: “*Mas ficar dentro do RH... Se tiver uma redução, as primeiras pessoas que vão cortar é o Serviço Social*” [SIC] (Denise).

¹²⁵ Refere-se à profissional da área de Recursos Humanos, que não obteve autorização de sua gerência para participar da pesquisa.

A declaração se justifica em função de que os projetos de RH social são desenvolvidos durante a implantação de novas operações, portanto, têm prazo determinado, concorrendo assim, para a flexibilização dos contratos de trabalho e a fragilização dos vínculos laborais.

A flexibilização das relações de trabalho, apesar do clima aparente de equilíbrio, transmite o sentimento de insegurança, muitas vezes imperceptível, face à possibilidade de desemprego quando da finalização do projeto. Essa insegurança atinge as assistentes sociais que se distanciam da colega do RH, primeiramente em virtude de suas atividades serem diferentes, mas principalmente pelo que esta diferença representa, ou seja, o medo da ruptura do vínculo empregatício.

As contradições nas relações de trabalho aparecem fetichizadas mas as profissionais as representam em seus discursos quando se referem à aparente harmonia dos laços de solidariedade profissional, que em sua forma imediata realmente existem, já que desta relação não emergem conflitos diretos, mas que em sua essência, revelam o acirramento da individualização e da interconcorrência entre profissionais, resultante das técnicas de manipulação da subjetividade.

Porém, a relação dialética que revela tanto a harmonia quanto a contradição das relações de trabalho, pode ser revertida como possibilidade para favorecer a elaboração coletiva de potencialidades que fortaleçam a prática e as legitime junto aos trabalhadores, ainda que em grande parte, os programas e ações sejam padronizados pela empresa.

A organização coletiva da categoria é o primeiro passo para que as profissionais tomem consciência de seu lugar social no processo produtivo da Vale e do que de fato, legitima a prática profissional na empresa, para a partir de então, construir um projeto coletivo, que apesar das limitações impostas pela empresa e pela condição de trabalhador assalariado, possibilite a mediação entre demandas e necessidades reais, emanadas da vontade dos trabalhadores.

Neste aspecto, questionamos se as assistentes sociais realizam reuniões e encontros próprios da categoria.

Não tivemos tempo prá isso não! Aconteceu um em 2011 e depois não aconteceu mais. [...] *Teve alguns encaminhamentos mas não foi concretizado não* [SIC]. [...] Hoje, nós infelizmente... Não dá prá gente fazer [...]. A gente não consegue dedicar um tempo exclusivamente para nós (Andréia).

Eu nunca participei aqui não. Depois que eu cheguei aqui nunca fizeram nenhum encontro, nunca fizemos (Beatriz).

Organizávamos! Há muito tempo não organizamos mais. Na região Norte, nós tivemos dois. Teve um primeiro na *Diretoria Sul* e depois, no outro ano, em Carajás, e depois tivemos um em Minas, que foi o nacional (Clarisse).

Nunca participei de nenhum até agora (Denise).

As assistentes sociais com mais tempo na empresa referem que ocorreram encontros da categoria no ano de 2011. Questionamos as circunstâncias em que os encontros ocorreram e quais as pautas abordadas.

Era a atuação do Serviço Social na Vale. Era fazermos um trabalho mesmo de base Norte e Nordeste. Foi muito bacana, foi legal demais, poxa! A gente só tem a aprender uma com a outra, não é? É uma troca. [Falamos] da importância de termos um representante, de mantermos esses encontros. De termos apoio logístico, financeiro.

As profissionais referem que foram feitos alguns encaminhamentos, que no entanto, não tiveram continuidade. Questionamos então, ao que as profissionais devem a descontinuidade dos mesmos, sendo que as assistentes sociais da Vale de todo o Brasil conseguiram se unir em um encontro nacional mas essa organização não se fortaleceu posteriormente.

Porque não tinha quem cobrasse! Quem ia ser a pessoa responsável por cobrar? Uma coisa é querer assumir, outra coisa é ter poder prá assumir! A gente, assistente social vai ficar cobrando de um médico? [...] A gerência aqui como um todo, está ligada ao “Dr. Vicente”¹²⁶, que é um médico. [...] Aí tava [...] a gerente de saúde e segurança; [...] o diretor de saúde e segurança, diretor do corporativo mesmo. [...] Então teve uma visibilidade! [...] Aí os caras começam a falar: “*vocês precisam mostrar números*”! [...] Não dá! [...] (Clarisse).

Mais uma vez percebe-se a subalternidade técnica do Serviço Social em relação a outras profissões, principalmente aos médicos e engenheiros, cujas atividades são mensuráveis através de números, diferentemente do Serviço Social. Ao mesmo tempo que a organização das profissionais naquele momento deu um grande salto qualitativo, o movimento perdeu forças. Sobre essa descontinuidade, Clarisse fala sobre a falta de um representante da profissão no corporativo da empresa.

[...] Cada uma é engolida pela sua rotina, pelas suas demandas que não são poucas. E aí, acho que não sobra tempo prá realmente se envolver nessas articulações. Que se nós tivéssemos um representante no corporativo, acho que isso seria bem melhor. Por outro lado, a empresa também não é boba não, porque até que ponto ela quer que a gente se fortaleça enquanto categoria? **Eles não gostam de dizer que são várias áreas dentro da Vale. O corporativo não suporta isso. É Vale!** (grifo nosso)

A profissional demonstra ter conhecimento sobre a correlação de forças na empresa, que contribui para a fluidez subjetiva da força de trabalho em um bloco pretensamente

¹²⁶ Nome fictício para designar um dos diretores da área de saúde e medicina do trabalho.

homogêneo, onde os profissionais assumem a identidade da empresa e não mais de suas respectivas profissões, reproduzindo a falsa ilusão de harmonia no processo de sociabilidade dos trabalhadores. A correlação de forças é dissolvida pelo discurso de que a empresa é um todo conciso e que por isso, não podem haver divisões internas, o que conseqüentemente favoreceria a organização política dos trabalhadores, que sob o ponto de vista da empresa, contraria as estratégias de gestão da força de trabalho.

A relação dicotômica entre teoria e prática, historicamente marcou a identidade do Serviço Social. Com as diretrizes curriculares de 1996, a categoria buscou superar esta cisão, entretanto, até os dias atuais, este é um dos principais dilemas e desafios para a superação da subalternidade técnica que constantemente associam a profissão ao *senso comum* e à *identidade atribuída* pelo capital e confere o *status* de prática profissional residual ao Serviço Social que constitui-se na atualidade, como um dos principais desafios para a efetivação dos princípios e valores do projeto ético profissional.

Entretanto, a subalternidade técnica é reproduzido inclusive pelas próprias assistentes sociais, o que fica evidente quando questionamos se as mesmas relacionam a teoria aprendida na faculdade com a prática cotidiana.

Eu tive bastante embasamento do instrumental do Serviço Social, do objetivo de cada instrumental [...] De como abordar determinadas situações, como se portar em determinadas situações. (Andréia)

Não muito. Eu trago muito a questão de atendimento, da escuta [...]. Mas no mais, não correlaciono muito não. [...] **Eu sou do tipo que a prática é um pouco diferente da teoria. Acho que você cresce muito mais quando você tá praticando.** [...] Acho que a prática se aprende mais. (Beatriz)

Não. Eu utilizo mais do meu aprendizado enquanto profissional na prática, principalmente da minha especialização de RH. Eu utilizo muito mais. [...] Eu acho que devido essa experiência na área de RH, acho que me deu o suporte maior, hoje eu me sinto com mais segurança na hora de tomar algumas decisões (Denise).

A assistente social Andréia se refere ao conhecimento dos instrumentais e sobre a adoção de comportamentos adequados à cada situação, mas não faz menção à fundamentos teórico-metodológicos críticos. Já Beatriz, que é a única dentre as entrevistadas que se formou sob o novo currículo, tem claramente presente em seu discurso, a dicotomia entre teoria e prática, que é veementemente negada pelas *diretrizes* da ABEPSS.

Cabe também salientar o completo distanciamento do Serviço Social que a assistente social Denise manifesta em função de sua larga experiência na área de RH. Quanto

questionamos como ela se sente em relação ao fato de na atualidade não se utilizar do referencial teórico do Serviço Social, ela afirma:

[...] Eu acho bem frustrante. Eu fico muito triste, porque hoje a gente sabe que existem várias pessoas lá dentro das universidades [...] estudando todos esses períodos, [...] investindo seu tempo e aí chega aqui na prática, aí você fala: “- Nossa! E aí? O quê que eu faço com aquele referencial teórico?”. [...] Acaba se perdendo. Eu acho que hoje deveria se repensar um pouquinho melhor prá poder ta estruturando melhor nosso currículo. [Porque quando esse profissional vem prá prática], eu acho que ele acaba pagando um preço muito alto. Ele se queima mas de repente por falta desse suporte, desse embasamento que ele não teve.

Em sua concepção, o currículo do Serviço Social é insuficiente no que se refere a prática em empresas e acaba por generalizar sua afirmação. A profissional demonstra os reflexos de como a prática em corporações e a absorção acrítica da ideologia empresarial modificaram sua identidade profissional.

Sua identidade não é mais a de assistente social e reproduz em seu discurso a ideia de profissão tecnicamente subalterna às demais, por entender que passou muitos anos na universidade e que no entanto, sua formação não lhe deu o suporte necessário para a atuação na área de Recursos Humanos.

A assistente social Clarisse é a única que afirma correlacionar teoria e prática em seu cotidiano. Ao questionarmos se a mesma se utiliza da teoria aprendida na universidade ela responde

Totalmente! O tempo todo! Entender o usuário a partir de um cenário nacional. Entender a realidade da região, a partir de *questões sociais* da região. A forma como essa região foi explorada, construída, descoberta. Todos esses fatores sociais aliados às *questões sociais*, sejam elas em âmbito nacional, sejam elas em âmbito regional, impactam profundamente na nossa prática, no público que a gente vai tá atendendo... Nesse fluxo migratório, de gente de tudo o que é lugar. E nós temos, não adianta, vários Brasis dentro de um Brasil. Morar no Norte, prá mim, ficou claríssimo isso! [...] E aí quando a gente vai pras *questões sociais*, pras questões de construção dessa região, de que forma, de onde vieram essas pessoas [...], isso é um olhar social e que vai interferir e impactar no nosso dia a dia, no nosso atendimento (Clarisse)

A profissional busca aporte no referencial teórico aprendido no passado para interpretar o que ela chama de “questões sociais”. Clarisse teve experiência como docente no início de sua carreira mas é interessante notar ao longo de seu discurso, a existência contraditória de duas concepções de mundo adversas, uma adquirida em sua vivência acadêmica e a outra, na experiência na Vale. Importante salientar que uma das disciplinas ministradas por ela foi justamente a de “Questão Social”.

Vejamos a seguir como as profissionais relacionam os valores contidos no projeto empresarial aos valores e princípios do projeto ético-político-profissional, pois uma das estratégias utilizadas para a imposição política e ideológica da hegemonia empresarial é a

padronização dos discursos e da linguagem, por meio dos códigos de conduta ética, de postura, de relacionamento com a comunidade, os manuais, etc, o que concorre para o obscurecimento da identidade profissional que é sobreposta à empresarial.

As identidades e representações profissionais não são forjadas somente a partir do ingresso no mercado de trabalho, pois o profissional, enquanto ser social, dotado de subjetividade e individualidade, carrega consigo o histórico pessoal, social e cultural de suas vivências, ou nas palavras de Gramsci, as concepções do mundo e da vida, que criam e recriam seus princípios e valores pessoais e profissionais.

Todas as suas experiências, contribuem para que em seu exercício, o profissional se represente por meio desta identidade, dialeticamente e ontologicamente formada. Portanto, as contradições presentes na profissão não se devem apenas à formação, mas também à prática exercida nos mais diversos espaços sócio-institucionais. Por vezes, a falta de domínio sobre o conteúdo teórico metodológico e o direcionamento político estratégico do PEPP, impedem que a categoria construa representações e identidades verdadeiramente autônomas.

Ao questionarmos como as assistentes sociais relacionam o *projeto ético-político-profissional* e o *planejamento estratégico empresarial*, as mesmas respondem:

Agora é difícil! [...] Você fala o princípio ético do... da teoria? Ou do passado? Não entendi! [...] Você fala dessa questão... anteriormente ao projeto? [...] Ahhh, tá! O do atual, né? [...] Falando em negócio de... eu posso tá errada porque eu... tsã, tanto tempo! Não sei! [...] Ah! Os princípios? É a questão da valorização do profissional enquanto um profissional... Vai, me ajuda aí vai!

Diante do constrangimento demonstrado por Andréia e de sua solicitação por “ajuda”, de forma a não influenciar suas respostas, nos limitamos a explicar que o PEPP está sintetizado no Código de Ética e na Lei de Regulamentação, ambos de 1993, bem como nas Diretrizes Curriculares, aprovadas pela ABEPSS, em 1996 e que o planejamento estratégico da Vale é onde estão definidos sua missão, valores e visão.

A questão [...] de valorizar o ser humano, de valorizar a integridade. [...] Eu acho que respeitar. Acho que prá mim, o respeito. [...] Quanto a empresa... o quanto ela valoriza as pessoas aqui. A valorização... Porque tem muito a questão da nossa conduta ética, do nosso código de ética. [...] Tira por base a questão das trinta horas, que demorou prá aderir mas aderiu. Então, é um respeito ao nosso código. Pode ter sido imposta por nós, assistentes sociais da empresa, porque a empresa também não vai ter essa visão, nunca! (Andréia).

Eu acho que... até por a gente tá numa área [...] muito remota, eu acho que todo mundo aqui, desde o operador, até a pessoa mais graduada, eu acho que todo mundo aqui é muito valorizado. (Beatriz).

Muito próximo! Se a gente pegar o código de conduta ética da empresa, os valores da empresa, respeito à vida, a vida em primeiro lugar!!! Então isso é um ato de

cidadania! Respeito à vida! Isso é maior que tudo, não é?! *Ôxe!!* É quase lá nos mandamentos da bíblia, em amar o próximo como a si mesmo! [...] (Clarisse).

Então, a Vale preza... um de seus primeiros valores, é a vida em primeiro lugar. [...] Nós enquanto assistentes sociais, nós temos toda a questão ética de *tá* tratando essas questões que os nossos usuários trazem prá gente. [...] Então, o quê que eu preciso de *tá* vendo... Aquela **pessoa como ser humano**, que eu preciso de *tá* respeitando os limites dele, as histórias que ele *tava* vivendo e, ao mesmo tempo, *tá* observando o quê que a empresa pode oferecer prá esse empregado. E aí, eu faço esse meio de campo, *tá!* [...] Então, a vida em primeiro lugar? Sim, sempre! **Eu acho que até vai de encontro com o que nós temos aí nas nossas premissas enquanto profissionais de Serviço Social** (Denise).

Fica nítido o estranhamento e o distanciamento das profissionais dos valores e princípios do projeto ético-político da categoria. No entanto, Andréia reconhece o direito às trinta horas¹²⁷, como conquista de um direito que, embora garantido por lei, não foi concedido sem que as próprias profissionais o reivindicassem na empresa, reconhecendo de certa forma, o peso da organização política da categoria neste aspecto. Quando a profissional se refere à lei das trinta horas, ainda que sem muita clareza, pois relaciona este ao Código de Ética, demonstra que reconhece, à sua maneira, o projeto ético político do Serviço Social.

As profissionais falam com mais propriedade dos valores da empresa, do que os da profissão e fazem avaliações superficiais quanto ao PEPP. Conseguem ter clareza dos valores da Vale e em seu imaginário, na subjetividade estranhada do capital, acreditam que os mesmos convergem com os princípios do código de ética. Elas absorveram os valores empresariais e assim se representam.

A religião está presente em todas as falas, mas Clarisse se sobressai neste sentido, sendo que sua identidade profissional é profundamente marcada por valores culturais tradicionais, representados pelas instituições: família, tradição, casamento, etc. Ela assume estas representações em sua prática cotidiana, assimiladas à sua história de vida, em um “claro escuro”, que obscurece as relações materiais e contraria a natureza *laica* da profissão.

As identidades assumidas por Clarisse se assemelham à definição folclórica de Gramsci¹²⁸, como uma aglutinação de concepções do mundo e da vida, com fragmentos de históricas passadas e vividas no presente. Os valores culturais e morais, se manifestam de maneira peculiar, como uma “vida que nem sempre é vivida no emaranhado das relações sociais” (Ciampa apud Yasbek, 2009)¹²⁹.

¹²⁷ A lei das trinta horas é parte integrante do nosso projeto profissional, visto que acrescentou um dispositivo à Lei 8662/93, que passou a vigorar acrescida do artigo 5º A, que garante a jornada de trabalho de trinta horas aos assistentes sociais, sem redução de salário.

¹²⁸ Cf. Primeiro Capítulo.

¹²⁹ Cf. Introdução.

A linguagem envolvente, que meche com os sentimentos individuais de cada sujeito, são estratégias para a manutenção da hegemonia do capital. A apropriação da linguagem simples é uma das grandes estratégias de marketing e comunicação interna, que difunde, através do imaginário, sua ideologia orgânica.

No entanto, é válido ressaltar que a utilização da linguagem, também foi ressaltada por Gramsci para se referir aos intelectuais orgânicos, que como forma de se aproximar das grandes massas, se utilizam da linguagem dos “simples” como uma forma de convite à reflexão, este seria o “lado bom do *senso-comum*”, que levaria ao *bom-senso*.

Tomando novamente as expressões gramscianas, pode-se dizer que os princípios e valores empresariais ou, a *concepção do mundo da Vale*, tornou-se uma *religião*, uma *fé*, que se explicita na vida prática, com normas de conduta adequadas a ela, impondo o problema à superação do *senso-comum*, e da *religião*, que em seu sentido laico, se tornou uma ideologia: *a vida em primeiro lugar; valorizar quem faz a nossa empresa; se tivermos de escolher, escolheremos a vida; paixão pelas pessoas e pelo planeta, etc.*

A “vida em primeiro lugar”, está fortemente arraigada nas representações e identidades das profissionais, visto que na fala de todas elas é unânime o reconhecimento deste valor empresarial, no entanto, nenhuma das profissionais se refere com clareza aos princípios do código de ética profissional.

Em que pese esta inversão de valores, quando as profissionais são um pouco mais instigadas, seus discursos passam a revelar parte de sua essência, ainda que de maneira parcialmente explícita, suas contradições podem ser observadas na linguagem e nos gestos. Quando questionamos as profissionais se elas se sentem realizadas profissionalmente na Vale, elas respondem:

Tem dia que sim... Tem dia que não... Mas aí esse dia que é não, é o dia que eu to abalada psicologicamente. [...] Porque eu tô vendo que a vida aqui dentro, tá refletindo na minha vida pessoal... Eu não tô tendo lazer, eu não tô tendo descanso, por morar aqui. [...] Eu posso ir prá casa hoje e chorar, chorar, chorar, chorar de um problema, mas a gente tem autonomia (Andréia).

Tem dia que sim... Tem dia que não... Há uma dualidade em mim, de satisfação, de insatisfação, de contentamento, descontentamento. [...] **A gente lida com desligamentos, com pessoas que a gente gostaria muito que abraçasse com unhas e dentes o programa de recuperação prá dependentes químicos e aquela pessoa não tem a mesma motivação que eu, não tem o mesmo desejo que eu tenho prá ela. E aí aquilo ali me derruba.** [...] Tem um gestor que chega com uma ideia diferente, aí até você mostrar prá ele o que é o seu trabalho, a importância...

As profissionais iniciam suas respostas com a mesma frase: “Tem dia que sim, tem dia que não”, revelando a dimensão de contraditoriedade das relações de trabalho e a representação, mesmo que não seja de maneira clara, da exploração de sua força de trabalho,

que capta a subjetividade, tornando-a *inautêntica* (Antunes, 2006). A dimensão ontológica do ser social, que se realiza por meio do trabalho e de seu intercâmbio com a natureza, se revela no estranhamento.

A empresa, ela não coloca o Serviço Social como prioridade, mas a empresa não fica sem ele. E eu sempre carrego comigo uma coisa, quando você faz, a empresa se acomoda. [...] A gente dá conta de cerca de quatorze mil *empregado*. E se a gente começasse a não dar conta, a empresa poderia contratar outra, entendeu? Prá somar, prá somar, prá somar! [...].

As identidades profissionais, que são as formas de ser e de se relacionar, manifestam uma dicotomia entre o que representam e o que gostariam de representar. Para a assistente social Andréia, trabalhar na Vale era a realização de um sonho, quando questionada sobre como seu sonho é representado hoje ela afirma,

Eu imaginava que a Vale tinha uma *estrutuura* do Serviço Social [...] e quando eu cheguei aqui eu falei: “*Gente! Uma empresa como essa não tem!*”. [...] Se eu sair hoje eu deixei o meu legado [...]. Em três anos que eu to aqui, eu tirei um plantão social de *Passagem de Falecimento*. [...] Quando eu falo eu... o gerente, *né!* Depois de um ano, conseguimos trinta horas... Fora isso, nós conseguimos mudar a estrutura do Serviço Social [...], conseguimos salas adequadas [...]. Eu tenho uma sala enorme aqui prá um grupo... Autonomia...! [...] Missão cumprida! Saio de cabeça tranquila [SIC].

Atualmente a profissional revela certa frustração com suas expectativas do passado e chega a exclamar: “*Gente! Será que a Vale é pro resto da vida!*”. Em sua fala amplamente contraditória, identificam-se indícios de um possível processo de adoecimento, pois ela revela que chora com frequência e que a vida no núcleo urbano a está prejudicando, expressando uma das formas com que o capital se apropria da força de trabalho, isolando os trabalhadores dentro de seu território. Pode-se dizer que os trabalhadores que residem no local, residem na verdade, dentro da Vale, o que aprofunda ainda mais os processos de alienação do trabalho.

Neste sentido, talvez como mecanismo de fuga, Andréia se apegue à ideia de que possui autonomia em sua prática profissional. Mas mesmo diante das adversidades, é válido que ela reconheça como conquista, ainda que não tenha sido apenas sua, a retirada do plantão para emissão de passagens de falecimento (atividade meramente administrativa); a conquista das trinta horas e a estrutura física das salas do Serviço Social que de fato, são salas amplas, confortáveis, que garantem o sigilo do atendimento.

As expressões presentes nas falas das profissionais demonstram o sentido duplo das “pseudoconcretidades” que se relevam em um mundo de verdade e engano que, ao relevar a essência, demonstra a aparência. Ainda que em sua aparência, as contradições reveladas sejam

imperceptíveis às profissionais, suas linguagens manifestam expressões parcialmente explícitas das categorias ontológicas do ser social.

A assistente social Clarisse descreve seu sentimento sobre o fato de trabalhar na Vale: *“Há uma dualidade em mim! De satisfação, de insatisfação... de contentamento, descontentamento”*. Neste momento cala, respira fundo, seu olhar fica distante. Em seguida refere que terá que residir no Núcleo Urbano de Carajás: *“Morar em Parauapebas eu acho que é ótimo e morar no Núcleo vai ser muito ruim*. Perguntamos o porquê seria ruim morar neste local: *“Por causa disso: ‘o fantástico mundo de Bob’! Ilha da fantasia! ‘Big Brother’ a céu aberto!* A profissional esboça um sorriso triste e quando perguntamos se ela se sente preparada para essa mudança, ela expressa um tom levemente irônico e responde: *“Nem um pingo e nem quero me preparar! Não quero morar lá!”*.

O discurso de Clarisse revela em entrelinhas, a subjetividade estranhada, inautêntica. Mas também revela traços imanentes à essência constitutiva do real, a totalidade, que contém em si a dimensão intrínseca da negatividade, o “princípio do ser”, que está em constante movimento, entre diferentes correlações de forças e contradições.

Não obstante, sua fala revela sutilmente as potencialidades de superação da prática profissional alienada, a partir de mediações entre as diferentes determinações que cercam o seu cotidiano. Somente pela mediação, é possível descortinar as *identidades às avessas*, substituindo-as por identidades autênticas, fruto de auto-representações históricas, concretas e reais de seu ser social.

Mas apesar das adversidades, as mudanças sempre são possíveis. É o que transparece a fala de Clarisse, com a qual encerramos este capítulo.

É, mas que eu entendo que isso faz parte do ser humano e serve inclusive como combustível prá não desistir. Que apesar das coisas ruins outras são possíveis [...]! Não nasci na Vale! Tenho plena clareza que não vou morrer nela e nem vou morrer por falta dela. Trabalho todos os dias dando o meu melhor. Se hoje for o último, amanhã *faz dois dias!* [SIC] (Clarisse).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender a análise das identidades das assistentes sociais da Vale, a partir das representações que são construídas por elas no contexto das relações de trabalho vivenciadas no cotidiano da prática profissional, permitiu-nos reviver experiências pretéritas que tanto suscitaram angústias profissionais e questionamentos teórico-metodológicos que nos acompanharam durante certo tempo e que portanto, não poderiam deixar de ser capturados como objeto da pesquisa ora apresentada, pois contém elementos relevantes para o debate sobre o exercício da prática no âmbito empresarial no contexto de reestruturação produtiva e que são particularmente marcantes na realidade amazônica.

Conforme analisado ao longo do trabalho, o modo de produção capitalista promoveu a separação total do trabalhador de seu processo de trabalho. O “*caracol foi separado de sua concha*”. Tal qual o caracol, o trabalhador teve sua identidade transformada, sua subjetividade foi apropriada pelo capitalismo, tornando-se uma subjetividade inautêntica, estranhada, alienada. Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, inserido na divisão social do trabalho, o mesmo não está imune às mudanças em curso.

No atual contexto de reestruturação produtiva, as relações sociais de produção e reprodução da força de trabalho são perpassadas por novas tecnologias de gestão, tanto da produção material quanto da reprodução espiritual da força de trabalho com base no *toyotismo*, cujo nexó essencial é a fluidez subjetiva da força de trabalho (Alves, 2011).

Nosso objetivo foi analisar as *identidades* das assistentes sociais da Vale e a relação dialética entre as diferentes ideologias presentes no projeto profissional e no planejamento estratégico empresarial, que se materializam na prática, considerando a hipótese de que as identidades das assistentes sociais da empresa no contexto de reestruturação produtiva do capital são *identidades às avessas*, que contribuem para a reprodução de práticas mistificadas e reducionistas, que reproduzem os interesses capitalistas.

Analisamos as formas de inserção do Serviço Social na empresa que constituem o significado social da prática profissional nesse ambiente empresarial. Constatamos que as assistentes sociais estão lotadas na área de saúde e medicina do trabalho dando suporte às gerências nos processos de gestão dos empregados, tendo como um dos principais objetivos o apoio à gestão do absenteísmo. As ações são definidas basicamente pelos atendimentos sociais e na atuação junto a programas sociais empresariais, principalmente o programa para dependentes químicos e gestão de afastamentos previdenciários.

De modo geral, a intervenção profissional é voltada para os aspectos imediatos da realidade. Os problemas sociais são naturalizados, individualizados, e são apresentados às assistentes sociais para serem “corrigidos”. Os profissionais atendem, “diagnosticam” e encaminham o usuário a outras instâncias para receberem o devido “tratamento”. O exercício assume um caráter semelhante à perspectiva de reatualização do conservadorismo, que vigorou na profissão entre as décadas de setenta e oitenta.

Destaca-se a prática do monitoramento, fiscalização e vigilância sobre os comportamentos e a produtividade dos trabalhadores, o que concorre para o cerceando das liberdades individuais dos empregados. Entretanto, tal postura não é perceptível às assistentes sociais, pois ao serem envolvidas nos processos de alienação e manipulação consensual, elas incorporam traços conservadores do Serviço Social, como profissão especializada em ajudar os carentes e necessitados provendo-lhes soluções imediatas. Sendo que para a empresa, ajudar também significa racionalizar a ajuda para que ela se torne eficaz, reproduzindo o *feitiço da ajuda*, tese defendida por Mota (2010).

Eu costumo dizer o seguinte: Eu to aqui, não prá dar o peixe, mas prá ensinar a pescar. Esse é meu papel aqui (Beatriz).

O objetivo é realmente ajudar aquele empregado que queira se recuperar, a sair daquela dependência (Clarisse)

Porque eu sempre gostei muito de lidar com as pessoas, de lidar, de entender, de querer ajudar (Denise).

A hegemonia do capital, que molda a consciência dos homens, molda igualmente a consciência das assistentes sociais da Vale, fazendo com que as mesmas absorvam as representações do capital. Seu trabalho se torna alienado e atrelado às armadilhas político-ideológica desloca a “questão social” de sua gênese histórica, associando-a a aspectos da vida privada do trabalhador.

Os valores e princípios ético-políticos do Serviço Social subsumem aos ilusionismos ideológicos, às falsas ideias de harmonia e de cooperação mútua. Os valores abstratos (*valorização da vida, a vida em primeiro lugar*); a ideologia do protagonismo (*crescer e evoluir juntos, fazer acontecer*); os discursos apelativos (*paixão pelas pessoas e pelo planeta*), são fixados mecanicamente e se reproduzem nos comportamentos, nos gestos, na linguagem e no agir profissional.

A concepção político-ideológica da Vale se torna uma religião, no sentido gramsciano do termo, que se expressa na vida prática com uma norma de conduta adequada a ela. Os princípios e valores empresariais sintetizados no planejamento estratégico; nos códigos de conduta ética, de relacionamento com a comunidade, de direitos humanos, etc., se tornam o ideal de vida a ser seguidos pelos trabalhadores.

Os valores da empresa, respeito à vida, a vida em primeiro lugar!!! Então isso é um ato de cidadania! Respeito à vida! Isso é maior que tudo, não é?! Óxe!! É quase lá nos mandamentos da bíblia, em amar o próximo como a si mesmo! (Clarisse).

Porque depois que eu vim trabalhar aqui, eu mudei muita coisa, muito, até na minha maneira de pensar eu mudei. Então assim, prá mim, hoje ela (a Vale) é de extrema importância (Beatriz).

A partir dos dados coletados e analisados ao longo da pesquisa, a hipótese inicialmente lançada foi confirmada, pois as identidades profissionais das assistentes sociais da Vale são *identidades às avessas* dos valores e princípios contidos no projeto ético-político-profissional. A subjetividade reificada e os discursos falso-ideológicos distanciam os assistentes sociais das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, que são os fundamentos do PEPP do Serviço Social.

As *identidades às avessas* predominam na prática das assistentes sociais da Vale em Carajás, constituindo-se no principal desafio encontrado nesse espaço sócio-institucional, pois

são resultado do *sociometabolismo da barbárie* e de suas manipulações ideológicas que aprofundam os processos de alienação no trabalho e capturam a subjetividade dos trabalhadores, transformando consensualmente seus valores sociais, políticos e culturais.

Enfatiza-se que dentre as profissionais, apenas Beatriz é formada sob o novo currículo, mas ainda assim, suas auto-representações do Serviço Social não obscurecidas pelos valores político ideológicos da empresa, levando-a a reproduzir as *identidades às avessas* tanto quanto suas colegas, que se formaram sob o antigo currículo.

Entretanto, não se deve atribuir às *identidades às avessas* um caráter imutável ou unilateral, polarizada em seu verso ou anverso, pois elas são forjadas no interior das relações sociais eminentemente contraditórias sob o modo de produção capitalista, que se materializam na Vale em Carajás e desse modo, estão em constante transformação. Apesar destas identidades serem heterodeterminadas, o desvelamento de suas particularidades e a síntese de suas múltiplas determinações permitem a construção de mediações capazes de desconstruir a hegemonia que as determinam, expressa no toyotismo, a ideologia orgânica do capital.

A superação das *identidades às avessa* só é possível a partir de um referencial teórico metodológico crítico, que privilegie a gênese histórica da realidade e sua dimensão de totalidade. As assistentes sociais podem construir novas identidades, dotadas de historicidade e materialidade e desenvolver possibilidades estratégicas objetivas para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social nesse espaço empresarial.

Este processo implica em conhecer a fundo a realidade na qual estão inseridas, o que se traduz nas palavras de Gramsci como um “conhece-te a ti mesmo”, que deve ocorrer no campo das ideologias orgânicas, terreno sobre o qual as profissionais exercem sua prática e onde podem desenvolver suas próprias concepções do mundo e da profissão, de forma autodeterminada.

O conhecimento da posição que ocupam no processo produtivo da Vale em Carajás é o ponto de partida para que as assistentes sociais se organizem politicamente em um bloco unitário e passem a lutar pela direção estratégica hegemônica do Serviço Social, que defende a construção de uma sociedade que “propicie aos/as trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 2012). A negação das *identidades às avessas*, representa o marco para a construção de uma nova concepção do Serviço Social neste espaço de atuação, que seja dotada de um sentido

estruturante e historicamente concreto, resultado do trabalho livre e do pôr teleológico dos assistentes sociais.

Reitera-se ainda, que a democracia enquanto valor ético-político central do Serviço Social implica no respeito às liberdades individuais e às opções de defender uma nova hegemonia ou reforçar a hegemonia vigente, no entanto, não reconhecemos como exercício profissional legítimo do Serviço Social a opção autoconsciente pela continuidade das *identidades às avessas* após se ter o conhecimento do que elas representam.

As identidades às avessas devem ser combatidas e superadas pelo constante exercício da práxis profissional, que contém em si a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”¹³⁰.

Durante a pesquisa, o reencontro com antigas práticas permitiu a reconstrução no plano do real concreto, não apenas os aspectos das identidades das assistentes sociais entrevistadas, mas também, nossas próprias identidades, que foram profundamente marcadas por essa experiência profissional às quais retornei com orgulho, no papel de pesquisadora.

A revelação de alguns aspectos *de uma vida que nem sempre é vivida* nas relações sociais de trabalho das assistentes sociais pode ter causado certo desconforto nas admiráveis colegas de profissão, que tanto me honraram ao compartilhar suas experiências, pois isso teria ocorrido também comigo aquela época, já que desconstruir idealismos que julgávamos verdadeiros nem sempre é tarefa fácil, mas como já dizia Marx, “a partir do idealismo [...] fui obrigado a procurar a ideia na própria realidade” (MARX, 1996, p. 6).

A abstração nos levou à reconstrução de nosso objeto no plano da razão e à síntese de suas múltiplas determinações. Façamos então a “viagem de volta”, pois “não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (MARX, 2012, p. 19), portanto “*segui il tuo corso, e lascia dir le genti!*”¹³¹.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ O termo significa: “Segue teu rumo, e não te importes com o que os outros digam!” (MARX, 2012, p. 19).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996). I: Cadernos ABESS. São Paulo, n. 07, p. 58-76, Nov. 1997.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo-SP: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23). Disponível em <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct...>>. Consulta em 31/07/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1ª ed. 8ª reimp, rev e ampl. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

BRAGA, Ruy, **A Nostalgia do Fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003).

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª ed. Trad Nathanael C. Caixeiro. A crescente diversificação da classe trabalhadora: trabalhadores em escritório 15. Rio de Janeiro: Guanabara 1987, p. 249-302.

BRASIL. **Código de Ética do Profissional Assistente Social**. Aprovado em Assembléia Geral da A.B.A.S (Associação Brasileira de Assistência Social)- Seção de São Paulo, em 29 de setembro de 1947.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1965.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Conselho Federal de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1975.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 15 de março de 1993.

_____. **Lei 8662- 1993. Dispõe sobre a profissão de Serviço Social e dá outras providências**. Brasília, 7 de junho de 1993. 172ª da Independência e 105ª da República.

BRAVO, Maria Inês. **O Significado Político e Profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social Brasileiro**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. O Congresso da Virada e os Trinta Anos da Revista. n° 100, 593-594, out/dez. 2009. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. **O Princípio do Fim da Pobreza**. Jornal Folha de São Paulo. 25 de fev. de 2013. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option...>>. Consulta 19/08/2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 48).

Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo. In: Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 1., 2010, São Paulo. Relatório. 2010.

DRUCK, Graça. **A teoria da regulação transforma-se em “técnica de regulação” em tempos neoliberais?** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20. N° 57. 2005. p. 180-185. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a11v2057>. Consulta em 31/07/2014.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e produção de expressões da "questão social"**. Revista Políticas Públicas, São Luiz- MA: UFMA, n° especial, p. 171-189, 2010.

_____. **A Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate**. Revista Temporalis. Brasília- DF: Cortez, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012

FREIRE, Lúcia M. d B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Global Reporting Initiative. **Relatórios de Sustentabilidade da GRI**: quanto vale essa jornada? GRI, 2012. (Séries de Aprendizagem da GRI: pontos de partida). Disponível em <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em 19 mar. 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Dos Cadernos do Cárcere, 1929-1935**. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org). *O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Et. seq.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 25a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **A Era do Capital (1848-1975)**. 15a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Jornal Folha de São Paulo. **Globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo, diz ONU**, 15/07/2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104540.shtml>>. Consulta 15/07/2014

KISNERMAN, Natalio. **Um Movimiento de Constante Busqueda**. In: Revista Selecciones de Servicio Social. Desafio Al Servicio Social ¿Crises de La Reconceptualizacion? n° 26, 2º cuatrimestre de 1975. Buenos Aires: HVMANITAS, 1975. (coleção Desarrollo Social).

LARA, Ricardo. **Notas Lukacsianas Sobre a Decadência Ideológica da Burguesia**. Revista Katálisis. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>; Consulta 30/06/2014.

LEAL, Aluízio. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José Raimundo e MARQUES, Gilberto (Orgs.). *Revista de Estudos Paraenses*, Belém, ed espec, p. 89-122, 2010.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. 2ª ed. Trad José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1999.

MAIA, Alexandre Gori. **Transformações no mercado de trabalho e desigualdade no Brasil**. Ciência e Cultura. Apud (www.wikypedia.com.br).

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONDE, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE: sustentabilidade no mundo de capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010. Disponível em

<<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/Livro-ISE.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2013.

MARX, Karl. **Para a Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. Introdução. Berlim: Dietz Verlag, Band I, 1958, p. 378-391. In: Netto, José Paulo (org). O Leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (leitores).

_____. **O Capital**. Livro III, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. In: NETTO, José Paulo (org). O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (leitores).

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I**, 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. Trad João Maia; Rev Alexandre Addor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, vol. 3).

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol I. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª ed. Trad e Introd Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Int. Jacob Gorender; Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Penquin Classic/Companhia das Letras, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social, Identidade e Alienação**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATHIS, Adriana de Azevedo. **Mudanças nas Relações de Trabalho e Impactos do Processo de Terceirização Implantados pela Vale na Região de Carajás-PA**. 2012, No prelo.

MATHIS, Adriana de Azevedo; MATHIS, Armin. **Reorientação de Políticas Públicas Sociais e Novas Estratégias de Desenvolvimento: um estudo realizado na região de Carajás/Pará**. 2012. No prelo.

MOTA, Ana Elizabete da. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Palestra: **“Questão Social”, Pobreza e Serviço social: em defesa da perspectiva crítica**. Palestra realizada em 30/05/2014, na Universidade Federal do Pará-UFPA.

NETTO, José Paulo. **La Crisis de Reconceptualizacion Del Servicio Social**. In: Revista Selecciones de Servicio Social. Desafio Al Servicio Social ¿Crisis de La Reconceptualizacion? n° 26, 2º cuatrimestre de 1975. Buenos Aires: HVMANITAS, 1975. (coleção Desarrollo Social).

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **III CBAS: algumas referências para sua contextualização.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. O Congresso da Virada e os Trinta Anos da Revista. n° 100, 593-594, out/dez. 2009. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. **The Human Development Index- going beyond income.** 2001. Apud http://pt.wikipedia.org/wiki/Concentra%C3%A7%C3%A3o_de_renda

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo serviço social.** 7ª ed. São Paulo-SP: Cortez, 2010.

_____. **A Categoria de Mediação.** Belém, 29 jun. 2012. 7 slides. 887Kb. Formato ppt. 1 pendrive, 4 GB. Aula da disciplina de Teorias Sociais e Serviço Social, do curso de Mestrado em Serviço Social do PPGSS-UFPA.

SANTOS, Leila Lima. **El Movimiento de Reconceptualización: Dez años despues.** In: Revista Selecciones de Servicio Social. Desafio Al Servicio Social ¿Crisis de La Reconceptualizacion? n° 26, 2º cuatrimestre de 1975. Buenos Aires: HVMANITAS, 1975. (coleção Desarrollo Social)

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. Et. seq

Vale S.A. **Relatório de Sustentabilidade 2005.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 11/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2006.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 11/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2007.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 19/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2008.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 23/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2009.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 23/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2010.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 27/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2011.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 27/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2012.** Disponível em www.vale.com. Acesso em 27/03/2012

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2013**. Disponível em www.vale.com. Acesso em 27/03/2012.

_____. **Política de Desenvolvimento Sustentável**. 2009. Disponível em www.vale.com. Acesso em 20/06/2014.

_____. **Código de Ética e Conduta**. 2014. Disponível em www.vale.com. Acesso em 20/06/2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO PARA NARRATIVA DE HISTÓRIAS DE VIDA

Faça uma narrativa sobre sua história profissional, desde sua formação acadêmica às primeiras experiências práticas. Se você desejar, pode narrar alguns acontecimentos de sua vida pessoal que possam ter influenciado neste processo. Você pode falar sobre os desafios e as conquistas, assim como as dificuldades e as formas que você encontrou para superá-las. Você pode citar crenças, valores, sejam profissionais ou pessoais, que nortearam sua trajetória profissional

APÊNDICE B- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**1. IDENTIFICAÇÃO**

Nome: _____

Instituição em que se formou: _____

Natureza da instituição em que se formou: () pública () privada

Ano de formação: _____

Novo currículo: () sim () Não

Tempo de prática em outros espaços sócio-profissionais: _____

Tempo de prática na Vale: _____

Cargo: _____

Possui especialização: () sim () não Qual: _____

2. DADOS QUALITATIVOS

- 2.1 Fale sobre a seu exercício profissional na empresa, suas funções e sobre os programas, projetos e ações que você desenvolve.
- 2.2 Quais as atribuições privativas do assistente social?
- 2.3 Quais as funções que você realiza e que outros profissionais também exercem?
- 2.4 Quais os desafios e possibilidades da sua prática profissional na empresa?
- 2.5 Quem elabora estes programas, projetos e ações onde você atua?
- 2.6 Como é a sua relação com o usuário destinatário dos Serviços Sociais oferecidos pela Vale?
- 2.7 Como você define a importância do Serviço Social para o processo de produção da empresa?
- 2.8 Como você enquanto assistente social se vê nesse processo?
- 2.9 Como é a relação do dos assistentes sociais com a equipe multiprofissional?
- 2.10 Como é a relação dos assistentes sociais com os níveis de gestão?
- 2.11 Qual a formação de seu gestor?
- 2.12 Como é a sua relação com os outros assistentes sociais?
- 2.13 Os assistentes sociais organizam reuniões, encontros e eventos próprios da categoria?
- 2.14 Nos programas de qualificação e desenvolvimento profissional da Vale, você realiza cursos específicos da área de Serviço Social? Se sim, quais?
- 2.15 Na sua prática profissional na empresa você se utiliza da teoria aprendida no processo de formação acadêmica.
- 2.16 O projeto ético-político-profissional consolidou novos valores e princípios profissionais, diferentes daqueles próprios do conservadorismo que deu origem à profissão. Dessa forma, fale sobre como você relaciona os princípios e valores contidos neste projeto com os princípios e valores da empresa;
- 2.17 Você se sente satisfeito profissionalmente na empresa?

ANEXOS

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada como **IDENTIDADES DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA:**

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA VALE. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF: _____, declaro que estou ciente que:

- 1- Esta pesquisa será realizada por meio de entrevista com assistentes sociais que exercem sua prática profissional na Vale, região de Carajás, com o objetivo de
- 2- Esta pesquisa compõe campo de pesquisa de dissertação de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará e, por isso, tem fins acadêmicos, que se propõem a trazer contribuições aos profissionais e estudantes de Serviço Social no que diz respeito ao trabalho do assistente social no contexto empresarial na reestruturação produtiva do capital. Os riscos aos informantes da pesquisa podem ocorrer, já que toda pesquisa que envolve seres humanos envolve riscos. Nos casos dessa pesquisa elencam-se os riscos de: agressão moral ou psicológica ao entrevistado com posturas, perguntas e comentários inconvenientes; interferência de valores do entrevistador no contexto da entrevista e/ou análise dos dados; utilização inapropriada e deturpada das informações coletadas, bem como vazamento da identidade dos entrevistados; os entrevistados serem coagidos a participar da pesquisa e/ou não receberem informações sobre os procedimentos desta.
- 3- Para que estes riscos não ocorram, e tendo em vista que, a pesquisa se propõe a contribuir com o desenvolvimento da formação acadêmica em Serviço Social. A postura do entrevistador respeitará as opiniões dos entrevistados, observará as manifestações com imparcialidade; os sujeitos serão avisados sobre os riscos e formas de proteção deste, caso haja algum risco não previsto a pesquisa será interrompida; resguardar-se-á a identidade dos entrevistados de toda forma de exposição; qualquer esclarecimento será disponibilizado ao entrevistado; os resultados serão publicizados e colocados à disposição dos sujeitos da pesquisa.
- 4- Os dados serão coletados (realização de entrevista) nos locais de trabalho dos assistentes sociais entrevistados. Estes serão obtidos por meio de um formulário com questões objetivas e dissertativas sobre o objeto de pesquisa, que poderão ou não ser respondidas pelos profissionais;
- 5- Os entrevistados não são obrigados a responder as perguntas realizadas na entrevista;
- 6- A participação neste projeto não causará nenhum dano com relação à identidade, preservação moral e profissional dos entrevistados;
- 7- Os entrevistados têm a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejarem, sem necessidade de qualquer explicação;
- 8- A desistência não causará nenhum risco aos entrevistados;
- 9- A participação neste projeto contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema direcionando ações voltadas para a evolução na pesquisa acadêmica;

- 10- Os entrevistados não receberão remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária;
- 11- A identidade dos entrevistados será mantida em sigilo;
- 12- Concordo que os resultados sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- 13- É de interesse do pesquisador gravar os dados em áudio da entrevista, posso concordar ou não com esta ação:
- () Concordo com a gravação da entrevista;
- () Não concordo com a gravação da entrevista;
- 14- Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados parciais e finais desta pesquisa.
- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa:
e- mail _____
- () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

_____, ____ de _____ de 2014

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Assinatura do Entrevistado

Keline da Silva Borges

Responsável pela pesquisa

ANEXO 2- CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTES SOCIAL- 1993

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS APROVADO
EM 15 DE MARÇO DE 1993 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS
RESOLUÇÕES CFESS N.º 290/94 E 293/94**

RESOLUÇÃO CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO 93 - Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

- Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;
- Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;
- Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFESS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;
- Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;
- Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;
- Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social;
- Considerando que o XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Código de Ética Profissional do assistente social em anexo.

Art. 2º - O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º - Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFESS nº 195/86, de 09.05.86.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA

A.S. CRESS Nº 3578 7ª Região/RJ

Presidente do CFESS

INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades

individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituiu as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo, além do conjunto CFESS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de todo o País assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais,

instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º - Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

- a) zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b) introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único - Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3º - São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º - É vedado ao assistente social:

- a) transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b) praticar e ser conivente com condutas anti-éticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais;
- c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
- e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário;
- f) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente;
- g) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

TÍTULO III

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Das Relações com os Usuários

Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º - É vedado ao assistente social:

- a) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses;
- b) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social - usuário, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;
- c) bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

CAPÍTULO II

Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras

Art. 7º - Constituem direitos do assistente social:

- a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b) ter livre acesso à população usuária;
- c) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;
- d) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º - São deveres do assistente social:

- a) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;
- e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Art. 9º - É vedado ao assistente social:

- a) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- b) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c) utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

CAPÍTULO III

Das Relações com Assistentes Sociais e outros Profissionais

Art. 10 - São deveres do assistente social:

- a) ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c) mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos;
- d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f) ao realizar crítica pública a colega e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 - É vedado ao assistente social:

- a) intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b) prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c) ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional;
- d) prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.

CAPÍTULO IV

Das Relações com Entidades da Categoria e demais Organizações da Sociedade Civil

Art.12 - Constituem direitos do assistente social:

- a) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;
- b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 - São deveres do assistente social:

- a) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- b) denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão;
- c) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 - É vedado ao assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

CAPÍTULO V

Do Sigilo Profissional

Art. 15 - Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único - Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 - É vedado ao assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Parágrafo único - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

CAPÍTULO VI

Das Relações do Assistente Social com a Justiça

Art. 19 - São deveres do assistente social:

- a) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código.
- b) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 - É vedado ao assistente social:

- a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;
- b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

TÍTULO IV

Da Observância, Penalidades, Aplicação e Cumprimento Deste Código

Art. 21- São deveres do assistente social:

- a) cumprir e fazer cumprir este Código;
- b) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;
- c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 22 - Constituem infrações disciplinares:

- a) exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;
- b) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado;

- c) deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado;
- d) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;
- e) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Das Penalidades

Art. 23 - As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ ou regimentais.

Art. 24 - As penalidades aplicáveis são as seguintes:

- a) multa;
- b) advertência reservada;
- c) advertência pública;
- d) suspensão do exercício profissional;
- e) cassação do registro profissional.

Parágrafo único - Serão eliminados dos quadros dos CRESS, aqueles que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 - A pena de suspensão acarreta ao assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Parágrafo único - A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.

Art. 26 - Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 - Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.

Art. 28 - Para efeito da fixação da pena serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:

Art. 3º - alínea c

Art. 4º - alínea a, b, c, g, i, j

Art. 5º - alínea b, f

Art. 6º - alínea a, b, c

Art. 8º - alínea b, e

Art. 9º - alínea a, b, c

Art.11 - alínea b, c, d

Art. 13 - alínea b

Art. 14

Art. 16

Art. 17

Parágrafo único do art. 18

Art. 19 - alínea b

Art. 20 - alínea a, b

Parágrafo único - As demais violações não previstas no "caput", uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o art. 26.

Art. 29 - A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no art. 32 será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido o denunciado e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 - Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31 - Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.

Art. 32 - A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 - Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o penalizado ou se este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§Parágrafo Primeiro - A pena de multa, ainda que o penalizado compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do Art. 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§Parágrafo Segundo - Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do infrator.

Art. 34 - A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35 - As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social "ad referendum" do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 - O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1993.

MARLISE VINAGRE SILVA Presidente do CFESS

Publicado no Diário Oficial da União N 60, de 30.03.93, Seção I, páginas 4004 a 4007 e alterado pela Resolução CFESS n.º 290, publicada no Diário Oficial da União de 11.02.94.

ANEXO 3- LEI 8662/1993 (LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL



LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. ([Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010](#)).

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;
- IX - ([Vetado](#))

Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;
- II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- VI - fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;
- VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15. É vedado o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I - multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;

II - suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III - cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

1º Provada a participação ativa ou conivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

2º No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18. As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;

II - por doações e legados;

III - por outras rendas.

Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei.

Parágrafo único. As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21. (Vetado).

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a [Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957](#).

Brasília, 7 de junho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Walter Barelli

ANEXO 4- DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA ABEPSS, COM BASE NO CURRÍCULO MÍNIMO APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 8 DE NOVEMBRO DE 1996 (RIO DE JANEIRO)¹³²

APRESENTAÇÃO

O presente documento contém a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82).

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a ABESS promoveu e coordenou com o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL– CEDEPSS, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do CFESS- Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais. Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico¹³³ foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através da realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”.

Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

¹³² Esta é uma transcrição das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, especificamente dos itens: Apresentação; 1 Pressupostos da Formação Profissional do documento; 2 Princípios e Diretrizes Curriculares da Formação; 3 Nova Lógica Curricular. O documento original na íntegra está disponível em http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf.

¹³³ Cf. ABESS/CEDEPSS/ENESSO - Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional. Sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, Maio, 1995.

Esta Proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei, diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados.

A ABESS atenta à necessidade do estabelecimento desses padrões de qualificação do ensino e de sua universalização, enquanto entidade nacional representativa das IES no âmbito do Serviço Social, encaminha a presente proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação.

1 PRESSUPOSTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais.

O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que informa a presente revisão curricular são os seguintes:

1.1 O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

1.2 A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

1.3 O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas

requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

1.4 O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Este conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.

2.1 PRINCÍPIOS

São princípios que fundamentam a formação profissional:

2.1 Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares- tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;

2.2 Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

2.3 Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

2.4 Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

2.5 Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

2.6 Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;

2.7 Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;

2.8 Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

2.9 Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

2.10 Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular

2.11 Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

2.2 DIRETRIZES CURRICULARES:

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

2.2.1 Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

2.2.2 Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

2.2.3 Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

2.2.4 Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

2.2.5 Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

3 NOVA LÓGICA CURRICULAR

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social.

As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas.

Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em **NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO** constitutivos da Formação Profissional.

ANEXO 5- POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VALE



Política de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

Estabelecer diretrizes e princípios para a nossa atuação quanto ao Desenvolvimento sustentável e nossos projetos e operações, explicitando a nossa responsabilidade social, econômica e ambiental nas regiões em que estamos presentes, em nossa cadeia de valor e no posicionamento sobre temas globais de sustentabilidade.

Princípio

Para a Vale, o desenvolvimento sustentável é atingido quando seus negócios, em particular as suas atividades de mineração, geram valor para seus acionistas e demais partes interessadas, e deixam um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera.

Atuamos com base em três pilares:

OPERADOR SUSTENTÁVEL

Operar com sustentabilidade é atuar com consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todo o ciclo de vida das nossas atividades. É criar **V.A.L.O.R.**

Valor para stakeholders (partes interessadas)

Proporcionar o maior retorno possível aos acionistas, manter relações e condições justas de trabalho para empregados e contratados, buscar parcerias de longo prazo com fornecedores que tragam ganhos para ambas as partes, garantir maior confiabilidade de suprimento e de valor de uso para nossos clientes, além de contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades, regiões e países onde operamos, mantendo um relacionamento e diálogo permanente e aberto com nossos stakeholders.

Antecipação e prevenção de falhas

Atuar preventivamente, visando evitar falhas de processo, poluição ambiental, acidentes de trabalho, riscos ocupacionais à saúde, e minimizar impactos sociais e ambientais negativos. Aplicar em todos os projetos de investimento e operações da empresa uma análise prévia de gestão de riscos, impactos e oportunidades nos aspectos ambiental, social e econômico. Investir e utilizar tecnologias que permitam – a custo compatível – maximizar a eco-eficiência, a segurança e a sustentabilidade dos processos produtivos, produtos comercializados e modais de transporte.

Legislação como base: melhoria contínua

Atuar em plena conformidade com a legislação e demais requisitos aplicáveis e buscar melhorias contínuas que nos levem, em todos os territórios de atuação, a superar progressivamente padrões internacionais em saúde e segurança, condições de trabalho, gestão ambiental, relações trabalhistas e respeito aos direitos humanos.

Organização e Disciplina

Trabalhar de forma organizada e disciplinada, adotando práticas rigorosas de planejamento, execução, monitoramento e ação corretiva, buscando o uso responsável e eficiente dos recursos naturais. Em termos de responsabilidade sobre o produto, incentivar o uso, re-uso,

reciclagem e disposição final dos nossos produtos e sub-produtos, incluindo, quando estiver ao alcance da Vale, o design responsável.

Respeito e Ética nos Negócios

Trabalhar de forma ética e respeitosa em todos os países e regiões onde atuamos. Buscar excelência na nossa governança corporativa, nos processos operacionais, na qualidade dos produtos e relacionamentos com partes interessadas. Difundir a atuação sustentável na nossa cadeia produtiva. Adotar padrões e práticas globais de sustentabilidade, respeitando a soberania de cada país e a legislação local.

CATALISADOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Queremos ir além da gestão dos impactos de nossas operações e projetos, contribuindo voluntariamente e através de parcerias com governo e sociedade para o desenvolvimento **L.O.C.A.L.**

Licença social

Buscar o reconhecimento, a consulta e o envolvimento prévio à implantação de novos empreendimentos dos stakeholders locais.

Ordenação para o desenvolvimento

Contribuir para a construção de planos e ações específicos voltados para o desenvolvimento ordenado e sustentável das regiões onde atuamos.

Comunicação e Engajamento

Manter comunicação e diálogo amplo, transparente, permanente e estruturado com stakeholders, respeitando a diversidade e as culturas das regiões onde atua, e considerando suas demandas nas decisões gerenciais da empresa.

Alianças estratégicas

Estabelecer alianças com atores estratégicos de diferentes setores – público, privado e sociedade civil – para a articulação e planejamento de programas de desenvolvimento local integrado.

Legado regional

Trabalhar de forma articulada para gerar um legado positivo nas regiões onde a Vale atua, buscando a maximização do desenvolvimento socioeconômico através do ciclo mineral, contribuindo com a diversificação econômica, com o desenvolvimento social e com a promoção da conservação e recuperação do meio ambiente.

AGENTE GLOBAL DE SUSTENTABILIDADE

A atuação **G.L.O.B.A.L.** parte do reconhecimento de que determinados temas globais de sustentabilidade podem afetar nossos negócios, e de que a Vale - como uma das empresas líderes globais no setor de Mineração – pode contribuir para a promoção internacional de boas práticas de sustentabilidade.

Garantia de transparência

Garantir transparência quanto às políticas, procedimentos, práticas e desempenho da empresa em relação aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança junto às partes interessadas globalmente.

Liderança

Buscar liderança nas discussões internacionais setoriais ligadas aos aspectos do desenvolvimento sustentável mais afeitos aos nossos negócios e operações.

Observação de tendências

Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade.

Boas práticas

Adotar e desenvolver boas práticas globais de sustentabilidade e contribuir com sua difusão no setor.

Atuação local, visão global

Manter uma visão global de sustentabilidade alinhada com padrões de desempenho internacionais, e atuar localmente, garantindo a adaptação e o respeito às culturas e realidades locais.

Legado para gerações futuras

Trabalhar de forma articulada para contribuir com a construção de um legado positivo para as gerações futuras. Equilibrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos dos nossos negócios de forma a gerar valor de longo prazo para acionistas, empregados, comunidades e governos nos países onde atuamos.

ANEXO 6- TRANSCRIÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DA VALE (2014)¹³⁴

Introdução

A missão da Vale é transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável, visando ser a empresa de recursos naturais global nº 1 em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta.

Para tanto, a Vale tem a condução das suas atividades empresariais orientada por um conjunto de valores que refletem elevados padrões éticos e morais, buscando assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazos, junto aos mercados em que atua regularmente. São eles:

- A vida em primeiro lugar.
- Valorizar quem faz a nossa empresa.
- Cuidar do nosso planeta.
- Agir de forma correta.
- Crescer e evoluir juntos.
- Fazer acontecer.

A reputação e imagem positivas da Vale são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados, sendo fruto direto do comportamento e do compromisso desses últimos com os princípios estabelecidos neste Código. Todos os administradores e empregados devem estar comprometidos com os princípios de honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses valores.

Princípios fundamentais

São princípios fundamentais para a Vale e suas sociedades controladas:

- Respeito à vida, com uma atuação preventiva, cuidado com o bem-estar no trabalho, a saúde e a segurança das pessoas, instalações e processos do Sistema Vale, valorizando seus empregados;
- Observar práticas de boa governança corporativa, bons princípios e práticas contábeis e de gestão, comunicação clara, objetiva e tempestiva para seus acionistas, investidores e junto ao mercado de capitais;
- A proteção, promoção e conscientização dos Direitos Humanos em suas atividades e ao longo de sua cadeia produtiva, em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e
- Alcançar os seus objetivos empresariais com responsabilidade social corporativa, atuando de forma consciente e responsável sob os aspectos socioeconômico e ambiental de suas atividades e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que atua, inclusive incentivando o exercício da cidadania.

Esses princípios devem ser observados, na medida do possível, nas demais entidades nas quais a Vale tenha participação, no Brasil e nos demais países.

São princípios fundamentais para os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, Diretor-Presidente e demais Diretores Executivos, empregados e estagiários da Vale e suas sociedades controladas:

- Agir com responsabilidade, honestidade, confiança, respeito e lealdade; e
- Observar as obrigações legais aplicáveis nos países onde a Vale atua direta ou indiretamente, através das suas sociedades controladas, e nos mercados onde os seus valores mobiliários sejam negociados em bolsas de valores ou distribuídos ao público investidor em geral.

¹³⁴ Esta é uma transcrição em World do Código de Ética e Conduta da Vale de 2014. Nesta transcrição foi preservado o inteiro teor do documento original que se encontra disponível em www.vale.com.

Abrangência e escopo

Este Código, que contém regras gerais de conduta ética a serem cumpridas, deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, Diretor-Presidente e demais Diretores Executivos, empregados, estagiários, contratados e qualquer pessoal agindo em nome da Vale, e suas sociedades controladas, prevalecendo sobre, e servindo de diretriz para, todas as políticas e normas da Vale.

Todas as pessoas físicas mencionadas acima deverão firmar Termo de Recebimento e Compromisso, conforme modelo em anexo, o qual será arquivado na sede da empresa enquanto o(a) seu(sua) signatário(a) mantiver o vínculo com a Vale e, por pelo menos, cinco anos após o seu desligamento.

Regras de conduta ética

1. São condutas esperadas:

- 1.1. Desempenhar as suas atividades em consonância com este Código e seguir as políticas e normas internas da Vale, estimulando e orientando os seus colegas nesse sentido;
- 1.2. Manter uma atitude profissional positiva, digna, leal, honesta, de respeito mútuo, confiança e colaboração com os demais colegas de trabalho;
- 1.3. Agir com imparcialidade, objetividade, honestidade, respeito, transparência, lealdade e cortesia na relação com administradores, empregados, fornecedores, clientes, acionistas e investidores;
- 1.4. Agir em estrita conformidade com todas as leis aplicáveis, inclusive as leis antissuborno e anticorrupção, que se aplicam às operações da Vale nos países onde atua;
- 1.5. Preservar o patrimônio da Vale, incluindo a sua imagem e reputação, instalações, equipamentos e materiais, utilizando-os apenas para os fins a que se destinam;
- 1.6. Defender os interesses da Vale nos assuntos em que estiver participando;
- 1.7. Ser diligente e responsável na relação com as Autoridades, clientes, competidores, fornecedores, membros das comunidades e todos os demais indivíduos, empresas e organizações com que a Vale se relaciona no exercício das suas atividades regulares, buscando sempre preservar a boa reputação, imagem e relações da empresa;
- 1.8. Evitar situação em que possa ocorrer conflito de interesses próprios com os interesses da Vale e, quando não for possível, abster-se de representar a Vale no assunto em questão, comunicando o fato imediatamente ao superior imediato;
- 1.9. Assegurar que as comunicações e informações aos acionistas e ao mercado de capitais sejam feitas exclusivamente por empregados autorizados e estejam em conformidade com as políticas, controles e procedimentos da Vale e com a legislação aplicável;
- 1.10. Não estabelecer relações comerciais com empresas ou indivíduos que não observem padrões éticos, de saúde e segurança e de direitos humanos compatíveis com os da Vale, bem como as práticas antissuborno e anticorrupção adotadas pela Vale;
- 1.11. Evitar a divulgação de qualquer informação ou estratégia confidencial ou sensível da Vale a que tiver acesso, mesmo na condição de terceiro, inclusive se deixar de ter vínculo com a Vale, bem como manter confidencialidade sobre as informações privilegiadas da Vale;
- 1.12. Comprometer-se com o desenvolvimento sustentável das regiões onde a Vale atua e a obediência à legislação ambiental;
- 1.13. Agir com responsabilidade social e com respeito à dignidade humana;
- 1.14. Executar as atividades diárias respeitando os aspectos de segurança e saúde definidos pela empresa;
- 1.15. Atuar nas redes sociais respeitando os valores da Vale e este Código; e
- 1.16. Participar anualmente de treinamento para desenvolvimento da compreensão sobre os requisitos éticos descritos neste Código.

2. São condutas intoleráveis e sujeitas a medidas disciplinares:

- 2.1. Uso do cargo visando obter vantagens pessoais, facilidades ou qualquer outra forma de favorecimento ou benefício pessoal ilegítimo, ou para terceiros de suas relações;
- 2.2. Discriminação em função de etnia, origem, gênero, orientação sexual, crença religiosa, condição de sindicalização, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade;
- 2.3. Assédio de qualquer natureza, inclusive moral ou sexual, provocando o constrangimento alheio;
- 2.4. Permitir ou fazer propaganda política, religiosa ou comercial nas dependências da empresa;
- 2.5. Tratamento preferencial ou privilegiado a qualquer cliente ou fornecedor em desacordo com as políticas e normas da Vale;
- 2.6. Oferecer ou receber presentes em desacordo com as políticas e normas da Vale e como meio de exercer influência indevida, ou auferir ganho pessoal ou prêmio para si ou para terceiros;
- 2.7. Oferecer hospitalidade ou entretenimento, realizar doações ou contribuições sociais em nome da Vale em desconformidade com suas políticas e normas ou sem a obtenção da autorização interna necessária;
- 2.8. Ofertar, pagar, prometer ou autorizar um benefício pessoal (seja pagamento ou qualquer outro tipo de benefício pessoal), direta ou indiretamente, a qualquer Funcionário de Governo;
- 2.9. Contato com empresa competidora da Vale em violação da legislação concorrencial aplicável;
- 2.10. Contratar parentes para posições em que haja subordinação direta ou indireta ou potencial conflito de interesses próprios com os interesses da Vale;
- 2.11. Uso de drogas psicoativas ilegais em quaisquer das dependências do Sistema Vale; e
- 2.12. Distorcer os números ou a caracterização contábil de itens que venham a refletir nos relatórios gerenciais ou nas demonstrações financeiras da Vale.

Disposições gerais

Situações que caracterizem violação a este Código devem ser imediatamente comunicadas à Ouvidoria (disponível na intranet global da Vale ou no site www.vale.com). Serão observados os procedimentos que objetivem resguardar os direitos do denunciante e do denunciado, respeitando sempre a legislação local.

Sob nenhuma circunstância, a denúncia de quaisquer potenciais violações ou possíveis improbidades servirá como base para retaliação ou intimidação de qualquer empregado.

Violações aos dispositivos constantes deste Código, às normas e às orientações disciplinares da Vale sujeitam os infratores a medidas disciplinares, que incluem advertência (verbal ou formal), suspensão e demissão. Na aplicação das medidas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, observando-se sempre as normas de Recursos Humanos da Vale e a legislação aplicável.

Dúvidas ou questões sobre a interpretação, o alcance ou os procedimentos referentes a qualquer assunto a ser tratado com relação a este Código devem ser apreciadas pelo Diretor de Ouvidoria, que direcionará as questões específicas às outras áreas, quando necessário.

Cabe à Diretoria Executiva zelar pela observação deste Código, sendo também responsável por propor ao Comitê de Governança e Sustentabilidade e ao Conselho de Administração recomendações para o seu aperfeiçoamento, visando à sua permanente atualização.

Glossário

Abster-se: Abrir mão, deixar de fazer alguma coisa ou de exercer um direito ou função.

Assédio Moral: Atitudes abusivas (por palavras ou gestos) que, por sua gravidade ou repetição, prejudiquem a dignidade, a integridade física ou psicológica de uma pessoa, constringendo-a perante colegas de trabalho ou prejudicando as condições e o clima de trabalho.

Assédio Sexual: Ato de constringer alguém pelo uso do poder hierárquico para obter favores sexuais. É considerado crime.

Canal de Ouvidoria: Canal global de comunicação para o envio de informações, relatos e denúncias disponível na intranet global e no site www.vale.com.

Cautela: Cuidado, precaução.

Comitês de Assessoramento: Órgãos técnicos e consultivos que assessoram o Conselho de Administração.

Comunicação Tempestiva: Comunicação feita no momento certo, adequado, oportuno.

Conduta: Em outras palavras: Comportamento do indivíduo.

Conflito de Interesses: Há conflito de interesses quando alguém não é independente em relação a um assunto e pode agir, influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos que os da Sociedade.

Conselho de Administração: Órgão da administração responsável por fixar a orientação geral dos negócios da empresa.

Conselho Fiscal: Órgão independente responsável pela fiscalização dos atos da administração.

Consonância: Estar em harmonia, de acordo, em conformidade.

Diligente: Pessoa cuidadosa, vigilante, atenta.

Discriminação: Tratamento desigual e injusto em prejuízo de algumas pessoas (ou grupo) em relação a outras que se encontram em idêntica situação. Geralmente decorre de preconceitos.

Ética: Conjunto de princípios morais que servem de guia para as relações entre os indivíduos na sua comunidade e no desempenho de uma atividade profissional.

Funcionário de Governo: Significa, (a) oficial, funcionário, servidor, empregado ou representante de um governo, de uma empresa estatal ou de economia mista, ou qualquer pessoa que exerça funções públicas, em nome das entidades acima mencionadas; (b) membro de uma assembleia ou uma comissão, ou o funcionário envolvido no desempenho de funções públicas, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis; (c) um funcionário do poder legislativo, executivo ou judiciário, independentemente de ser eleito ou nomeado; (d) funcionário ou empregado de uma agência governamental ou autoridade reguladora; (e) um dirigente ou pessoa que ocupe um cargo em um partido político ou um candidato a cargo político; (f) indivíduo que detém qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou outro cargo nomeado ou herdado junto a um governo ou em qualquer de suas agências; (g) funcionário ou empregado de uma organização pública internacional, como as Nações Unidas, o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional; (h) uma pessoa que é, ou se coloca como, um intermediário agindo em nome de um funcionário de governo; (i) uma pessoa que, embora não seja um funcionário público, é determinado pela legislação aplicável que deve ser tratada da mesma forma que um funcionário público; (j) aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.

Governança Corporativa: Sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle.

Imagem: Forma como as pessoas entendem o seu modo de ser/atuar.

Legislação Concorrencial Aplicável: Leis que visam proteger a livre concorrência do mercado.

Legislação Local: Conjunto de leis de um determinado país.

Obrigações Legais: Obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicáveis e/ou compromissos assumidos.

Penas Disciplinares: Punições por infrações às obrigações profissionais e às normas de conduta da empresa.

Princípios: Conceitos que regulam o comportamento ou ação de alguém, opiniões, convicções.

Reputação: É a opinião que as pessoas ao seu redor têm em relação a alguém.

Respeito Mútuo: É a consideração em relação a uma pessoa que também age da mesma forma.

Responsabilidade Social Corporativa: Ato de contribuir de alguma forma com a comunidade e o ambiente onde a empresa atua.

Sigilo: Manter em segredo.

Sociedades Controladas: Sociedades nas quais a Vale possui a maioria de votos nas deliberações e o poder de eleger a maioria dos administradores, usando tais prerrogativas para dirigir decisões da empresa.

Sustentável: Que pode se manter, defender, sustentar.

Valores Mobiliários: Ações (ordinárias ou preferenciais), debêntures, notas conversíveis, American Depositary Receipts (ADRs), Hong Kong Depositary Receipts (HDRs), bonds e quaisquer outros títulos negociados em Bolsas de Valores no Brasil ou no exterior.

ANEXO 7- POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS DA VALE



Política de Direitos Humanos (GLOBAL)

DCA0069/2014

Rev.: 01-29/05/2014

Nº: POL-0005-G

PÚBLICO

Objetivo:

Estabelecer diretrizes e princípios para atuação da Vale no que se refere ao respeito aos direitos humanos em seus projetos e operações, nas suas atividades e em sua cadeia produtiva, nas regiões onde está presente.

Aplicação:

Esta Política se aplica à Vale. Para as demais entidades que a Vale detenha participação, recomenda-se a sua reprodução de acordo com a Instrução para Reprodução de Documentos Normativos (INS-0002-G).

Referências:

- POL-0001-G - Código de Ética e Conduta
- POL-0003-G - Política de Desenvolvimento Sustentável
- Código de Conduta dos Fornecedores

Nota: Ver Anexo 01 sobre Compromissos e Referências Internacionais.

Princípio:

Respeitar, proteger, conscientizar e promover os direitos humanos em nossas atividades e ao longo de nossa cadeia produtiva, em conformidade com os princípios da Carta Internacional de Direitos Humanos da ONU.

Diretrizes de Atuação:

Monitoramento e Gestão dos riscos de direitos humanos: Atuar para identificar, prevenir e mitigar de forma voluntária os impactos negativos de nossas atividades sobre os direitos humanos, realizando avaliações de impacto sobre os direitos humanos e medidas de prevenção ou mitigação para as operações de alto risco, de forma coordenada, reportando internamente e externamente ao longo do tempo e integrando os direitos humanos em nossas práticas cotidianas.

Esferas de Influência: Reconhecemos que nossa capacidade de interferir em políticas, procedimentos e práticas varia em função do grau de influência que exercemos junto aos nossos *stakeholders*. Mesmo quando nossa capacidade de influência for limitada, nos comprometemos a colaborar com as partes interessadas junto aos empregados, fornecedores (contratados), parceiros, clientes, comunidades, governos e sociedade para contribuirmos com ações de conscientização e promoção dos direitos humanos.

Empregados: Proporcionamos condições dignas de trabalho e buscamos promover ações educacionais que viabilizem o crescimento profissional e pessoal dos empregados. Mantemos um

ambiente de trabalho seguro e saudável. Respeitamos e valorizamos a diversidade e promovemos a inclusão, não tolerando a discriminação ou assédio de qualquer natureza, inclusive moral ou sexual. Respeitamos e praticamos a liberdade de associação e a negociação coletiva em todas as áreas de atuação, em conformidade com as legislações locais aplicáveis. Proibimos o uso de trabalho infantil ou quaisquer tipos de prática de emprego que possam ser interpretados como equivalente ao trabalho forçado ou obrigatório.

Equipes de segurança (empregados e contratados): Nossas avaliações de risco para os requisitos de segurança incluem os riscos relacionados a violações de direitos humanos. Selecionamos empregados e contratados e acompanhamos, de forma rigorosa, considerando a experiência anterior, a capacidade técnica e a estabilidade emocional. Comprometemo-nos em colaborar com os provedores de segurança pública e comunicamos a nossa política para demonstrar nosso compromisso com o respeito aos direitos civis de nossos empregados e de quaisquer membros das comunidades em que atuamos. Treinamos os profissionais de segurança constantemente para que desempenhem as suas atividades com observância aos princípios dos direitos humanos, repudiando o abuso de poder e o tratamento degradante ou desumano e de forma a assegurar a não-discriminação e a privacidade dos cidadãos. Buscamos soluções pacíficas, que assegurem a integridade física das pessoas, bem como a preservação do patrimônio e das informações e a manutenção do processo produtivo.

Fornecedores (contratados), parceiros e clientes: procuramos estabelecer relações com entidades que compartilhem dos mesmos princípios e valores que a Vale. Buscamos disseminar o respeito aos direitos humanos em nossa cadeia de valor, incluindo a adoção de cláusulas contratuais e documentação comprobatória de conformidade legal. Em caso de desrespeito aos direitos humanos, este devidamente comprovado por autoridades governamentais e por instrumentos previstos na legislação, notificamos o fornecedor/parceiro ou cliente para a adoção de medidas corretivas e, caso não sejam adotadas tais medidas, podemos rescindir a respectiva relação comercial. Os fornecedores também deverão zelar pela seleção de parceiros comerciais que operem dentro da legislação trabalhista e dos padrões éticos compatíveis com as premissas do Código de Conduta do Fornecedor.

Comunidades locais, indígenas e tradicionais: procuramos conhecer detalhadamente os territórios onde atuamos ou pretendemos atuar. Buscamos estabelecer um processo contínuo de engajamento com as comunidades e de gestão de impactos socioculturais, econômicos e ambientais. Buscamos também contribuir para o desenvolvimento local sustentável promovendo iniciativas nas áreas de educação, patrimônio cultural, desenvolvimento urbano e esportes. Promovemos ações de conscientização dos direitos humanos, com especial atenção à erradicação do trabalho forçado e infantil e à promoção dos direitos das crianças e adolescentes - com esforços específicos de combate à exploração sexual de menores na proximidade de nossos projetos em fase de implantação e operação.

Governos e a sociedade: observamos a legislação e a regulamentação das localidades onde atuamos e cooperamos com as autoridades para o respeito e a promoção dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Também cooperamos com a apuração de quaisquer incidentes envolvendo desrespeito a esses direitos ao longo da nossa cadeia produtiva.

Questões Relevantes do Setor de Mineração: apoiamos iniciativas reconhecidas que busquem melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais relacionadas às atividades de mineração, dentre elas aquelas referentes à saúde e segurança, remoção involuntária, assim como, mineração artesanal e de pequena escala. Caso seja inevitável o processo de remoção involuntária como resultado de implantações ou operações de projetos, trabalhamos de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos como melhores práticas para minimizar os impactos negativos sobre as comunidades afetadas. Nos casos de mineração de pequena escala e/ou artesanal em áreas internas ou adjacentes às nossas operações, a empresa pode contribuir com a disseminação de boas práticas em meio ambiente, saúde e segurança.

Mecanismos de Comunicação e Reclamação: A Diretoria de Ouvidoria da Vale dispõe de um canal de denúncias em nosso endereço eletrônico (www.vale.com) para recebimento de possíveis infrações a

esta e outras políticas. Oferecemos também em nosso website um canal de comunicação, o Fale Conosco para sugestões, informações e o esclarecimento de dúvidas.

Anexos:

Anexo 01: Compromissos e Referências Internacionais

A Política de Direitos Humanos da Vale, bem como sua atuação, são pautadas em compromissos e referências internacionais relacionadas a questões de direitos humanos, das quais destacamos:

Compromissos Institucionais:

- Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)
- GBC – Global Business Coalition on HIV/AIDS, Tuberculosis and Malaria (Coalizão Global Empresarial contra HIV /Aids, Tuberculose e Malária)

Padrões Internacionais de Referência:

- Carta Internacional de Direitos Humanos da ONU
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- ONU – Guiding Principles on Business and Human Rights
- Princípios Voluntários para Direitos Humanos e Segurança
- OIT - Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (Convenções 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182)
- Padrões de Desempenho da IFC (International Finance Corporation)
- GRI – Global Reporting Initiative (Diretrizes G4)
- ICMM – International Council on Mining and Metals (Conselho Internacional de Mineração e Metais).